



Ajustamento ao Plano de Saneamento Financeiro

Município de Tábua

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
1.1 Enquadramento	3
1.2 Plano de trabalho	7
1.3 Referências externas.....	8
2. Envolvente externa	10
2.1 Condicionantes da envolvente externa.....	10
2.1.1 Aspectos macroeconómicos.....	10
2.1.2 A Região do Centro de Portugal.....	12
2.2 Síntese das Ameaças e Oportunidades do Município.....	19
3. Envolvente interna	20
3.1 Lógica evolutiva.....	20
3.2 Análise da situação financeira do Município	29
3.2.1 Indicadores financeiros.....	30
3.2.2 Evolução do Activo e Fundos Próprios	31
3.2.3 Evolução e estrutura do endividamento.....	33
3.2.3.1 Evolução das dívidas a Instituições de Crédito	33
3.2.3.2 Evolução da dívida a Fornecedores.....	34
3.2.3.3 Evolução da rubrica Outras Dívidas a Terceiros.....	34
3.2.3.4 Evolução do Passivo de 2005 a 2011	35
3.2.4 Limites ao endividamento.....	37
3.3 Análise da situação económica	38
3.3.1 Proveitos	40
3.3.2 Estrutura de custos	43
3.3.3 Análise de resultados	45
3.4 Análise orçamental.....	46
3.4.1 Evolução do orçamento da despesa	46
3.4.2 Evolução do orçamento da receita	47
3.4.3 Fluxos de tesouraria.....	48
3.4.4 Estrutura financeira do Município	49
3.4.4.1 Receita	49
3.4.4.2 Despesa	50
3.5. Análise à situação financeira actual do Município	51
3.5.1 Activo.....	52
3.5.2 Fundos Próprios.....	53
3.5.3 Passivo.....	54
3.5.3.1 Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo.....	55
3.5.3.2 Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	55
3.5.4 Limites ao endividamento em 30/06/2012	58
3.6 Síntese das Forças e Fraquezas do Município.....	59
4. Análise estratégica do Município	60
4.1 Objectivos	60
4.2 Cenários estratégicos.....	62
4.3 Opção de desenvolvimento	63
4.4 Análise SWOT	65



Município de Tabua

4.5 Operacionalização da estratégia	66
4.5.1 Cenários alternativos.....	66
4.5.2 Acções a implementar.....	70
4.5.3 Condicionamento à realização dos projectos.....	74
5. Plano Saneamento Financeiro.....	75
5.1 Enquadramento Legal	75
5.2 Pressupostos do Plano	76
5.2.1 Medidas económicas e financeiras.....	76
5.2.2 Valor a sanear.....	79
5.2.3 Base de cálculo das projecções financeiras	80
5.3 Financiamento da operação	84
5.4 Situação económica e financeira, após saneamento financeiro.....	85
5.4.1 Impacto das medidas do PSF.....	87
5.4.2 Indicadores económico-financeiros previsionais	95
5.4.3 Mapa dos limites de endividamento de 2010-2027	96
5.5 Sistema de avaliação e acompanhamento do saneamento financeiro.....	97
5.6 Projecções financeiras.....	98
5.6.1 Balanços previsionais	99
5.6.2 Demonstração de Resultados previsional	100
5.6.3 Orçamento de Tesouraria.....	101
5.6.4 Orçamento Financeiro.....	102
5.6.5 Fluxos de Caixa.....	103
5.7 Considerações finais.....	104
6. Conclusão.....	107
Anexos	108
I - MAPA DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS EXISTENTES	109
II – SALDOS DE FORNECEDORES.....	110
III – SALDOS DE FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	115
IV – SALDOS DE DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS.....	117
V – EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO LONGO PRAZO – SANEAMENTO FINANCEIRO .	118

1. Introdução

1.1 Enquadramento

A Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro (LFL) representou, para a grande maioria dos Municípios portugueses, um agravamento da sua situação económico-financeira, originando autênticos estrangulamentos ao nível da sua gestão, porque foi criada e entrou em vigor, em virtude das restrições orçamentais da Administração Central, impostas pela União Europeia, sem um período de adaptação:

- Às consequências da globalização da economia, e em particular à crise económica e financeira portuguesa;
- Aos novos serviços e delegação de competências atribuídos às autarquias, pela reforma da Administração Central, nomeadamente, na área do ensino (encerramento de escolas, transportes escolares e serviço de refeições e ATL aos seus alunos) e do ambiente, sem as devidas contrapartidas financeiras;
- As necessidades de prosseguir o esforço de modernização e de melhoria das infra-estruturas da Autarquia, de forma a aproveitar a oportunidade de realizar os investimentos estruturantes com os fundos comunitários, a bem do princípio da solidariedade recíproca, da equidade entre gerações;
- Às novas regras para o endividamento municipal que originaram alterações profundas ao cálculo dos respectivos limites, com a alteração da base de referência, que passou do serviço da dívida (valor da amortização e juros), proporcionado para o montante global da dívida. Isto é, as anteriores regras baseavam-se na informação proporcionada pela contabilidade só orçamental, enquanto as novas regras de cálculo do endividamento têm como base informação contabilística proporcionada pela contabilidade patrimonial;
- Aos ajustamentos à nova fórmula de cálculo generalista do endividamento, que não tem em devida conta as grandes diferenças de recursos entre os Municípios, em particular, no referente à maior ou menor dependência das transferências do FEF quando estas representam um **papel preponderante, ou único, no desenvolvimento e na sustentabilidade do respectivo Concelho.**



Assim, os Municípios têm vindo a adaptar-se progressivamente a esta nova realidade, num esforço significativo de solidariedade nacional (embora o Estado não esteja a cumprir o princípio da "solidariedade recíproca" e os desígnios do equilíbrio financeiro vertical e horizontal consagrados no artigo 7.º da Lei das Finanças Locais), no sentido do combate ao aumento do défice público, muito embora, com a aplicação dos novos mecanismos de transição da nova Lei e com as reduções consecutivas nas transferências do Estado, (diminuição da participação dos Municípios nos impostos do Estado desde 2007) muitos dos Municípios tivessem ficado subitamente em posição de infracção por excesso legal de endividamento, sem que na realidade o tivessem aumentado. Apesar disto, a capacidade de endividamento líquido do conjunto dos Municípios está muito longe de ser utilizada por estes. O peso do endividamento municipal para o défice público, é diminuto quando comparado com o do Estado no seu conjunto, e em especial se tiver em conta que metade do investimento público é municipal.

Com efeito, devido **aquelas restrições/reduções/constrangimentos e, principalmente, aos grandes desafios de modernização e de apoio ao desenvolvimento económico e social do concelho de Tábua**, verifica-se um aumento significativo, nos últimos anos, do endividamento do Município, que se converteu num **desequilíbrio financeiro** que coloca em causa o normal funcionamento dos serviços camarários. Aquele apoio consubstanciou-se em investimentos (a maioria não comparticipados) nas áreas empresariais, culturais, educacionais, de saneamento básico e de redes viárias. O investimento na área empresarial tornou possível, em pouco tempo, a captação de novas unidades industriais de interesse estratégico (PIN), a criação de aproximadamente, 900 postos de trabalho directos e o aumento em 52% das exportações (entre 2010 e 2011) do concelho, que passou a ser o quarto maior exportador do distrito de Coimbra.

No entanto, após a decisão de avançar, pelo executivo municipal, para um saneamento financeiro, em Fevereiro de 2011 (só a falta de liquidez no mercado bancário e interbancário atrasou a operação) foram tomadas medidas, imediatas, de maximização das receitas (alteração do código regulamentar de taxas de urbanismo e ambiente, entre outras, aprovada em Junho de 2011, bem como das taxas de saneamento e resíduos sólidos, em Agosto de 2011) e de redução de despesas (pessoal e aquisição de bens serviços) de forma a tornar mais fácil e rápida a recuperação económica e financeira do Município.

Saliente-se que o Município de Tábua, em 2008, **figurava entre os trinta melhores Municípios de pequena dimensão**, em termos financeiros (página 217 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2008).

Assim, em face do desequilíbrio financeiro conjuntural do Município de Tábua, era urgente reequilibrar as contas municipais através de uma operação de saneamento financeiro das suas dívidas arrastadas de curto prazo (que inclui o empréstimo de curto prazo existente) que estavam a asfixiar a sua operacionalidade.

Por isso, foi realizado um Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro tendo como objectivo não só determinar as **causas do endividamento do Município**, e da ultrapassagem dos limites estabelecidos pela LFL, como **também da demonstração da viabilidade económica e financeira do Município**, durante o período do empréstimo de saneamento financeiro, que foi aprovado pela C.M. em 25/01/2012 e pela Assembleia Municipal em 30/01/2012, **estando em curso o pedido de visto ao Tribunal de Contas**.

Entretanto, devido à grave crise económico e financeira do País e **ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF)** em curso (que estabelece metas de consolidação públicas), foi criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto um **Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)**, o qual tem por objeto a **regularização do pagamento de dívidas arrastadas dos municípios, registadas na Direção -Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de Março de 2012**.

Com efeito, a referida Lei n.º 43/2012 de 28 de Agosto estabelece um regime excepcional de concessão de crédito para pagamento daquela dívida dos Municípios, com mais de 90 dias, a uma taxa de juro favorável (correspondente ao custo do financiamento da República Portuguesa acrescida de 15 pontos base), mas exigindo como contrapartida a execução de um plano de ajustamento financeiro municipal (PAF) destinado à concretização de um cenário de equilíbrio financeiro. Aquela lei foi regulamentada pela portaria nº 281-A/2012 da Presidência do Conselho de Ministro e das Finanças que foi publicada no dia 14 de Setembro de 2012.

Os municípios aderentes ao PAEL são enquadrados num dos dois Programas, de acordo com a sua situação financeira.



O Município de Tábua que tem pagamentos em atraso há mais de 90 dias a 31 de Março de 2012, de acordo com o reportado ao Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais, está inserido no programa II do PAEL.

O financiamento do programa II tem um prazo máximo de vigência de 14 anos (sem período de carência) e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas atrasadas em 31/03/2012 e não pagas até ao momento.

Assim, dado que as condições de juro do financiamento do PAEL (embora não se saiba o quanto de empréstimo a atribuir pelo PAEL, o máximo são 90% das dívidas elegíveis) são cerca de metade das previstas para o PSF já apresentado, vamos enquadrar o Plano de Saneamento Financeiro através do PAEL (lei nº 43/2012 e portaria nº 281-A/2012) e de acordo com os artigos 3.º a 7.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 e artigo 40.º da Lei n.º 2/2007 da Lei das Finanças Locais, considerando que as medidas que materializam o Plano de Saneamento Financeiro e as exigidas no Plano de Ajustamento Financeiro (PAEL) são as necessárias e as indispensáveis para reprogramar o seu passivo financeiro.

Com efeito, o Plano de Ajustamento Financeiro deve evidenciar a implementação de medidas concretas de redução e de racionalização da despesa e de maximização da receita, nomeadamente as resultantes das medidas previstas nas alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 6 da Lei nº 43/2012 de 28 de Agosto, garantindo ao mesmo tempo o cumprimento do LCPA.

Com efeito, o plano que inclui projecções patrimoniais e orçamentais, deve evidenciar o restabelecimento da situação financeira, tendo em conta os objectivos seguintes:

- Redução e racionalização da despesa corrente e de capital;
- **Existência de regulamento de controlo interno;**
- Optimização da receita própria;
- **Intensificação do ajustamento municipal nos primeiros cinco anos de vigência do PAEL.**

Finalmente, este PSF vem responder, também, às exigências da nova Lei n.º 3/2010 de 27 de Abril, sendo que a mesma operação de Saneamento Financeiro dispensa, ainda, qualquer intervenção da administração central, e revela que o município procura resolver os seus problemas sem que para isso seja necessário convocar terceiros, no caso, o Estado.

1.2 Plano de trabalho

Precederam esta fase de elaboração do plano agora apresentado, a concretização dos trabalhos de:

- Avaliação histórica económica, financeira e orçamental;
- Estudo e preparação do trabalho e respectivo planeamento;
- Tratamento e análise da informação relevante.

A fase de planeamento da operação teve subjacente, as seguintes tarefas:

- Levantamento e avaliação da situação económica, financeira e orçamental;
- Levantamento da legislação aplicável às Autarquias Locais;
- Análise dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas dos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011 e do Balanço e Demonstração de Resultados intercalar reportado a 30/06/2012 pelos serviços da Câmara Municipal.

Metodologia de operacionalização das tarefas a executar conducente ao Plano de Saneamento Financeiro.



1.3 Referências externas

Bancos:

Caixa Geral de Depósitos

Banco Santander Totta, S.A.

Banco BPI, S.A.

Banco Espírito Santo, S.A.

Banco Comercial Português, S.A.

Caixa Económica Montepio Geral

Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Beira Centro

Principais fornecedores:

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

EDP Serviço Universal, S.A.

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Rodoviária Beira Litoral, S.A.

Águas do Planalto, S.A.

Repsol Gás Portugal, S.A.

Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A.

Império Bonança-Companhia de Seguros, S.A.

Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.

Midobloco - Blocos de Cimento, Lda.

Socorreias

Rosas Construtores, S.A.

MRG - Engenharia e Construção, S.A.

Fonseca & Fonseca, Lda.

Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A.

Oliveiras, S.A.

Consultores externos:

Associação Nacional de Municípios

A. Fonseca Ribeiro, Lda. (A.F.R.)

AIRC - Associação Informática da Região Centro

Veiga e Moura & Associados - Sociedade de Advogados, RL



2. Envolvente externa

2.1 Condicionantes da envolvente externa

A caracterização do enquadramento externo, tarefa imprescindível à identificação dos principais desafios e oportunidades com que as organizações se deparam, bem como das suas áreas de competitividade crítica, destina-se a sustentar uma análise estratégica da actividade das organizações. O mérito sectorial de um plano, seja qual for o seu âmbito, não pode ser desligado da envolvente de mercado (regional, nacional e internacional) em que a organização opera, da conjuntura e perspectivas de evolução. O fomento das vocações e capacidades de uma organização deve ainda ser avaliado tendo em conta as características das empresas, das indústrias e das autarquias com que primeiramente aquela se relaciona.

2.1.1 Aspectos macroeconómicos¹

Como a alteração anual, sucessiva, da envolvente externa tem condicionado a tomada de medidas económico financeiras previstas no PRF, torna-se necessário analisar e evidenciar a evolução das principais variáveis macroeconómicas.

As projecções para 2012-2013 contemplam a continuação do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos na economia portuguesa. Este processo é enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) que se afigura fundamental para evitar um ajustamento económico abrupto e desordenado, bem como para criar as bases para um aumento da produtividade e do crescimento do produto potencial no médio prazo.

Neste contexto, continua a projectar-se uma forte contração da actividade económica em 2012, seguida de uma gradual recuperação ao longo de 2013, embora insuficiente para assegurar um crescimento do produto em termos médios anuais. Assim, as actuais projecções apontam para uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) de 3 por cento em 2012 (em 2011 a queda foi de 1,6 por cento), reflectindo uma forte redução da procura interna e um contributo positivo das exportações, embora em desaceleração dado

¹ Fonte: Banco de Portugal – Boletim Económico Verão 2012

o quadro de abrandamento da economia mundial. Para 2013, projecta-se uma estagnação da actividade económica, num contexto de recuperação gradual da procura interna e de aceleração das exportações.

A evolução projectada para as componentes da procura agregada implica uma redução substancial das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, medidas pelo saldo da balança corrente e de capital, o qual deverá tornar-se positivo em 2013. Esta evolução é fundamental para assegurar o regresso da posição de investimento internacional a uma trajetória sustentável, assegurando condições de solvabilidade intertemporal da dívida externa.

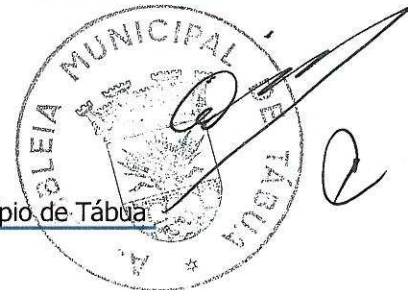
A inflação, medida pelo crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá manter um nível relativamente elevado em 2012 (2,6 por cento), o que traduz, em larga medida, o impacto de alterações da tributação indirecta e de preços condicionados por procedimentos de natureza administrativa em 2011 e 2012, no contexto das medidas de consolidação orçamental incluídas no PAEF.

A dissipação desses efeitos ao longo de 2013, em conjugação com uma descida do preço do petróleo, uma significativa desaceleração do deflactor das importações e a manutenção de uma forte moderação salarial, deverão traduzir-se numa redução da inflação em 2013, para 1,0 por cento.

PROJECCÕES DO BANCO DE PORTUGAL

Taxa de variação anual em %	2011	2012*	2013*
Consumo privado	-4,0	-5,6	-1,3
Consumo público	-3,8	-3,8	-1,6
Investimento	-11,3	-12,7	-2,6
Procura interna	-5,7	-6,4	-1,4
Exportações	7,6	3,5	5,2
Importações	-5,3	-6,2	1,5
PIB	-1,6	-3,0	0,0
Inflação	3,6	2,6	1,0
Balança Corrente e de Capital (% do PIB)	-5,2	-1,7	0,8

* PROJECTADO



2.1.2 A Região do Centro de Portugal

O Centro ou Região do Centro é uma Unidade Territorial para fins Estatísticos de Nível II (NUTS II) de Portugal, que compreende, integralmente, os distritos de Coimbra, Castelo Branco e Leiria, a maior parte dos distritos de Aveiro e Guarda, e cerca de um terço do Distrito de Santarém. Limita a norte com a Região do Norte, a leste com a Espanha, a sul com o Alentejo, a sudoeste a Região de Lisboa e a oeste com o Oceano Atlântico. Esta região tem uma área de 28.405 km² (31% do Continente) e uma População, em 2007, de 2.385.911 (23,6% do Continente). Compreende 12 sub-regiões ou unidades de nível III (NUTS III):

- Baixo Mondego;
- Baixo Vouga;
- Beira Interior Norte;
- Beira Interior Sul;
- Cova da Beira;
- Dão-Lafões;
- Médio Tejo;
- Oeste;
- Pinhal Interior Norte;
- Pinhal Interior Sul;
- Pinhal Litoral;
- Serra da Estrela.

A Região Centro compreende 100 concelhos (25,2% do total nacional).

O Programa Operacional da Região Centro é um instrumento de apoio ao desenvolvimento regional do Centro de Portugal (NUTS II), integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013 e no novo ciclo de fundos estruturais da União Europeia destinados a Portugal. Este instrumento é fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial sustentável da Região do Centro. Nesse

contexto, elege **cinco prioridades estratégicas**, correspondentes aos seus eixos prioritários:

Eixo 1 – Competitividade, inovação e Conhecimento

- Promoção do empreendedorismo;
- Promoção da inovação nas empresas existentes e no desenvolvimento de clusters com elevado potencial na região.

Eixo 2 – Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos

- Regeneração e qualificação dos centros urbanos;
- Promoção da competitividade das cidades;
- Promoção e constituição de redes e fomento da cooperação intermunicipal como forma de valorização dos recursos e da coesão do território mas também do desenvolvimento do capital humano.

Eixo 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais

- Reforço destes espaços em matéria de acessibilidades à escala local, saneamento básico e equipamentos de uso colectivo, valorizando as intervenções de natureza integrada em detrimento de investimentos pontuais e isolados.

Eixo 4 – Protecção e Valorização Ambiental

- Protecção de zonas sensíveis, como a orla costeira e as bacias hidrográficas;
- Valorização de zonas com valia ambiental;
- Valorização de recursos específicos da região.

Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional

- Redução de custos de contexto, através de medidas de facilitação da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local e do governo electrónico regional e local.



Os eixos estratégicos definidos para a Região Centro apresentam uma forte articulação em termos de coerência e relevância com as prioridades definidas no QREN.

Tendo em consideração a estratégia referida para a região Centro podemos definir as seguintes orientações de desenvolvimento para a sub-região do Pinhal Interior²:

SISTEMA URBANO, POVOAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Desenvolver serviços, organizados à escala supra-municipal, com características polivalentes e orientados para as zonas rurais de baixa densidade;
- Reforçar os centros urbanos complementares, ou sejam, as sedes de concelho que constituem a base de sustentação da coesão territorial e das redes de proximidade;
- Reforçar as actividades ligadas à gestão integrada dos recursos naturais, com destaque para a floresta e o potencial energético;
- Focar intervenções na população envelhecida e da infância (à primeira infância e infância em idade escolar) e dar prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais (como a informática, as línguas, as tecnologias), com especializações, instituições e saberes localmente enraizados;
- Focar intervenções nos domínios que:
 - a) Revitalizem e recuperem saberes, especificidades culturais e tradicionalismos (incluindo os temas relacionados com o “desenvolvimento endógeno”, TER, termalismo, valores patrimoniais, desenvolvimento rural,...);
 - b) Constituem procuras e prioridades conhecidas (apoio social, cuidados continuados);
- Consagrar a obrigatoriedade de uma maior e melhor focalização e articulação das políticas públicas, de modo a que estas possam, ao mesmo tempo, desenvolver os desígnios da coesão social e trabalhar algumas componentes da competitividade, onde a alta cotação ambiental e cultural contrasta com a escassez dos recursos humanos e de capital;

² Fonte: Protcentro - *Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro*

- Discriminar positivamente a amarração local das iniciativas (incorporação local de matérias primas e produtos intermédios, capacidade de construir relações com instituições escolares e de formação profissional), explorando os objectivos do desenvolvimento endógeno ou local e dando prioridade a instituições com provas reconhecidas de boas práticas;
- Garantir a estruturação do sistema urbano, num cenário territorial "centrífugo", i.e. sem um centro principal de polarização, consagrando a unidade Pinhal Interior como um todo;
- Discriminar positivamente o reforço funcional das sedes de concelho e incentivar o crescimento funcional dos centros que, pela sua dimensão e perfil funcional, jogam um papel importante de influência sub-regional;
- Intensificar o uso dos equipamentos existentes, tal como o reforço de redes e complementaridades intermunicipais para a gestão de equipamentos e organização de serviços;
- Conjuguar "sub-sistemas" de prestação de serviços e de redes de equipamentos mais ou menos autónomos e articular serviços, modos de funcionamento e rendibilização de espaços e recursos (p.e. da rede escolar com equipamentos culturais e desportivos), combinando os serviços móveis e fixos;
- O recurso a políticas incentivadoras da produção agrícola e florestal assentes numa visão de multifuncionalidade do espaço rural, promovendo a melhoria da qualidade de vida e a diversificação da economia nas zonas rurais em que se verifica o maior perigo de abandono.

INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

- Promover uma rede de apoio tecnológico;
- Desenvolver centros experimentais para melhorar a capacidade de uso de TIC, promovendo:
 - a) Projectos de utilização de TIC em articulação com os principais núcleos de desenvolvimento (e.g. telemedicina; apoio ao turismo etc.);
 - b) A implementação de um sistema de monitorização florestal, em articulação com a administração local, o sistema de protecção civil e de combate a incêndios;



c) Promover o desenvolvimento da telemedicina para acesso a serviços gerais, visando facilitar o acesso a serviços apenas disponíveis nos principais aglomerados urbanos e desenvolver sistema de cuidados médicos a partir de casa (e.g. acompanhamento médico em doenças crónicas; em situações de recuperação; etc.);

- Apoiar e promover o desenvolvimento de projectos existentes e de projectos-piloto de valorização ecossistémica e de promoção turística, visando:

a) Mobilizar instituições locais (e.g. Câmaras Municipais) e apoiar unidades de C&T regionais relevantes;

b) Promover a qualidade cénica, a exploração cinegética, a micologia, as áreas de lazer, a ornitologia, etc.;

c) Desenvolver estruturas de suporte aos fluxos turísticos (e.g. apoios à criação e modernização de alojamento, gastronomia, etc.);

- Desenvolver a rede de micro-recolha de biomassa promovendo:

a) Apoio à criação de micro-empresas a funcionar em articulação com as centrais de biomassa;

b) Apoio ao estabelecimento de programas de fomento à economia social, designadamente o envolvimento na recolha de sectores sociais mais desfavorecidos (e.g. desempregados de longa duração, baixas qualificações, trabalho parcial, etc.);

c) Implementar o sistema de monitorização florestal com base em TIC, promovendo a articulação com o SC&T, a administração local e as sistema institucional de protecção civil;

d) Promover Pólos de Competitividade, Tecnologia e Negócios Agro Rurais – Criar núcleos de competências na área de I&D, do aconselhamento de negócios agro - rurais, transferência do saber – agro formação e redes de explorações de experimentação e inovação, nomeadamente, nas áreas da tecnologia da madeira, da fruticultura, energias alternativas, etc..

TURISMO

- Concretizar e aprofundar redes/projectos tematizados de expressão regional, nacional, transfronteiriça ou internacional (rotas turísticas, produtos com denominação de origem, “pacotes” mistos).

ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

- Aumentar a permeabilidade no Pinhal Interior, qualificando nomeadamente os eixos viários estruturantes e as ligações rodoviárias às sedes de concelho.

SISTEMA DE PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

- No domínio das florestas deve promover-se a optimização funcional e a eliminação das vulnerabilidades dos espaços florestais, bem como a prevenção de potenciais constrangimentos e problemas, designadamente através da valorização das áreas florestais, com base em novas formas organizativas e de gestão sustentável, e de outros recursos associados, como a paisagem, a biomassa e os recursos hídricos como principais recursos naturais desta unidade territorial;
- No domínio da conservação da natureza e biodiversidade deve promover-se a gestão sustentada das florestas impedindo a proliferação de extensas manchas florestais de monocultura com espécies combustíveis (contínuos de pinheiro e eucalipto);
- Promover o ordenamento da actividade turística;
- Promover a garantia da qualidade da água.

Assim, a análise da coerência dos eixos estratégicos definidos para a região Centro com os princípios e orientações comunitárias em matéria de coesão, apresenta um grau de articulação elevado, resultante da relevância que a estratégia para a região Centro coloca em termos da valorização do conhecimento, do papel das cidades para o crescimento e o emprego, do reforço da atractividade empresarial como alavanca para a criação de mais e melhores empregos, incluindo o fomento e a diversificação económica das zonas rurais. A estratégia para o Centro aposta igualmente no reforço das capacidades da administração pública local e no estabelecimento de parcerias com a administração pública central,



aspecto enfatizado pelas orientações comunitárias como forma de criar mais e melhores empregos.

A estratégia regional do Centro, apresenta um grau de alinhamento elevado com o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, em particular, quando a estratégia regional acentua a afirmação de um modelo sustentável de desenvolvimento para a Região, no contexto do reforço da competitividade e internacionalização nacional e regional e, simultaneamente, afirma a valorização e preservação do património natural, paisagístico e cultural, aspectos que merecem igualmente um papel central no PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

2.2 Síntese das Ameaças e Oportunidades do Município

Principais Oportunidades	Principais Ameaças
Convergência económica e social QREN, PRU, POPH; agenda 21 local	Crise económica e financeira; Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC); Programa de assistência técnica da <i>Troika</i>
Crescimento do turismo de natureza e cultural; Aproveitamento turístico das condições naturais, patrimoniais, paisagísticas e culturais da região	Dificuldade na fixação de recursos humanos qualificados
Crescimento das preocupações ambientais e energéticas; Apostas nacionais na sustentabilidade, valorização ambiental e energética e identidades regionais (recursos hídricos e biomassa)	Redução de serviços públicos essenciais (educação, saúde) na região
Apostas nacionais nos sectores do turismo, florestal e agro-alimentar (rotas turísticas, produtos de denominação de origem e pacotes mistos)	Declínio de indústrias tradicionais e insuficiente investimento empresarial privado
Cooperação intermunicipal	Reduzido dinamismo empresarial e capacidade de inovação
Apostas europeias em estratégias colaborativas no desenvolvimento local	Maior potencial de captação de investimento de outras regiões
Apoio à criação e modernização de alojamentos e à gastronomia	Envelhecimento e empobrecimento da população da região
Qualificação dos eixos viários estruturantes e das ligações rodoviárias à sede do concelho	Conjuntura económico-financeira nacional e internacional desfavorável
Posicionamento geoestratégico e de fáceis acessos (pelas IC6, IC7 e IP3) aos principais eixos de mobilidade viários nacionais A1, A23, A25	Risco de deslocalização de empresas
Apoio a programas de fomento à economia social	Abandono das zonas interiores e rurais
Promover Pólos de Competitividade, Tecnologia e Negócios Agro Rurais	Perda de competitividade e de desenvolvimento perante outras regiões
Plano de Saneamento Financeiro	Forte concorrência internacional no sector do turismo



3. Envolvente interna

3.1 Lógica evolutiva

Tábua é sede de um município que está localizado na zona Centro, em particular na Região do Pinhal Interior Norte (NUTIII). Apresenta uma área de 199,8 km² e 12.056 habitantes (Censos 2011), estando subdividido em 15 freguesias (Ázere, Candosa, Carapinha, Covas, Covelo, Espariz, Meda de Mouros, Midões, Mouronho, Pinheiro de Coja, Póvoa de Midões, São João da Boa Vista, Sinde, Tábua e Vila Nova de Oliveirinha).

O município que está situado no Planalto Beirão, no distrito de Coimbra, é limitado a norte por Carregal do Sal, a leste por Oliveira do Hospital, a sul por Arganil e a oeste por Penacova.

O concelho de Tábua possui uma boa localização estratégica, devido à sua proximidade a Coimbra, a Viseu e aos seus principais eixos de mobilidade nacionais A1, A23 e A25, num raio de 50 km. A acessibilidade mais importante àquelas auto-estradas faz-se pelo IP3 e IC12 através da EN234-6 que fica a 7 km da sede do concelho.

Por isso, Tábua tem fortes ligações aos distritos de Coimbra, Viseu e Guarda. Os Hospitais e a Universidade de Coimbra, a região demarcada do Vinho do Dão e do Queijo da Serra, o caminho-de-ferro (Beira Alta) e as trocas comerciais e industriais concretizam essa ligação. Por outro lado, pertence à Associação de Municípios do Planalto Beirão (com sede em Tondela) que congrega 19 Municípios e à Comunidade Intermunicipal do Pinhal do Interior Norte (com sede na Lousã) que engloba 14 Municípios.

O topónimo de Tábua ficará sempre associado a uma pequena ponte de tábuas sobre um curso de água existente no território. No final do século XIX esta mesma ponte foi substituída por uma outra de cantaria lavrada, com cinco arcos, actualmente submersa pelas águas da albufeira da Barragem da Aguieira.

O Município de Tábua tem, com efeito, um notável passado histórico, conforme nos atestam os vestígios de peças de cerâmica e inscrições românicas, na actual freguesia de Póvoa de Midões, que pertencia à zona de evidente romanização de Bobadela (Oliveira do Hospital), bem como o legado de pontes e vias construídas e utilizadas pela referida civilização romana.

Os vestígios mais antigos referentes à ocupação do concelho remontam aos romanos, constatando-se a sua presença em Midões, Póvoa de Midões, Couto e perto da Barragem da Aguieira. Sabe-se igualmente da construção de um templo, sob ordem de *Caio Cantivs Modestivs*, desconhecendo-se no entanto o local exacto da sua edificação. Através da análise de diversos documentos do Couto de Midões, conclui-se que o traçado de algumas vias coincidiu com calçadas romanas, situadas junto ao Rio Mondego ou ao Rio de Cavalos perto de Sevilha.

Tábua nunca teve foral, novo ou velho. As suas terras eram a agregação de diversas povoações, designando Tábua mais um pequeno território do que uma povoação, que compreendia os bairros de Alvarelhos, Fundo de Vila e Silhada.

Todavia, não restam dúvidas sobre o facto de todo o território do actual concelho de Tábua ter sido de domínio da *civitas senense* ou, depois, do fortíssimo castelo de Seia, compreendendo-se assim que, posteriormente, as primitivas paróquias do concelho surjam incluídas administrativamente na «terra» ou julgado medieval de Seia.

Sabe-se também que Tábua, no século XII, foi, efectivamente, honra da família dos «de Cunha», por dádiva da filha de D. Afonso Henriques, Infanta D. Tereza, conforme as Inquirições de 1258.

A esta família «de Cunha», concedeu D. Afonso IV, por carta de 30 de Dezembro de 1342, a jurisdição civil e criminal de Tábua – concessão confirmada por D. João I a 3 de Maio de 1392.

Posteriormente, o concelho de Tábua substituiu e englobou os extintos concelhos de Candosa (extinto em 1840 e anexado ao de Midões), de Midões (extinto em 1853, principalmente devido aos crimes de que foi acusado João Brandão), de Ázere e de Sinde.

O concelho de Tábua era caracterizado, no passado, por um forte domínio do sector rural e de serviços sobre um incipiente sector industrial. Este era formado, apenas, por três cerâmicas sendo uma de faianças, e algumas empresas de serração de madeira, de carpintaria, de mobiliário, de resina e de metalomecânica. Ao longo dos anos evoluiu para o fabrico de carroçarias, alumínios, mármore, granitos artes gráficas, panificação, comércio e indústria de construção civil.



Na agricultura (com o apoio de uma cooperativa agrícola e o aparecimento de jovens agricultores) a produção de queijo, de frutas e azeite teve um aumento considerável com a instalação de um lagar industrial a par com os lagares tradicionais, e a produção de vinho (Região do Dão) caracteriza-se pela existência de três produtores reconhecidos com engarrafamento de marca.

A existência de um Hospital de Cuidados Continuados e a consolidação de várias Unidades de Assistência Social consolidou o sector dos serviços.

Com efeito, no Concelho de Tábua mais de metade do emprego é gerado no sector da indústria transformadora (51%, segundo dados do INE de 2004), enquanto os sectores da construção e do comércio por grosso empregam 16% e 15%, respectivamente. O que motiva alguma preocupação é a taxa de desemprego que se eleva a 10% da população activa.

Do ponto de vista demográfico constata-se um claro envelhecimento da população do concelho. Esta ideia decorre, nomeadamente, da análise do índice de envelhecimento (fonte CCDRC) 163,8 para o concelho de Tábua e 149,7 para a Região Centro. A proporção de idosos (65 e mais anos) na população residente reforça o que foi referido, sendo de 22,6% em Tábua e de 20,7% na região Centro.

Por outro lado, a população residente no Município (dados CCDRC) decresceu 1,7%. Ao nível do pinhal interior norte verificou-se uma queda ligeira de 0,1% na população residente, enquanto na Região Centro constatou-se um aumento de 1,7%.

O concelho de Tábua apresenta, também, um indicador *per capita* de poder de compra (dados CCDRC, provenientes do Anuário Estatístico da Região Centro, editado pelo INE) de 59,3 que é inferior ao da Região do Centro (83,8) e ao do Pinhal Interior Norte (62,3).

Ao nível da instrução verificam-se lacunas na população de Tábua, porque 16,6% não tem qualquer nível de ensino formal, apenas 9,5% atingiu o nível de ensino secundário e só 4,5% o pós-secundário.

Com efeito, a população activa do concelho é caracterizada, na sua maioria, por níveis de habilitações e de qualificação profissional exíguos que se reflectem na falta de eficiência e de competitividade das organizações.

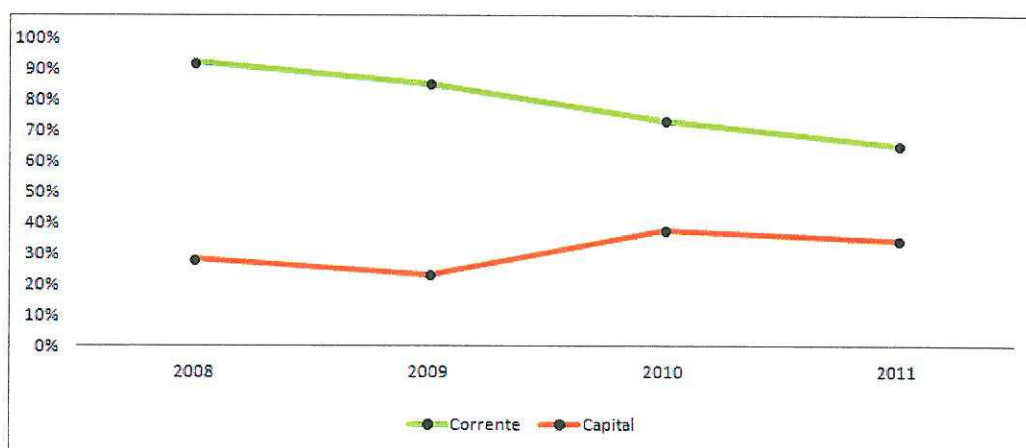
Ultimamente, para inverter o sentido da evolução do desemprego, foram estabelecidas várias unidades, desde a produção de betão, agro-alimentares e confecções de alta qualidade, culminando com a consolidação de um importante cluster de mobiliário de conforto – maples (PIN), colchões e produção de espuma – essencialmente virados para a exportação, no seguimento das confecções e das agro-alimentares, transformou o concelho de Tábua, no quarto concelho mais exportador do distrito de Coimbra. Neste sentido foram criados muitos postos de trabalho nos sectores em questão, e em resultado disso haverá, apesar da crise, uma tendência para o aumento do rendimento médio da população residente.

Após a análise efectuada ao Município de Tábua, em primeiro lugar à sua evolução histórica e de seguida a alguns aspectos relativos à sua estrutura económica e social, importa, neste momento, analisar a evolução económico-financeira e orçamental do Município de Tábua, em particular, dos anos mais recentes.

Assim, interessa analisar o grau de execução do orçamento do Município, nos últimos 3 anos.

Do gráfico seguinte verifica-se uma evolução favorável da execução da despesa de capital (28% em 2008; 34% em 2011), bem como uma evolução desfavorável da execução da despesa corrente (92% em 2008; 65% em 2011). Isto é, o Município realizou despesa corrente para além da sua capacidade financeira.

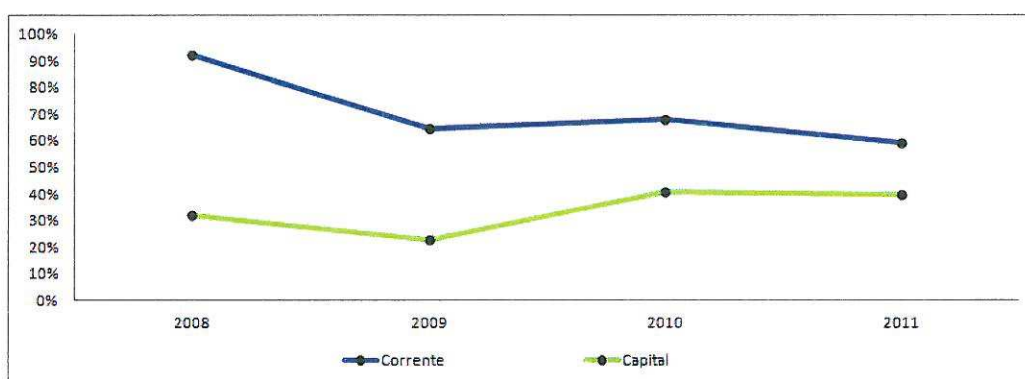
Execução do Orçamento da Despesa



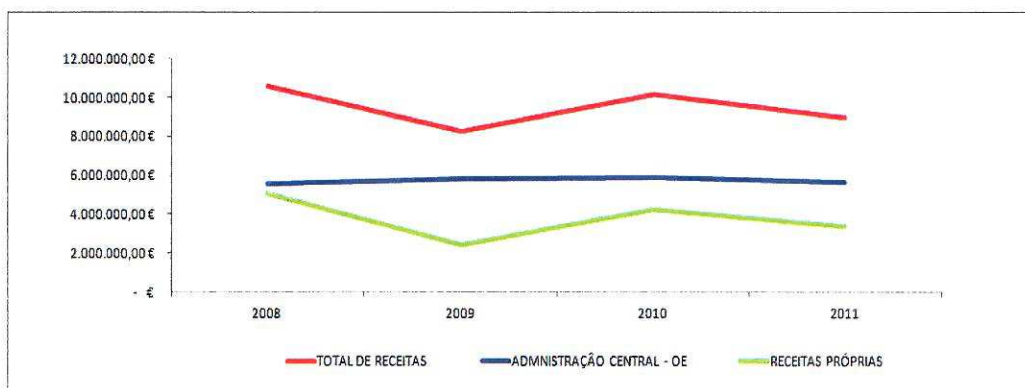


Do gráfico seguinte verifica-se uma evolução favorável da execução da receita de capital (32% em 2008; 40% em 2011), bem como uma evolução desfavorável da execução da receita corrente (92% em 2008; 59% em 2011). Esta situação traduz elevados montantes na previsão das receitas Orçamentais, em especial de capital, com reduzidos índices de execução.

Execução do Orçamento da Receita



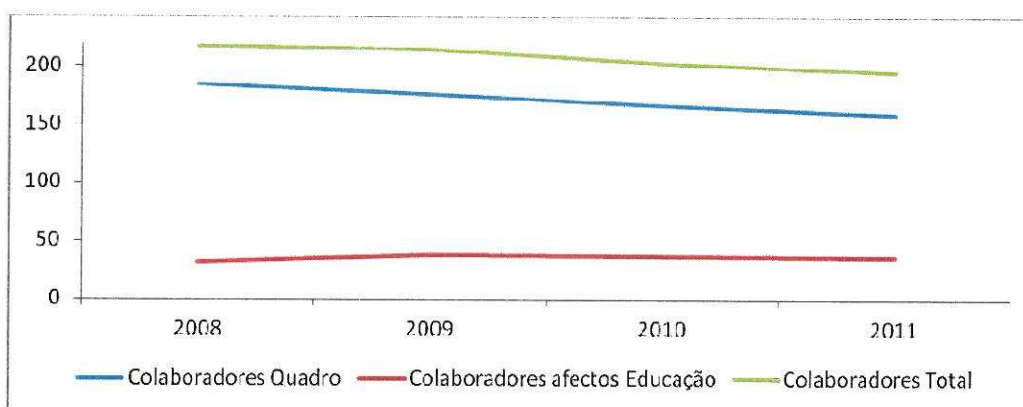
Por outro lado, constatamos pelo gráfico seguinte, que tem vindo a aumentar ligeiramente a dependência do Município em relação às transferências oriundas do Orçamento de Estado. Em 2008, a dependência era de 52% das receitas totais do Município, enquanto em 2011 foi de 62%, demonstrando assim que as receitas próprias geradas no Município têm tido uma evolução decrescente, assumindo primordial importância as receitas provenientes da Administração Central.



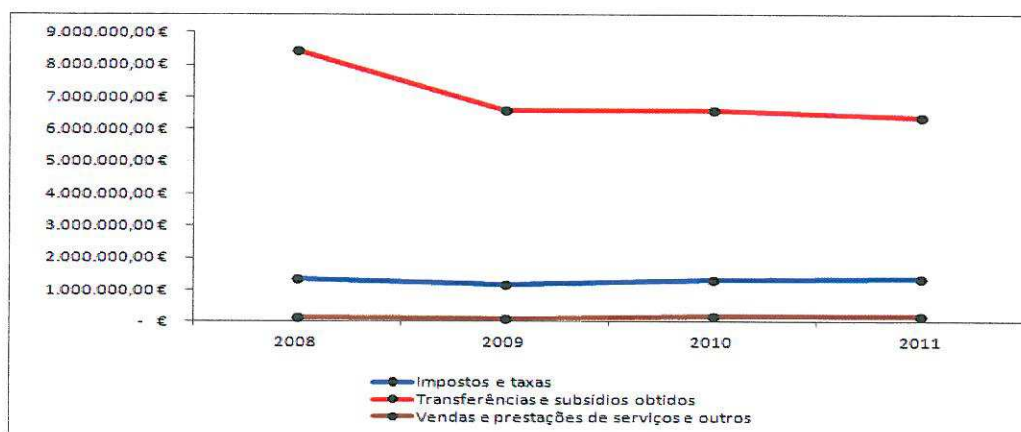
Adicionalmente, para podermos avaliar a evolução da capacidade do Município, em utilizar os seus recursos disponíveis, vamos averiguar e observar alguns histogramas dos últimos anos.

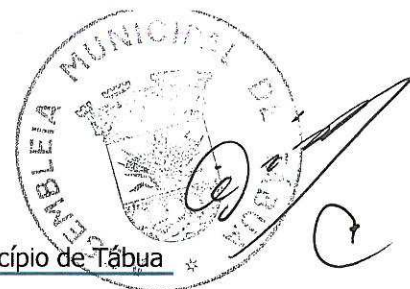
Relativamente à evolução dos recursos humanos do Município, verifica-se uma diminuição efectiva de 26 de colaboradores, do quadro de pessoal, no quadriénio, enquanto se mantém o número de colaboradores afetos à educação.

Evolução do número de colaboradores

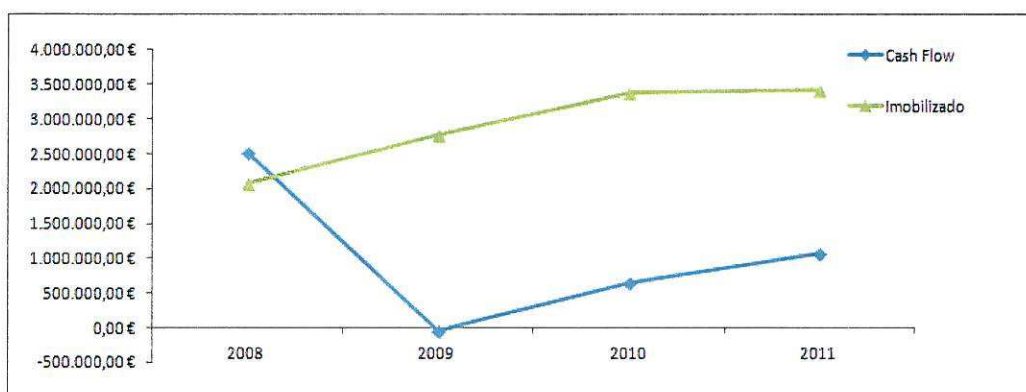


As Transferências e Subsídios Obtidos, Impostos e taxas e as vendas e prestações de serviços são as rubricas mais importantes ao nível dos proveitos operacionais. Nas transferências e subsídios, verificou-se uma diminuição de 25% no período em análise, enquanto nos impostos e taxas, houve um ligeiro acréscimo de 1,6%. O valor das vendas e prestações de serviços, apesar de residual, apresenta um acréscimo de 48%, no mesmo período.

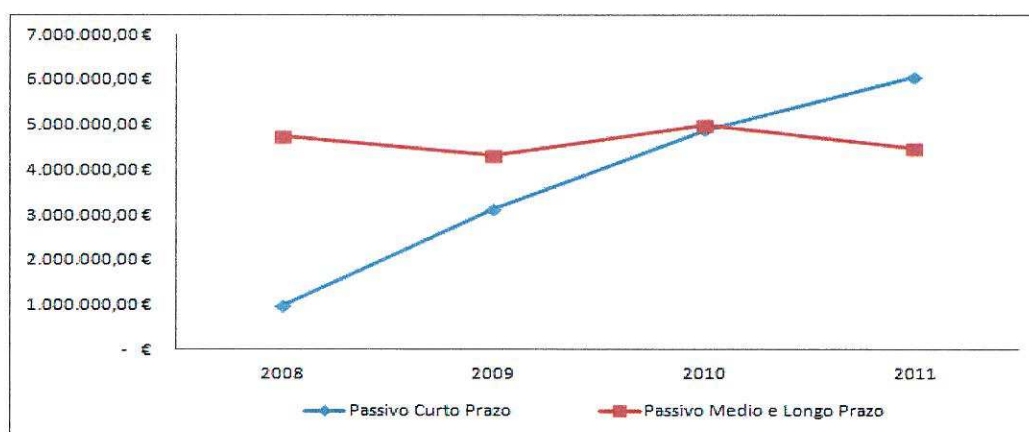




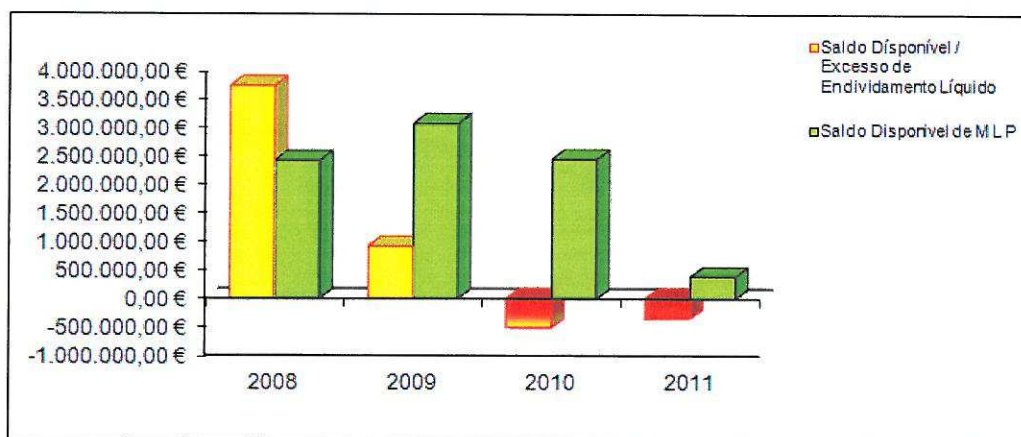
Quanto ao histograma seguinte, importa comparar, apenas, o valor dos cash flows com o valor dos investimentos realizados. Assim, como se pode verificar, os valores dos cash flows anuais gerados pelo Município, com excepção do ano 2008, não chegaram para financiar o investimento realizado. Esses investimentos estruturantes foram relativos, essencialmente, à construção do pavilhão multiusos, do centro cultural e do centro educativo, aquisição de terrenos e construção do parque empresarial de Sinde-Tábua, diversas pavimentações de acessibilidades do Concelho e obras de saneamento básico.



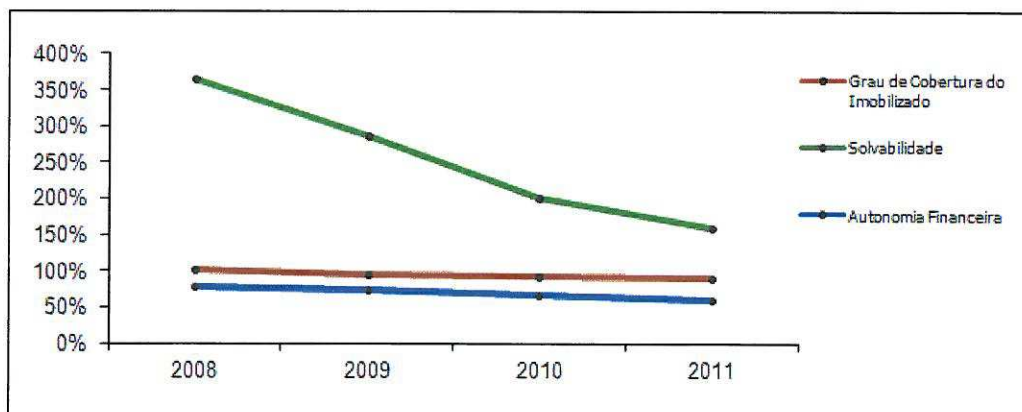
Em resultado dos cash flows não chegarem para pagar, anualmente, a totalidade dos referidos investimentos, verifica-se no gráfico seguinte, um crescimento muito significativo do passivo de curto e um ligeiro aumento do passivo de médio e longo prazo.



Com efeito, o aumento do passivo global conduziu, de acordo com a LFL (Lei n.º 2/2007) e Orçamento de Estado para 2011 a um excesso de Endividamento Líquido nos anos 2010 e 2011, no valor de 514.890,00 € e 355.659,00 € respetivamente, como se verifica no gráfico seguinte. Relativamente ao endividamento de médio e longo prazo, verifica-se que o Município apresentava, ainda, um saldo disponível no ano 2010, no valor de 2.459.936,00 € e de 387.205,00 € em 2011.



Considerando o gráfico seguinte, verifica-se que o Município, apresenta uma estrutura financeira ligeiramente desequilibrada, como pode ser constatado pela análise da cobertura do imobilizado, o que traduz o facto dos capitais permanentes não cobrirem a totalidade do activo fixo, ou seja parte desta rubrica de balanço é financiada recorrendo a capitais de curto prazo.





Finalmente, a Câmara Municipal de Tábua, apresenta uma boa autonomia financeira (independência financeira) e, ainda, uma boa capacidade de endividamento mas com tendência desfavorável.

Do exposto, se conclui de imediato que a Câmara Municipal de Tábua tem de reequilibrar financeiramente o seu balanço, e criar um fundo de maneio, através de uma operação saneamento financeiro permitida pelo Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março (Lei das Finanças Locais) capaz de proporcionar uma gestão normal do Município e ainda propiciadora da realização, com sucesso, de investimentos estruturantes.

3.2 Análise da situação financeira do Município

O estudo económico-financeiro e orçamental irá basear-se, essencialmente, em documentos contabilísticos e orçamentais, não menosprezando porém, outros de gestão que se nos afigurem como necessários. Uma das melhores regras para observar e analisar correctamente tais documentos é prepará-los e rectificar alguns valores patrimoniais, a fim de evitar distorções de análise ou dificuldades de acompanhamento do técnico analista.

Nesta área proceder-se-á à análise da situação financeira do Município, visando avaliar as condições de viabilidade financeira (equilíbrio) da autarquia, ou seja, a sua situação patrimonial e a possibilidade de satisfação do passivo.

Da apreciação de alguns indicadores obtidos dos elementos contabilísticos dos últimos exercícios, retirar-se-ão várias e significativas conclusões.

3.2.1 Indicadores financeiros

	2008		2009		2010		2011	
Fundo de Maneio	708.292	€	-2.676.044	€	-3.586.480	€	-4.432.287	€
Liquidez Geral	187	%	17	%	30	%	32	%
Solvabilidade	365	%	286	%	202	%	159	%
Autonomia Financeira	79	%	74	%	67	%	61	%
Cap. Permanentes /Imobilizado	101	%	94	%	92	%	90	%
P.M. Pagamentos *	34	Dias	82	Dias	129	Dias	258	Dias
P.M. Recebimentos	0	Dias	0	Dias	0	Dias	1	Dias

* Fonte – DGAL

Como podemos verificar pelo quadro acima, os indicadores financeiros em 2008, evidenciam contas perfeitamente equilibradas, enquanto em 2009, 2010 e 2011 esses rácios são insuficientes ou negativos (fundo de maneio), indiciando dificuldades de tesouraria. Isto é, em 2008 o prazo médio de pagamentos era de 34 dias (Tábua pertencia aos melhores no ranking financeiros), e em 2009, 2010 e 2011 os mesmos prazos de pagamento subiram, respectivamente, para 82, 129 e 258 dias.

O balanço apresenta, assim, em 2009, 2010 e 2011, uma estrutura de financiamento desequilibrada, conforme se observa pelo indicador de cobertura do imobilizado (94% em 2009 e 92% em 2010 e 90% em 2011) que não deve ser inferior à unidade. Apesar disso, o Município ainda apresenta bons indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade, porém também estes decrescentes.

3.2.2 Evolução do Activo e Fundos Próprios

	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
ACTIVO								
Imobilizado Bruto	69.040.700,49	143	71.801.585,28	156	75.185.392,94	161	78.596.102,91	166
Bens de Domínio Público	47.516.260,47	99	48.757.041,08	106	50.056.967,43	107	51.326.230,61	108
Imobilizado Incorpóreo	148.537,78	0	177.430,78	0	184.111,78	0	241.331,69	1
Imobilizado Corpóreo	16.209.826,26	34	16.685.152,20	36	19.063.044,43	41	21.557.574,08	46
Investimentos Financeiros	0,00	0	1.000,00	0	1.005,00	0	1.035,00	0
Imobilizado Curso	5.166.075,98	11	6.180.961,22	13	5.880.264,30	13	5.469.931,53	12
Amortizações Acumuladas	-22.666.625,64	-47	-26.404.980,90	-57	-29.985.180,74	-64	-33.188.400,47	-70
Existências	251.109,90	1	257.747,15	1	254.958,35	1	232.180,10	0
Matéria Prima	251.109,90	1	257.747,15	1	254.958,35	1	232.180,10	0
Produtos Acabados e em Curso	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Mercadorias	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Dívidas de Terc. M.L.Prazo	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Dívidas de Terc./Cur Prazo	25,07	0	0,00	0	849.841,88	2	1.130.442,94	2
Clientes, Contribuintes e Utentes	0,00	0	0,00	0	0,00	0	362,89	0
Estado e outros entes públicos	25,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Outros	0,00	0	0,00	0	849.841,88	2	1.130.080,05	2
Depósitos Bancários/Caixa/Tit. Neg.	1.420.918,20	3	175.584,12	0	178.233,36	0	249.898,92	1
Acresc. e Difer.	131.856,41	0	103.354,27	0	188.002,71	0	333.882,00	1
TOTAL DO ACTIVO	48.177.984,43	100	45.933.289,92	100	46.671.248,50	100	47.354.106,40	100
FUNDOS PRÓPRIOS								
Património	48.947.737,59	129	48.947.737,59	144	49.041.226,48	157	49.041.226,48	169
Prestações Suplementares	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Reservas	9.000,00	0	9.000,00	0	9.000,00	0	9.000,00	0
Resultados transitados	-9.922.633,36	-26	-11.128.800,48	-33	-14.914.042,95	-48	-17.835.179,00	-61
Resultado Líquido	-1.206.167,12	-3	-3.785.242,47	-11	-2.921.136,05	-9	-2.171.509,24	-7
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	37.827.937,11	100	34.042.694,64	100	31.215.047,48	100	29.043.538,24	100

Com base nos Balanços apresentados pela Câmara Municipal de Tábua, no último triénio, a evolução do Activo e dos Fundos Próprios, merece particular destaque:

- O aumento significativo do imobilizado bruto, resultante de investimentos efectuados, com especial destaque para o acréscimo verificado nos anos 2010 e 2011. Saliente-se que, se tivessem sido contabilizadas, na totalidade, as obras realizadas por administração directa em cada um dos anos, o activo bruto do Município seria ainda superior;
- Os Investimentos Financeiros do Município, contabilizados em 2009, 2010 e 2011, traduzem a participação de capital na Caixa de Crédito Agrícola da Beira Centro;
- Na rubrica de outras dívidas de terceiros no montante de 849.841,88 € e 1.130.080,05 € estão contabilizados, no ano de 2010 e 2011 respetivamente, os valores a receber de participações financeiras, correspondente aos investimentos realizados;



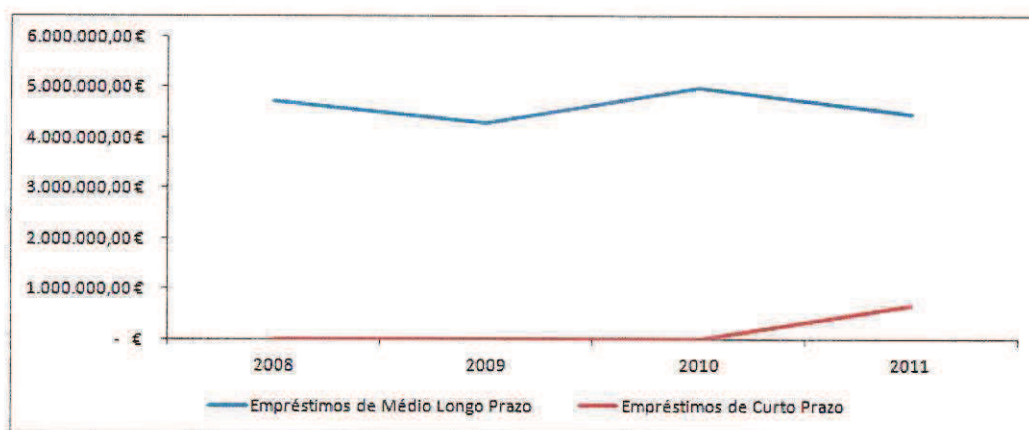
- Ao nível dos Fundos Próprios verifica-se que a rubrica "Património", apresenta um valor significativo resultante das avaliações do imobilizado, e a rubrica de resultados transitados reflecte o acumulado dos resultados líquidos negativos de cada exercício, que estão, manifestamente, inflacionados pelo valor anual excessivo das amortizações, como veremos na análise às demonstrações financeiras.

3.2.3 Evolução e estrutura do endividamento

PASSIVO	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Div. a Terc./MLP	4.738.434,80	46	4.302.607,32	36	4.981.372,06	32	4.451.121,51	24
Div. Inst. Crédito	4.738.434,80	46	4.302.607,32	36	4.981.372,06	32	4.451.121,51	24
Div. Forn. de Imob.	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Outras Dívidas	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Div. a Terc./Curto Praz	963.761,00	9	3.109.375,46	26	4.869.513,77	32	6.044.808,55	33
Div. a Inst. Crédito	0,00	0	0,00	0	0,00	0	675.000,00	4
Fornecedores	436.499,53	4	834.324,18	7	1.509.024,16	10	1.300.228,87	7
Sector Pub. Estatal	62.737,37	1	53.332,03	0	95.863,15	1	74.282,67	0
Outras dívidas	464.524,10	4	2.221.719,25	19	3.264.626,46	21	3.995.297,01	22
TOTAL PASSIVO	5.702.195,80		7.411.982,78		9.850.885,83		10.495.930,06	
Acresc. e Diferim	4.647.851,52	45	4.478.612,50	38	5.605.315,19	36	7.814.638,10	43
Acréscimos de custos	364.003,49	4	356.005,78	3	401.866,01	3	254.647,08	1
Proventos Diferidos	4.283.848,03	41	4.122.606,72	35	5.203.449,18	34	7.559.991,02	41
TOTAL DO PASSIVO + ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	10.350.047,32	100	11.890.595,28	100	15.456.201,02	100	18.310.568,16	100

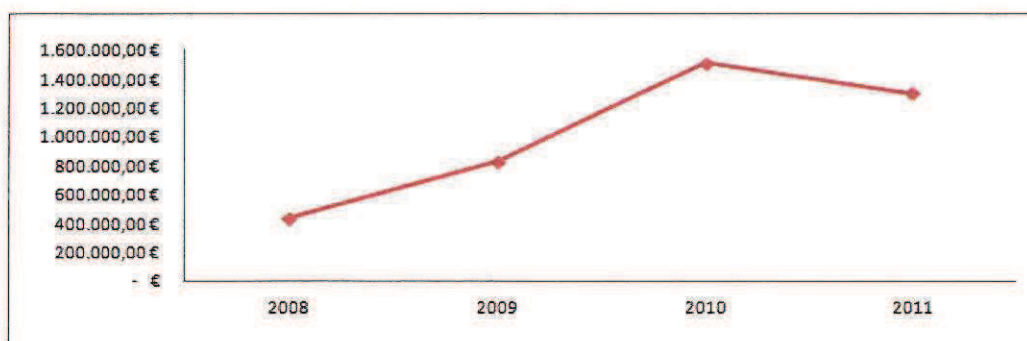
3.2.3.1 Evolução das dívidas a Instituições de Crédito

Ao nível do endividamento de médio e longo prazo, verifica-se que os empréstimos bancários do Município têm sofrido uma variação ascendente de 8% ao longo do período. Com exceção do ano 2011, no final de cada ano do período em análise, o Município não possuía qualquer valor em dívida referente a empréstimos de curto prazo.



3.2.3.2 Evolução da dívida a Fornecedores

No que diz respeito a esta rubrica, em relação ao Município no período em análise, verificou-se um aumento de 198% (acréscimo de 91% em 2009 e acréscimo de 80% em 2010 e decréscimo de 14% em 2011).



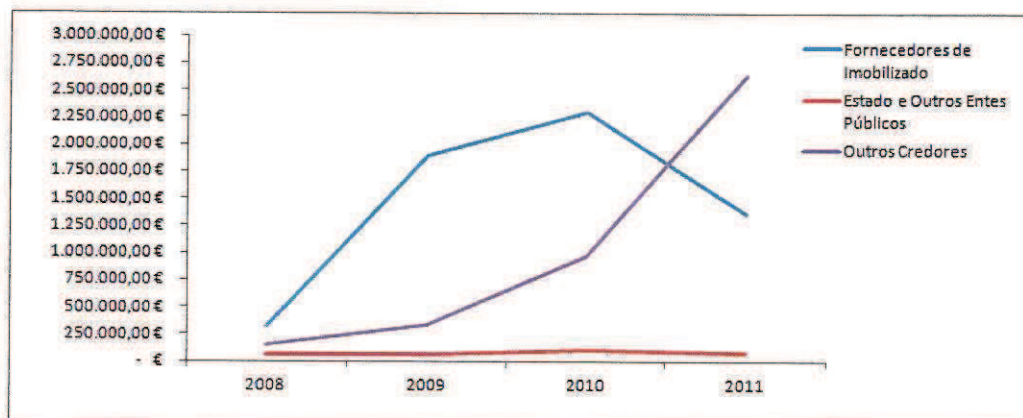
3.2.3.3 Evolução da rubrica Outras Dívidas a Terceiros

As dívidas a fornecedores de imobilizado no Município, que apresenta o saldo mais representativo dizem respeito a contratos de empreitadas e outros investimentos realizados. No quadriénio em análise tem-se vindo a registar um aumento significativo desta rubrica (a dívida cresceu cerca 328% entre 2008 e 2011), pelo facto de os investimentos realizados não serem suficientemente comparticipados e pelo facto de o cash flow gerado pelo Município ser inferior ao montante investido.

Adicionalmente, também, estão consideradas nesta rubrica dívidas a credores diversos de transferências das autarquias locais como são o caso das Associações, Instituições e Freguesias.

O valor em dívida ao estado e outros entes públicos, é referente essencialmente a impostos, encargos com a segurança social e Caixa Geral de Aposentações que transitam nos diferentes meses.

No gráfico abaixo, e em resumo está decomposta a rubrica de "Outras dívidas" ao nível do Município.



3.2.3.4 Evolução do Passivo de 2005 a 2011

Relativamente ao passivo total, torna-se interessante evidenciar, no quadro seguinte a evolução do passivo do Município desde o ano 2005 a 2011 e as consequências do seu endividamento ao nível das restrições, quer aos empréstimos de MLP quer ao acesso aos fundos comunitários.

Por outro lado, é também importante comparar, em termos percentuais, a evolução actualizada (aplicado o coeficiente de desvalorização monetária) do passivo total com as receitas principais (FEF e Impostos Locais), ao longo do mesmo período, para compreender a maior ou menor dependência daquelas receitas no cumprimento (pagamento) da dívida total do Município.

Verifica-se pelo quadro abaixo, que o passivo total se reduziu de 2005 até ao ano 2008, tendo invertido essa tendência e aumentado, significativamente, o seu valor em 2009, 2010 e 2011. No mesmo sentido, verifica-se que o indicador "passivo vs receitas" melhorou até ao ano 2008 e se degradou em 2009, 2010 e 2011, significando que nestes últimos anos as receitas principais eram insuficientes para o pagamento do passivo total, condicionando a actividade operacional do Município.

Do referido anteriormente, se deduz que o elevado nível de endividamento dos dois últimos anos, face à fraca capacidade financeira do Município, originou o arrastamento da dívida e os consequentes juros de mora, e poderá provocar, a breve prazo, a



desorganização administrativa e a criação de condições propícias à ineficiência nas compras de bens e serviços.

	Notas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	VAR. 2011/2005 %
TOTAL DO PASSIVO		5.886.174,86 €	5.840.783,00 €	5.627.877,37 €	5.702.195,80 €	7.411.982,78 €	9.850.885,83 €	10.495.930,06 €	78%
Índice Desval.Moeda *		1,08%	1,05%	1,03%	1,00%	1,01%	1,00%	1,00%	
TOTAL	(a)	6.357.068,85 €	6.132.822,15 €	5.796.713,69 €	5.702.195,80 €	7.486.102,61 €	9.850.885,83 €	10.495.930,06 €	65%
FEF + IRS + IMPOSTOS #		6.003.217,00 €	6.037.348,00 €	6.088.504,00 €	6.287.933,69 €	6.912.868,00 €	6.921.789,00 €	6.521.346,07 €	9%
Índice Desval.Moeda *		1,08%	1,05%	1,03%	1,00%	1,01%	1,00%	1,00%	
TOTAL	(b)	6.483.474,36 €	6.339.215,40 €	6.271.159,12 €	6.287.933,69 €	6.981.996,68 €	6.921.789,00 €	6.521.346,07 €	1%
PASSIVO / RECEITAS	(a)/(b)	98,05%	96,74%	92,43%	90,68%	107,22%	142,32%	160,95%	

* Portaria n.º 282/2011 de 21 de Outubro (coeficiente de desvalorização da moeda).

Fonte: Site ANMP, Contas MT

* Portaria n.º 282/2011 de 21 de Outubro Julho de 2011 (coeficiente de desvalorização da moeda).

IMPOSTOS = (IMI - CA) + (IMT - SISA) + (IUC - ISV); Fonte: Site ANMP, Contas MT

A falta de apoio da Administração Central, durante anos, ao interior, conduziu ao isolamento, à desertificação e à fuga dos mais jovens para outras paragens (migração e emigração) e com isso à saída de muitas empresas que ali se haviam instalado.

Com efeito, como as políticas públicas macroeconómicas e de desenvolvimento regional tinham privilegiado a zona do litoral, o problema da interioridade que afectava algumas regiões de Portugal, na qual se integra o Município de Tábua, só poderia ser ultrapassado com as novas dinâmicas locais e com uma nova visão estratégica.

Por isso, este aumento do endividamento do Município (agravado pela redução das transferências orçamentais e pela insuficiente compensação financeira relativa à delegação de competências da administração central) foi **pura opção estratégica do actual órgão executivo** que realizou investimentos, não só, subsidiados, como também, outros não subsidiados mas significativos, nomeadamente, na área empresarial (1.461.000,00€), nas acessibilidades (1.420.000,00€) e nas redes de água e saneamento (728.000,00€). O investimento mobilizador ao nível de infraestruturas empresariais (como a área empresarial Sinde-Tábua), procurou **fomentar a atractividade de projectos** para o concelho, e ainda estimular o **crescimento e o desenvolvimento do tecido empresarial local**, como únicas formas de criação de condições básicas geradoras de emprego e de riqueza.

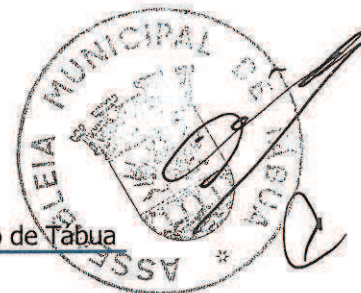
Com efeito, à custa desta estratégia do executivo o Município de Tábua, que se encontra já em franco desenvolvimento económico, conseguiu a **captação de indústrias de interesse estratégico (PIN)** e é, actualmente, o **quarto concelho mais exportador do distrito de Coimbra**.

3.2.4 Limites ao endividamento

Em consequência das alterações verificadas com a nova Lei das Finanças Locais n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, na sequência das restrições orçamentais nacionais e impostas pelos diferentes Planos de Estabilidade e Crescimento, foram estabelecidos os limites ao endividamento líquido e de médio e longo prazo dos Municípios.

Face ao legalmente estabelecido foram calculados os referidos limites, que constam do quadro seguinte, verificando-se que o Município de Tábua apenas excedeu o limite de endividamento líquido nos anos de 2010 e 2011, pelo que se encontrava em situação de incumprimento de acordo com o disposto no artigo 37.º n.º 1 da Lei das Finanças Locais.

Data	Limite ao endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Montante em excesso / Disponível	
	Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
	1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
31-12-2008 LFL	7.895.340,65 €	6.316.272,52 €	4.136.578,02 €	3.880.381,97 €	858.052,83 €	3.758.762,63 €	2.435.890,55 €
31-12-2009 LFL	8.271.852,98 €	6.617.482,38 €	7.349.150,97 €	3.520.888,33 €	781.718,99 €	922.702,00 €	3.096.594,05 €
31-12-2010 LFL	8.444.010,00 €	6.755.208,00 €	8.958.900,00 €	4.295.272,00 €	686.101,00 €	-514.890,00 €	2.459.936,00 €
31-12-2011 (art.º 53.º OE/2011)	8.907.411,00 €	4.912.471,00 €	9.263.070,00 €	4.525.266,00 €	600.856,00 €	-355.659,00 €	387.205,00 €



3.3 Análise da situação económica

	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Vendas de:	21.100,00	0	0,00	0	4.371,00	0	79.291,13	1
Produto	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Mercadoria	21.100,00	0	0,00	0	4.371,00	0	79.291,13	1
Prest. Serviços	102.815,08	1	107.140,41	1	159.062,79	2	104.225,67	1
Outros prov. e ganhos operac.	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Producao	479.412,02	5	105.488,45	1	155.423,03	2	59.135,96	1
Impostos e Taxas	1.332.664,79	13	1.152.858,03	15	1.316.566,14	16	1.353.455,84	17
Transferências e Sub. Obtidos	8.423.594,57	81	6.559.453,53	83	6.570.586,41	80	6.349.135,31	80
Trabalhos Própria Entidade	479.412,02	5	105.488,45	1	155.423,03	2	59.135,96	1
Prov.G.F.Explor	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL PROVEITOS	10.359.586,46	100,00	7.924.940,42	100,00	8.206.009,37	100	7.945.243,91	100
Custo Mercadorias	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Custo Mat. Primas	401.674,72	4	336.405,07	4	400.141,00	5	345.673,60	4
Forns. S. Externos	2.448.932,92	24	2.413.320,50	30	2.368.987,39	29	2.055.635,91	26
Subcontratos	184.764,51	2	202.914,81	3	213.403,82	3	214.748,27	3
Trabalhos Especializados	136.067,01	1	304.537,26	4	247.743,00	3	268.342,84	3
Electricidade/Combustiveis	285.550,95	3	444.796,77	6	475.706,25	6	512.796,92	6
Conservação e Reparação	66.484,95	1	55.897,70	1	69.911,84	1	68.719,63	1
O.F.S.E	1.776.065,50	17	1.405.173,96	18	1.362.222,48	17	991.028,25	12
Custo c/ Pessoal	3.666.669,70	35	3.624.675,88	46	3.922.484,30	48	3.566.444,74	45
Amortizações Exercício	3.716.549,23	36	3.740.966,06	47	3.577.531,28	44	3.247.365,32	41
Transf. E subs. Correntes	953.445,78	9	1.181.488,87	15	1.057.080,79	13	1.012.135,09	13
Outros C. Explor.	60.709,75	1	28.281,84	0	6.330,50	0	15.097,31	0
Custos P.F. Explor	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL CUSTOS EXPLOR.	11.247.982,10	109	11.325.138,22	143	11.332.555,26	138	10.242.351,97	129
RESUL EXPLOR.	-888.395,64	-9	-3.400.197,80	-43	-3.126.545,89	-38	-2.297.108,06	-29
Prov. G. Extraord.	23.323,91	0	179.031,50	2	96.949,75	1	142.513,45	2
Custos P. Extraord.	481.394,79	5	727.733,81	9	134.955,12	2	198.717,74	3
Res. Antes F. Financ.	-1.346.466,52	-13	-3.948.900,11	-50	-3.164.551,26	-39	-2.353.312,35	-30
Prov.G. Financ.	394.768,51	4	337.719,75	4	324.055,63	4	329.227,46	4
Custos P. Financ.	254.469,11	2	174.062,11	2	80.640,42	1	147.424,35	2
Juros Suport.	254.462,76	2	173.183,47	2	72.658,68	1	116.333,35	1
Outros	6,35	0	878,64	0	7.981,74	0	31.091,00	0
RESULT. LIQUIDOS	-1.206.167,12	-12	-3.785.242,47	-48	-2.921.136,05	-36	-2.171.509,24	-27

Não é possível retirar quaisquer conclusões quanto à viabilidade, sem apreciar a situação económica, isto é, a sua rendibilidade, economicidade e as perspectivas de satisfação das necessidades dos Municípios.

A situação económica está ligada e influencia a situação financeira e vice-versa. Nesse sentido, fizemos a comparação de alguns indicadores económicos e a sua evolução nos anos em análise.

Aqui temos de distinguir os negócios nas áreas empresariais, dos negócios que visam apenas a satisfação das necessidades dos municípios.

Quer uns quer outros devem ser medidos em termos de eficiência dos recursos utilizados e em termos de eficácia (lucros ou satisfação das necessidades).

Quer a actividade privada quer a pública contribuem de igual forma para o Rendimento Nacional. No entanto, enquanto na actividade empresarial é relativamente fácil medir o sucesso através dos resultados, na actividade pública o grau de satisfação de necessidades torna-se difícil. Por isso, deve haver a avaliação de desempenho e um controle efectivo sobre os custos de todas as acções.

As rentabilidades apuradas neste estudo servem apenas para termo de comparação (benchmarking) entre anos e como orientação para a gestão da autarquia.

De um modo geral, verifica-se que o Município apresentou nos últimos 4 anos resultados líquidos negativos, influenciados fortemente pelo **valor excessivo das amortizações do exercício e pela falta da contabilização da totalidade das obras de administração directa.**

3.3.1 Proveitos

Interessa também, analisar as diferentes componentes das rubricas de proveitos.

	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/ 2008
Vendas de:					
Produto	- €	- €	- €	- €	0%
Mercadoria	21.100,00 €	- €	4.371,00 €	79.291,13 €	276%
Prest. Serviços	102.815,08 €	107.140,41 €	159.062,79 €	104.225,67 €	1%
Impostos e Taxas	1.332.664,79 €	1.152.858,03 €	1.316.566,14 €	1.353.455,84 €	2%
Transferências e Sub. Obtidos	8.423.594,57 €	6.559.453,53 €	6.570.586,41 €	6.349.135,31 €	-25%
Trabalhos Própria Entidade	479.412,02 €	105.488,45 €	155.423,03 €	59.135,96 €	-88%
TOTAL PROVEITOS	10.359.586,46 €	7.924.940,42 €	8.206.009,37 €	7.945.243,91 €	-23%

No que diz respeito ao total das vendas de produtos e mercadorias constatamos que os valores em causa não têm expressão, e resultam essencialmente da venda de bens de investimento (terrenos).

Por outro lado, o valor das prestações de serviços correspondem, nomeadamente ao aluguer de espaços e equipamentos, serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto, saneamento e rendas tiveram, no mesmo período, um acréscimo de 1%.

Quanto à rubrica de Impostos e Taxas verifica-se, no quadro seguinte, um aumento de 2% no quadriénio em análise, decorrente fundamentalmente com o contributo positivo do IMI, IUC, impostos indiretos e taxas, e do contributo negativo do IMT.

IMPOSTOS E TAXAS	2008	2009	2010	2011	VAR. 2011/2008
IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	479.434,96	528.543,02	522.881,69 €	577.485,37 €	20%
CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	642,33	812,58	326,90 €	1.392,55 €	117%
SUBTOTAL	480.077,29 €	529.355,60 €	523.208,59 €	578.877,92 €	21%
IMT - IMP. MUN. TRANSMISSÕES ONEROSAS	447.644,90	220.707,16	427.346,89 €	185.641,77 €	-59%
IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	0,00 €	0,00	8.566,62 €	0,00 €	0%
SUBTOTAL	447.644,90 €	220.707,16 €	435.913,51 €	185.641,77 €	-59%
IUC - IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	124.392,66 €	151.364,17	153.202,27 €	164.722,19 €	32%
IMV - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEÍCULOS	724,30	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-100%
SUBTOTAL	125.116,96 €	151.364,17 €	153.202,27 €	164.722,19 €	32%
IMPOSTOS INDIRECTOS	84.537,90	66.836,89	31.522,63 €	113.267,51 €	34%
TAXAS (Mercados e Feiras, Obras, RSU e outras)	195.287,74	184.594,21	172.719,14 €	310.946,45 €	59%
TOTAL	1.332.664,79 €	1.152.858,03 €	1.316.566,14 €	1.353.455,84 €	2%

Os valores das receitas oriundas das transferências e subsídios obtidos têm vindo a diminuir na estrutura total dos proveitos do Município. No entanto este decréscimo resulta da contabilização da receita extraordinária de 1.500.000,00 € da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão nesta rubrica. Neste sentido, esta receita não se verificou nos anos seguintes.

TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS OBTIDOS	2008	2009	2010	2011	%Var. 2011/2008
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.963.835,13 €	4.481.355,19 €	4.594.752,82 €	4.350.557,78 €	-27%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.364.408,00	3.526.062,00 €	3.574.855,00 €	3.390.336,00 €	1%
Fundo Social Municipal	214.886,00	245.675,00 €	245.160,00 €	232.506,00 €	8%
Participação Fixa no IRS	175.450,00	174.279,00 €	159.639,00 €	160.940,00 €	-8%
Outras					
DREC	309.609,04	347.064,34 €	335.811,85 €	334.644,08 €	8%
DGAL	86.766,00	62.658,00 €	63.159,00 €	64.548,00 €	-26%
FEOGA	165.531,52	- €	- €	- €	-100%
I.E.F.P	4.095,73	6.112,86 €	108.158,71 €	85.823,22 €	1995%
SEGURANÇA SOCIAL	9.209,22	- €	- €	- €	-100%
Programa Leader	8.337,25	- €	- €	- €	-100%
Pepal	12.386,35	21.535,74 €	35.807,22 €	31.862,55 €	157%
Outros	1.613.156,02 €	97.968,25 €	72.162,04 €	49.897,93 €	-97%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.459.759,44 €	2.078.098,34 €	1.975.833,59 €	1.998.577,53 €	-19%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.811.604,00	1.898.649,00 €	1.924.922,00 €	1.825.565,00 €	6%
FEOGA	182.501,54	- €	- €	- €	-100%
FEDER	353.152,11	146.402,14	- €	- €	-100%
Outras	112.501,79	33.047,20 €	50.911,59 €	173.012,53 €	-55%
TOTAL	8.423.594,57 €	6.559.453,53 €	6.570.586,41 €	6.349.135,31 €	-25%

A rubrica de trabalhos para a própria entidade apresenta um valor diminuto porque não foram contabilizados, nos últimos três anos, todos os trabalhos realizados por administração directa. Isto é, deveriam ter sido contabilizados como proveitos, nesta rubrica, em 2008, 2009, 2010 e 2011, os valores de 1.354.250,87 €, 1.290.506,84 €, 1.401.641,15 € e 1.289.509,86 €, respectivamente, como contrapartida dos custos com o Pessoal, consumo de matérias-primas e amortização de equipamentos. Tal procedimento, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites (reconhecimento dos activos), teria provocado um aumento significativo de 874.848,85 €, 1.185.018,39 €, 1.246.218,12 € e 1.230.373,90 € naqueles anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 respectivamente, no valor dos Resultados Operacionais e Resultados Líquidos.

DESIGNAÇÃO	ANO			
	2008	2009	2010	2011
MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS	401.674,72 €	336.405,07 €	400.141,00 €	368.129,72 €
CUSTOS COM PESSOAL	812.000,00 €	836.360,00 €	861.450,80 €	792.534,74 €
CUSTO PRIMÁRIO	1.213.674,72 €	1.172.765,07 €	1.261.591,80 €	1.160.664,46 €
AMORTIZAÇÃO E CONSUMOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	140.586,15 €	117.741,77 €	140.049,35 €	128.845,40 €
CUSTO INDUSTRIAL	1.354.260,87 €	1.290.506,84 €	1.401.641,15 €	1.289.509,86 €
VALOR CONTABILIZADO EM TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	479.412,02 €	105.488,45 €	155.423,03 €	59.135,96 €
DIFERENÇA NÃO RELEVADA CONTABILISTICAMENTE	- 874.848,85 €	- 1.185.018,39 €	- 1.246.218,12 €	- 1.230.373,90 €

Importa esclarecer que os principais trabalhos por administração directa, nos exercícios de 2008 a 2011, foram os seguintes:

- Conservação e reparação de escolas;
- Intervenções no parque empresarial;
- Intervenções no pavilhão multiusos;
- Recuperação e instalação de serviços, designadamente nas piscinas e estádio;
- Reparação dos passeios e arranjos exteriores;
- Execução de ramais de saneamento no concelho;
- Jardins e zonas verdes;
- Intervenções no mercado e oficinas municipais;
- Beneficiação de estradas municipais;
- Pavimentações e arruamentos nas diversas freguesias do concelho de Tábua.

3.3.2 Estrutura de custos

No quadro apresentado de seguida é possível visualizar a evolução das diversas rubricas dos custos, no triénio em análise, comparando-os com o total dos proveitos.

	(% em relação aos proveitos totais)			
	2008	2009	2010	2011
Custo mercadorias vendidas e				
matérias consumidas	4	4	5	4
F.S.E.	24	30	29	26
Custos com pessoal	35	46	48	45
Amortizações exercício	36	47	44	41
Transferências e Subsídios				
Correntes	9	15	13	13
Custos e Perdas Extraordinárias	5	9	2	3
Custos e Perdas Financeiras	2	2	1	2

No que diz respeito à rubrica custo mercadorias vendidas e matérias consumidas verifica-se que, no quadriénio em análise, as matérias consumidas adquiridas foram praticamente constantes.

Em relação aos FSE verificamos que o seu peso em relação aos proveitos totais aumentou 2 pontos percentuais no período, derivado do crescimento, nomeadamente, dos custos relacionados com energia e combustíveis.

Outra rubrica com peso relevante na estrutura de custos do Município é as despesas com o pessoal. Apesar de ter havido uma diminuição de colaboradores, no período de 2008 a 2011, dos quadros da Câmara Municipal (26 pessoas), as despesas com o pessoal estão inflacionadas pelos encargos com o pessoal afecto à educação que subiram 65% (2008 - 32 pessoas com custo de 317.816,68 Euros; 2009 - 38 pessoas com custo de 410.671,11; 2010 - 37 pessoas com custo de 524.435,51 Euros; 2011 - 36 pessoas com custo de 527.010,21 Euros.

Como resultado da avaliação do imobilizado do Município têm sido contabilizadas amortizações de exercício excessivas, face ao verdadeiro desgaste temporal ou funcional verificado.

O peso das transferências e subsídios correntes cresceu 4 pontos percentuais no ano 2011, face a 2008, em resultado dos apoios às instituições sem fins lucrativos, às Juntas de Freguesia e às famílias.

Relativamente aos custos e perdas financeiros e custos e perdas extraordinários verificamos que os primeiros aumentaram 29 % e os segundos diminuíram 59 %, conforme quadro seguinte:

	2008	2009	2010	2011
Custo e Perdas Financeiras	254.469,11 €	174.062,11 €	80.640,42 €	329.227,46 €
Custos e Perdas Extraordinárias	481.394,79 €	727.733,81 €	134.955,12 €	198.717,74 €

O acréscimo dos custos e perdas financeiras, no quadriénio, resulta essencialmente dos juros debitados pelos fornecedores.

Os custos e perdas extraordinários têm vindo a decrescer em termos absolutos e relativos, no período em análise, em virtude da diminuição das transferências de capital para diversas instituições.

3.3.3 Análise de resultados

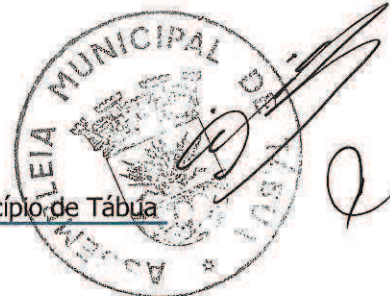
O Município apresentou resultados operacionais e líquidos negativos no quadriénio. Saliente-se que esses resultados seriam bem melhores, se tivessem sido registados por valores mais aceitáveis e superiores, os trabalhos para a própria entidade (*vide* 3.3.1) resultantes das obras realizadas por administração directa, e ainda, se não tivessem sido contabilizadas as amortizações de cada exercício económico a taxas excessivas (entre 35% e 55% a mais) sobre um valor do activo, eventualmente, sobreavaliado.

Com efeito, por um lado, ao consideramos a **contabilização real dos trabalhos para a própria entidade estamos a retirar dos custos valores que pertencem ao imobilizado**, por outro lado, **não podemos exagerar no valor das amortizações do exercício, sob pena de falsear**, também, o verdadeiro resultado económico.

Por isso, tendo em conta a falta de registo das obras de administração directa e que o valor das amortizações/reintegrações excede em mais do que 50% o valor do desgaste espontâneo e de funcionamento dos bens subjacentes, ou seja, que a reserva financeira criada através das referidas amortizações/reintegrações é excessiva face à necessidade de substituição dos bens de que são objecto e dos fins que prosseguem (sociais) então os proveitos totais são superiores aos custos totais, entre 2008 e 2011, pelo que o Município apresenta equilíbrio económico em 2011 (**viabilidade económica**).

Descrição	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011 / 2008
Resultados Operacionais	- 888.395,64 €	- 3.400.197,80 €	- 3.126.545,89 €	- 2.297.108,06 €	-359%
Resultados Financeiros	140.299,40 €	163.657,64 €	243.415,21 €	181.803,11 €	-230%
Resultados Extraordinários	- 458.070,88 €	- 548.702,31 €	- 38.005,37 €	- 56.204,29 €	-112%
Resultados Líquidos	- 1.206.167,12 €	- 3.785.242,47 €	- 2.921.136,05 €	- 2.171.509,24 €	-280%
Cash Flow	2.510.382,11 €	44.276,41 €	656.395,23 €	1.075.856,08 €	-143%
Trabalhos para a pp Entidade	479.412,02 €	105.488,45 €	155.423,03 €	59.135,96 €	-112%
Investimentos	2.079.089,60 €	2.760.884,79 €	3.383.807,66 €	3.410.709,97 €	-264%
Amortizações	3.716.549,23 €	3.740.966,06 €	3.577.531,28 €	3.247.365,32 €	-13%

Do quadro acima se infere, que o Município se **endividou** manifestamente, em 2009, 2010 e 2011, porque o valor dos cash flows foi inferior ao valor dos investimentos realizados (mesmo que comparticipados).



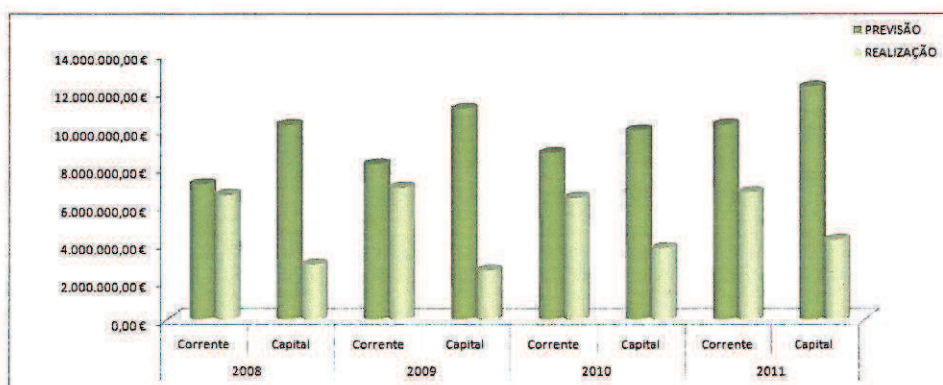
3.4 Análise orçamental

Os documentos de suporte para esta análise são o orçamento da receita e da despesa e as grandes opções de plano, considerando um horizonte temporal de 2008 a 2011.

3.4.1 Evolução do orçamento da despesa

Procedemos à análise da evolução da despesa no período 2008 a 2011, e verificamos que existe um desvio considerável entre os valores previstos e os valores efectivamente realizados.

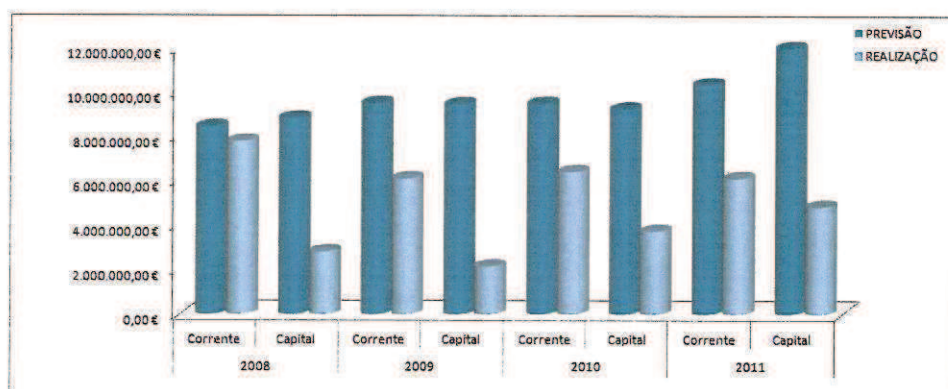
A classificação económica da despesa, permite identificar quer o destino privilegiado das despesas (correntes ou de capital), quer a sua natureza (despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, investimentos...), indicando a afectação das despesas ao tipo de necessidades locais que o Município pretende satisfazer.

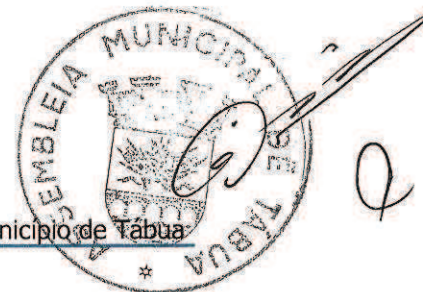


3.4.2 Evolução do orçamento da receita

Do mesmo modo, procedemos à análise da evolução da receita no período 2008 a 2011, e verificamos que existe um desvio significativo entre os valores previstos e realizados na receita de capital. Relativamente à receita corrente o valor da execução é mais próximo do valor da previsão, no entanto tem vindo a decrescer ao longo dos anos.

A estrutura da receita total subdivide-se, em termos orçamentais, em receitas correntes, que correspondem a impostos directos e indirectos, as taxas, multas e outras penalidades, os rendimentos de propriedade, as transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes. Em receitas de capital inscrevem-se as rubricas referentes à venda de bens de investimento, às transferências de capital, aos activos financeiros, aos passivos financeiros, a outras receitas de capital.





3.4.3 Fluxos de tesouraria

Ao nível da evolução dos fluxos de tesouraria verifica-se que, no ano de 2008, o montante de receitas correntes é superior ao montante das despesas correntes, ao contrário do que se verifica nos anos 2009, 2010 e 2011 (devido essencialmente ao PSF), em tal situação não se verifica, dado que, o valor das despesas correntes foi superior às receitas correntes em 848.290,86 €, 346.629,17 € e 579.715,01 € respectivamente.

Relativamente às receitas de capital, estas são inferiores às despesas de capital nos anos 2008 e 2009.

FLUXOS DE TESOURARIA	2008	2009	2010	2011
Receitas Correntes	7.793.480,11 €	6.116.330,20 €	6.424.634,98 €	6.134.223,16 €
Despesas Correntes	6.574.881,55 €	6.964.621,06 €	6.771.264,15 €	6.713.938,17 €
Receitas Capital	2.830.195,44 €	2.168.268,34 €	3.755.029,05 €	4.850.506,31 €
Despesas Capital	2.898.658,98 €	2.583.969,85 €	3.411.572,36 €	4.196.951,07 €

Assim, podemos concluir que existe um deficit das receitas correntes face às despesas correntes nos anos 2009, 2010 e 2011, não se verificando poupança corrente para canalizar para investimento, ou seja, para aplicar nas rubricas de despesa de capital, pelo que **não existiu equilíbrio orçamental corrente**.

Porém, se considerarmos que o Município, deveria ter contabilizado, como referido no ponto 3.3.1 – Proveitos, os trabalhos realizados por administração directa (trabalhos para o próprio Município), aquela situação orçamental equilibrar-se-ia. Isto é, do ponto de vista orçamental foram consideradas como despesas correntes, as despesas de pessoal afecto e as despesas de bens e serviços, quando deveriam ser consideradas como despesas de capital. Neste particular, considerando apenas o custo primário (despesas com pessoal + consumo de matérias primas) e fazendo a conversão das despesas correntes em despesas de capital no correspondente às despesas com pessoal afecto e com os bens e serviços, utilizados na realização dos investimentos, verifica-se que as receitas correntes superaram as despesas correntes. Deste modo, tendo em atenção os princípios contabilísticos subjacentes adequados à situação, considera-se cumprido o **princípio do equilíbrio orçamental**.

3.4.4 Estrutura financeira do Município

3.4.4.1 Receita

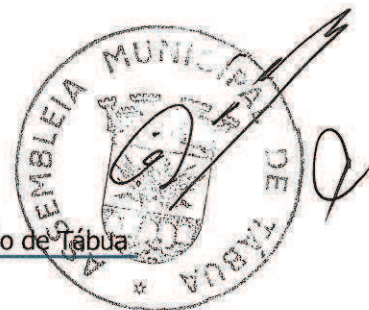
INDICADORES FINANCEIROS	2008	2009	2010	2011
Passivos Financeiros / Receitas Totais	1%	1%	15%	7%
Transferências Totais Obtidas / Receitas Totais	68%	79%	67%	76%
Receitas Próprias / Receitas Totais	32%	20%	18%	17%

Nota: No ano 2008 foi transferido o valor de 1.500.000,00 € da AMPB de transferências obtidas para receitas próprias.

Do indicador passivos financeiros vs receitas totais podemos concluir que houve um acréscimo significativo do recurso a empréstimos no ano 2010, face ao verificado nos anos anteriores e no ano 2011.

Relativamente ao indicador das transferências obtidas, verificamos que estas possuem um peso relevante na estrutura total das receitas representando sempre mais de 50% das receitas totais, com especial destaque para os 79% do ano 2009.

Finalmente, pelo indicador de receitas próprias vs receitas totais, conclui-se que o Município não apresenta independência financeira adequada, no quadriénio, porque as suas receitas próprias são inferiores a 50% das receitas totais. No entanto, o seu rácio é também inferior à média de outros Municípios (a média para os Municípios da mesma dimensão, publicada pela OTOC, em 2009, foi de 23%).



3.4.4.2 Despesa

INDICADORES FINANCEIROS	2008	2009	2010	2011
Aquisição de Bens e Serviços	21%	20%	18%	17%
Despesas com Pessoal	35%	38%	37%	34%
Juros e Outros Encargos	3%	2%	1%	6%
Transferências Correntes Concedidas	10%	12%	10%	9%
Outras Despesas Correntes	1%	1%	1%	1%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	69%	73%	66%	62%
Aquisição de Bens de Capital	21%	15%	25%	32%
Transferências de Capital Concedidas	5%	6%	1%	1%
Passivos Financeiros	5%	6%	8%	5%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	31%	27%	34%	38%
TOTAL DAS DESPESAS PAGAS	100%	100%	100%	100%

Analisando a repartição percentual das despesas acima e comparando-a com a publicada pela OTOC verifica-se um peso excessivo das despesas com o pessoal e nas transferências correntes, no total das despesas pagas pelo Município (a média das despesas com o pessoal e com as transferências correntes foram de 28% e 6%, respectivamente, no anuário dos municípios portugueses de 2009).

3.5. Análise à situação financeira actual do Município

Esta análise tem como objectivo verificar se as dificuldades financeiras, já descritas relativas aos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, se mantêm actualmente.

Considerando o Balancete da Câmara Municipal à data de 30/06/2012 foi elaborado um Balanço cujas rubricas de seguida vão ser apresentadas.

3.5.1 Activo

O quadro seguinte apresenta a sua decomposição:

Conta N°	Designação	31-12-2011	30-06-2012	Variação
11	Caixa	1.207,26 €	3.654,31 €	2.447,05 €
12	Depósitos em instituições financeiras	248.691,66 €	143.861,70 €	- 104.829,96 €
21	Clientes, contribuintes e utentes	362,89 €	359,15 €	- 3,74 €
26.8.2	Devedores de transferências p/as autarquias locais	1.130.080,05 €	961.450,90 €	- 168.629,15 €
271	Acréscimo de Proventos	276.369,18 €	214.407,86 €	- 61.961,32 €
272	Custos Diferidos	57.512,82 €	29.434,80 €	- 28.078,02 €
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	232.180,10 €	241.197,53 €	9.017,43 €
TOTAL - ACTIVO CIRCULANTE		1.946.403,96 €	1.594.366,25 €	- 352.037,71 €
41	Investimentos financeiros	1.035,00 €	1.035,00 €	- €
42	Imobilizações corpóreas	21.557.574,08 €	21.591.450,19 €	33.876,11 €
43	Imobilizações incorpóreas	241.331,69 €	243.248,48 €	1.916,79 €
44	Imobilizações em curso	5.469.931,53 €	6.396.878,07 €	926.946,54 €
45	Bens de domínio público	51.326.230,61 €	51.335.834,41 €	9.603,80 €
48	Amortizações Acumuladas	- 33.188.400,47 €	- 33.188.400,47 €	- €
TOTAL - ACTIVO FIXO		45.407.702,44 €	46.380.045,68 €	972.343,24 €
TOTAL - ACTIVO		47.354.106,40 €	47.974.411,93 €	620.305,53 €

Constatamos que as principais rubricas do Activo do Município em 30/06/2012 totalizam 47.974.411,93 €.

Analisando de forma detalhada o activo do Município, verifica-se que o seu activo circulante ascende a 1.594.366,25 €, inferior ao verificado no fim de 2011 em 352.037,71 €.

No activo circulante verifica-se que as rubricas com maior expressão são as relativas aos "Depósitos em instituições de crédito" no valor de 143.861,70 e a "devedores de transferências para as autarquias locais" com o valor de 961.450,90 € que corresponde a contabilização dos subsídios a receber inerentes a investimentos já realizados que são objecto de comparticipação comunitária.

Na mesma data, o activo fixo líquido constituído pelos investimentos financeiros, imobilizado incorpóreo, corpóreo, em curso e de domínio público, totalizava 46.380.045,68 €, representando assim 97% do Activo do Município. O aumento verificado nesta rubrica de 972.343,24 €, resultam de investimentos (nomeadamente no centro cultural e na Etar de Tábua) efectuados pelo Município durante o ano 2012.

Em termos globais, o activo do Município aumentou 620.305,53 €, em 2012, relativamente ao final de 2011.

3.5.2 Fundos Próprios

O quadro apresentado de seguida traduz a evolução dos Fundos Próprios do Município:

Conta Nº	Designação	31-12-2011	30-06-2012	Variação
51	Património	49.041.226,48 €	49.041.226,48 €	- €
57	Reservas	9.000,00 €	9.000,00 €	- €
59	Resultado transitados	- 17.835.179,00 €	- 20.006.688,24 €	- 2.171.509,24 €
88	Resultado líquido do exercício	- 2.171.509,24 €	736.075,32 €	2.907.584,56 €
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS		29.043.538,24 €	29.779.613,56 €	736.075,32 €

A variação ocorrida na rubrica Fundos Próprios deve-se quer à contabilização em resultados transitados dos resultados líquidos do ano 2011, quer à estimativa dos resultados líquidos, em 30.06.2012, sem amortizações no período.

Com efeito, ainda não foram calculadas as amortizações do exercício relativamente ao imobilizado, procedimento este, que será efectuado no final do ano, pelo que o activo e os resultados líquidos estão sobrevalorizados nesse valor.

3.5.3 Passivo

O passivo do Município decompõe-se da seguinte forma:

Conta Nº	Designação	31-12-2011	30-06-2012	Varição
	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	4.451.121,51 €	4.201.760,29 € -	249.361,22 €
23.1.2.1	Dívidas a Instituições de Crédito - M L Prazo	4.451.121,51 €	4.201.760,29 € -	249.361,22 €
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	6.044.808,55 €	6.141.346,41 €	96.537,86 €
22.	Fornecedores	1.300.228,87 €	1.747.093,80 €	446.864,93 €
23.1.1	Dívidas a Instituições Crédito - Curto Prazo	675.000,00 €	675.000,00 €	- €
24	Estado e Outros Entes Públicos	74.282,67 €	117.460,29 €	43.177,62 €
25.2	Credores pela Execução do Orçamento	- €	- €	- €
26.1.1	Fornecedores de Imobilizado	1.363.440,92 €	1.491.649,49 €	128.208,57 €
26.2	Pessoal	10.262,15 €	7.776,06 € -	2.486,09 €
26.3	Sindicatos e Outras Instituições	542,38 €	547,00 €	4,62 €
	Devedores e credores diversos			
26.8.1	Depósitos de garantia/cauções	93.330,63 €	97.890,60 €	4.559,97 €
26.8.4	Credores de transferências das autarquias locais	130.427,63 €	182.634,61 €	52.206,98 €
26.8.5	Devedores/Credores por operações de tesouraria	1.098,04 €	1.052,08 € -	45,96 €
26.8.8	Outros Credores	2.396.195,26 €	1.820.242,48 € -	575.952,78 €
	TOTAL PASSIVO	10.495.930,06 €	10.343.106,70 € -	152.823,36 €
	Acréscimos e Diferimentos			
27.3	Acréscimos de Custos	254.647,08 €	42.610,42 € -	212.036,66 €
27.4	Proveitos Diferidos	7.559.991,02 €	7.809.081,25 €	249.090,23 €
29.	Provisões	- €	- €	- €
	TOTAL PASSIVO +ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	18.310.568,16 €	18.194.798,37 € -	115.769,79 €

No período em análise verifica-se uma diminuição do passivo de MLP em 249.361,22 Euros e do passivo global em 152.823,36 Euros.

Por outro lado assistimos a um aumento do valor das dívidas a fornecedores e fornecedores de imobilizado (devido, essencialmente, à aquisição de bens e serviços e aos investimentos realizados, no período).

3.5.3.1 Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

A rubrica diz respeito a empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município junto das diferentes instituições de crédito. Saliente-se que o Município não recorreu às linhas de financiamento criadas pelo Estado Português nos anos 2008 e 2009 - Programa Pagar a Tempo e Horas e PREDE, dado que não era oportuno face ao endividamento que possuía.

3.5.3.2 Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

Ao analisarmos as dívidas a terceiros de curto prazo designadamente, as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado, outros credores, e o financiamento de curto prazo, estas constituem as principais fontes de financiamento da Câmara Municipal de Tábua.

a) Fornecedores e fornecedores em recepção e conferência

Os saldos desta rubrica evidenciam os compromissos da Câmara Municipal para com os fornecedores correntes, resultantes da aquisição de bens e serviços.

b) Dívidas a instituições de crédito

O valor em dívida corresponde a um empréstimo de curto prazo será pago com um empréstimo de MLP, ou transformado em MLP através de uma operação de saneamento financeiro.

c) Estado e outros entes públicos

Esta dívida corrente, correspondente principalmente a impostos sobre o rendimento e contribuições para a segurança social.

d) Fornecedores de imobilizado/Fornecedores de imobilizado facturas em recepção e conferência

A rubrica refere-se aos valores em dívida de investimentos realizados para com fornecedores de imobilizado / empreiteiros.

e) Depósito de garantias/Cauções

Os valores desta rubrica estão associados a operações de tesouraria relativas a cauções prestadas por fornecedores de imobilizado e empreiteiros.

f) Credores de transferências das autarquias locais

Os valores considerados nesta rubrica referem-se basicamente a apoios atribuídos a Instituições / Associações e Freguesias.

g) Outros credores

Os saldos desta rubrica contemplam compromissos da Câmara Municipal para com entidades bancárias, resultantes das cedências de créditos por parte de fornecedores de bens e serviços e fornecedores de imobilizado.

h) Acréscimos de custos

Esta rubrica contempla normalmente, o valor correspondente ao subsídio de férias e de Natal dos colaboradores.

i) Proveitos Diferidos

A rubrica proveitos diferidos, inclui o valor dos subsídios ao investimento recebidos, que posteriormente serão imputados a proveitos extraordinários conforme as amortizações dos investimentos. Desta forma, os valores em causa, que não constituem dívida a liquidar, não serão considerados na operação de saneamento financeiro.

3.5.4 Limites ao endividamento em 30/06/2012

Considerando a actual lei das finanças locais, existe a obrigatoriedade de controlo da situação financeira do Município, dado que mensalmente e trimestralmente serão enviadas informações financeiras designadamente para a DGAL.

Do quadro abaixo, verifica-se que em 2010 foi o primeiro ano que houve excesso de endividamento líquido.

No ano 2011, mercê da aplicação do artigo 53 do OE/2011 que aumentou o limite de endividamento, constata-se uma redução do excesso de endividamento líquido e um saldo disponível do endividamento de MLP.

Por outro lado, em 30.06.2012, mercê da aplicação do artigo 66 do OE/2012, os valores reflectem, relativamente a 31.12.2011, uma melhoria do excesso de endividamento líquido e, ainda, saldo disponível no endividamento de médio e longo prazo.

Data	Limite ao endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Montante em excesso / Disponível	
	Líquido	MLP	Líquido	M L P		Líquido	M L P
	1	2	3	4	5	6=1-3	7=2-4
31-12-2008	7.895.340,65 €	6.316.272,52 €	4.136.578,02 €	3.880.381,97 €	858.052,83 €	3.758.762,63 €	2.435.890,55 €
31-12-2009	8.271.852,98 €	6.617.482,38 €	7.349.150,97 €	3.520.888,33 €	781.718,99 €	922.702,00 €	3.096.594,05 €
31-12-2010	8.444.010,00 €	6.755.208,00 €	8.958.900,00 €	4.295.272,00 €	686.101,00 €	-514.890,00 €	2.459.936,00 €
31-12-2011 (art.º 53.ºOE/2011)	8.907.411,00 €	4.912.471,00 €	9.263.070,00 €	4.525.266,00 €	600.856,00 €	-355.659,00 €	387.205,00 €
30-06-2012 (art.º 66.ºOE/2012)	8.871.845,02 €	4.685.666,80 €	9.038.284,00 €	4.318.616,00 €	558.144,00 €	-166.438,98 €	367.050,80 €

Em face do exposto, a Câmara Municipal de Tábua tem um problema de desequilíbrio conjuntural de tesouraria que só consegue resolver com o recurso a uma operação de saneamento financeiro.

Aquele desequilíbrio que resulta principalmente dos investimentos, realizados num passado recente, face à fraca capacidade financeira do Município. Isto é, o Município não libertou fundos suficientes, não recorreu a empréstimos de M/L Prazo (até ao seu limite), para a realização dos investimentos, e nem possui, actualmente, meios líquidos para solver os compromissos assumidos no curto prazo.

3.6 Síntese das Forças e Fraquezas do Município

Principais Pontos fortes	Principais Pontos Fracos
Riqueza do Património Natural Histórico e Cultural (pelourinhos, imóveis religiosos, casas históricas e vestígios romanos), com forte potencial turístico	Situação financeira difícil; Fraco poder negocial do Município; Ultrapassagem dos limites impostos pela LFL
Situação geográfica do Município e boas acessibilidades pelo IP3 às A1 e A25 (Coimbra e Viseu)	População, na generalidade, pouco qualificada e Regressão demográfica; Dificuldade na fixação de recursos humanos qualificados
Notoriedade dos produtos de região demarcada relativos ao vinho do Dão, queijo da Serra da Estrela e da maçã de bravo de esmolfe	Insuficientes redes de trilhos (BTT) para a captação turística e prática desportiva
Vocação para o ecoturismo e turismo desportivo de caça e pesca	Baixos níveis de cultura associativa e cooperação
Potencial de produção de energias renováveis (hídrica, biomassa e eólica)	Subaproveitamento do património natural, cultural e de lazer
Riqueza de alguns recursos naturais (água, barro vermelho, granito e xisto), agrícolas e florestais	Insuficientes redes de águas e de saneamento e de tratamento de águas residuais; insuficiente valorização ambiental
Espaços de elevada qualidade ambiental e paisagística (vales dos rios Alva, Cavalos, Mondego e albufeira da Aguieira, enquadrado nas serras da Estrela, Caramulo e Açor)	Insuficientes serviços e infraestruturas de apoio às actividades industriais e empresariais
Condições ambientais favoráveis à produção de alguns produtos agro-alimentares (maçã, vinho, queijo e azeite)	Regeneração e requalificação urbana
Parque empresarial e industrial de Sinde-Tábua, com boas condições para o acolhimento das empresas	Insuficientes eixos viários de apoio à mobilidade e à requalificação urbana
	Centro cultural de Tábua

4. Análise estratégica do Município

4.1 Objectivos

Quanto à visão estratégica do Município de Tábua, merece destaque a sua ambição de tornar o concelho um espaço mais aberto, atractivo, competitivo, dinâmico, equilibrado, ordenado, sustentável e com qualidade de vida:

- **Aberto e atractivo**, no sentido, não só, de mais acessível e mais próximo dos grandes centros urbanos (e territórios envolventes), e mais permeável aos fluxos demográficos (e económicos externos), como também, de uma maior capacidade de fixação da população (pela criação de riqueza e emprego), de maior poder de atracção de turistas (pelo património cultural e paisagístico) e de captação de maiores e mais diversificados investimentos;
- **Competitivo e Dinâmico**, no sentido de melhorar e qualificar os factores que influenciam o seu posicionamento nos diferentes mercados, regional, nacional e internacional, e ainda, de proporcionar maiores iniciativas e investimentos produtivos, que conduzam a uma diversificação da base económica;
- **Sustentável**, no sentido de uma protecção e valorização eficaz dos recursos e valores naturais e culturais, de um planeamento, execução e gestão eficiente e racional das infraestruturas, equipamentos e serviços e de uma melhoria progressiva dos indicadores de qualidade ambiental;
- **Equitativo e solidário**, no sentido de garantir a toda a população a igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços públicos fundamentais, aos padrões contemporâneos de qualidade de vida, e à solidariedade para com os mais desfavorecidos.

Por outro lado, a elaboração das grandes opções do plano e do orçamento que revestem sempre grande significado e importância para qualquer autarquia, tem demonstrado, através daqueles documentos, os objectivos que se propõe em termos de desenvolvimento económico e social, e as estratégias que pretende implementar para os atingir.

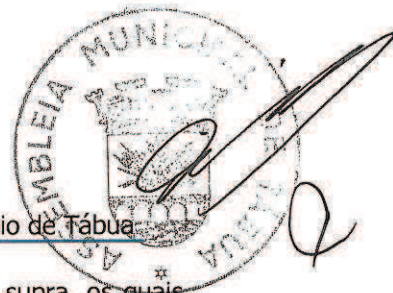
Assim, a estratégia do Município passará sempre por realizar investimentos estruturantes que atendem aos aspectos da competitividade e coesão social, capazes de fomentar a criatividade e a inovação (através das novas tecnologias e o auto-emprego) captar e dinamizar a iniciativa privada, valorizar o património histórico, cultural e paisagístico da autarquia, potenciar e promover a fixação e a qualificação dos residentes, e ainda proporcionar o turismo, a atractividade e boas condições de acolhimento aos visitantes, de modo a criar vantagens competitivas em relação a outras regiões do país.

O seu objectivo estratégico, que traduz o que o Município pretende alcançar e reflecte a sua ambição, está implícito na sua definição de visão:

Visão

O Município de Tábua, pretende ser reconhecido como um exemplo regional de crescimento sustentável e pela qualidade de vida que proporciona ao nível do emprego, da coesão social e do desenvolvimento económico, cultural e turístico.

Nesse sentido, para atingir este objectivo, o Município possuirá uma **estratégia** que contempla um esforço continuado de investimentos mobilizadores, municipais e intermunicipais, conjugado com o alargamento dos serviços a fornecer.



Da discussão do plano estratégico, resultou a formulação dos objectivos supra, os quais são decorrentes da sua Missão, que reflecte a sua razão de ser, concretizada nas actividades oferecidas à população.

Missão

O Município de Tábua, pretende proporcionar aos seus Munícipes, serviços inovadores e de qualidade, de forma a satisfazer as suas justas expectativas, com base na legalidade e igualdade de tratamento, através de uma gestão eficiente, transparente, participativa e solidária dos seus recursos naturais, culturais e patrimoniais disponíveis, conducentes a uma plena satisfação, realização e fidelização dos mesmos ao Concelho.

Esta missão pressupõe uma evolução da **cultura e valores** do Município, assente na necessidade de profissionalização da sua estrutura organizacional, da valorização e formação dos seus colaboradores e do seu bem-estar ocupacional, e ainda pela prestação de serviços de elevada qualidade enquadrados por valores de justiça social e solidariedade para com os mais desfavorecidos.

4.2 Cenários estratégicos

2012	Plano de Saneamento Financeiro
2013-2017	Consolidação do processo de saneamento e realização de investimentos estratégicos
2018-2027	Controle da situação financeira e aproveitamento das infraestruturas existentes

4.3 Opção de desenvolvimento

O Município de Tábua que tem apostado num rápido desenvolvimento económico e social, tem permitido enquadrar com bastante precisão, os investimentos realizados no seu projecto global.

Neste sentido, e resultante dum diagnóstico global, foram lançadas as bases fundamentais para esse crescimento sustentado e equilibrado, atendendo a uma lógica global interna e externa. Numa primeira fase, foram feitos **investimentos ao nível das infraestruturas básicas**, e numa segunda fase, **foram realizados investimentos em equipamentos colectivos**.

Os responsáveis do Município pretendem, agora, vir a desenvolver um **projecto de investimentos mobilizadores e estruturantes**, na base de uma estratégia de crescimento sustentado, que lhe permita um desenvolvimento económico e de coesão social e territorial integrado (envolvendo entidades do Município e da Região), associado à melhoria das condições sociais, culturais, educacionais e ambientais.

As grandes opções de desenvolvimento, que configuram a estratégia do Município no horizonte de 2022, podem ser sintetizadas em torno do objectivo principal:

Alargar a cadeia de valor da Autarquia, de forma a viabilizar um crescimento económico sustentado, gerador de emprego qualificado, de coesão social e territorial: puxado pelas necessidades e expectativas de qualidade de vida e residenciais dos Munícipes, suportado pela prestação de serviços eficientes e de qualidade, e guiado pela solidariedade, responsabilidade social e ambiental.

Este objectivo que configura e tem como suporte **as três linhas estratégicas de desenvolvimento da Autarquia**, correspondentes a **apoiar e dinamizar a base económica local, valorizar o território e o ambiente como suportes de desenvolvimento e consolidar novos factores competitivos centrados na educação e formação**, desdobra-se em quatro eixos estratégicos fundamentais que correspondem a: potenciar os recursos estratégicos, naturais, agrícolas, industriais, patrimoniais e culturais, beneficiando da posição geográfica, e fomentar a produção inovadora dos produtos agrícolas, florestais e industriais; prosseguir a aposta forte em investimento de redes de infraestruturas de apoio às organizações, na divulgação do potencial económico, na cooperação intermunicipal e na captação de investimento empresarial (e de promoção do associativismo) e de adaptação às novas oportunidades de inovação e crescimento geradores de emprego; avançar para um processo realista de crescimento e de desenvolvimento económico-social sustentado, assente na maximização dos recursos estratégicos disponíveis e na diferenciação dos produtos endógenos e de qualidade e, finalmente, fomentar a racionalização e a eficiência dos meios disponíveis, o alargamento da cadeia de valor das actividades empresariais e, ainda, o desenvolvimento turístico, educacional, cultural e social (coesão).

4.4 Análise SWOT

FACTORES EXTERNOS / INTERNOS	Principais Pontos Fortes Riqueza Património Histórico e Cultural; Situação geográfica; Notoriedade dos produtos de região; Vocação ecoturismo e turismo desportivo; Potencial para as energias renováveis; Riqueza de alguns recursos naturais; Qualidade ambiental e paisagística; Condições favoráveis à produção de alguns produtos agro-alimentares; Parque empresarial de Sinde-Tábua.	Principais Pontos Fracos Situação financeira difícil; População, na generalidade, pouco qualificada e regressão demográfica; Dificuldade na fixação de recursos humanos qualificados; Baixos níveis de cultura associativa e cooperação; Subaproveitamento do património natural, cultural e de lazer; Insuficientes redes de águas e de saneamento e valorização ambiental; Serviços e infraestruturas de apoio às actividades industriais e empresariais; Regeneração e requalificação urbana; Insuficientes eixos viários de apoio; Centro cultural de Tábua; Insuficientes redes de trilhos (BTT); Fraco poder negocial do Município; Ultrapassagem dos Limites da LFL.
Principais Oportunidades QREN, PRU, POPH; agenda 21 local; Turismo de natureza e cultural; Aproveitamento das condições naturais, patrimoniais, paisagísticas e culturais; Preocupações ambientais e energéticas; Aposta nacional na sustentabilidade, valorização ambiental e energética; Sector do turismo, florestal e agro-alimentar; Cooperação intermunicipal; Aposta no desenvolvimento local; Apoio à criação e modernização de alojamentos e à gastronomia; Posicionamento geoestratégico e de fáceis acessos aos principais eixos; Apoio a programas de fomento à economia social; Promover Pólos de Competitividade, Tecnologia e Negócios Agro Rurais; Plano de Saneamento Financeiro.	EIXO 1: Potenciar os recursos estratégicos naturais, culturais, patrimoniais e geoestratégicos e fomentar a produção inovadora dos produtos agrícolas, florestais e industriais.	EIXO 2: Prosseguir a aposta forte em investimento de redes de infraestruturas de apoio às organizações, na divulgação do potencial económico, na cooperação intermunicipal e na captação de investimento empresarial (e de promoção do associativismo) e de adaptação às novas oportunidades de inovação e crescimento geradores de emprego.
Principais Ameaças Crise económica e financeira; Programa de assistência técnica da <i>Troika</i> ; Dificuldade na fixação de recursos humanos qualificados; Redução de serviços públicos essenciais (educação, saúde) na região; Declínio de indústrias tradicionais e insuficiente investimento empresarial privado; Reduzidos dinamismo empresarial e capacidade de inovação; Maior potencial de captação de investimento de outras regiões; Envelhecimento e empobrecimento da população da região; Conjuntura económica nacional e internacional desfavorável; Risco de deslocalização de empresas; Abandono das zonas interiores e rurais; Perda de competitividade e de desenvolvimento perante outras regiões; Forte concorrência internacional no sector do turismo.	EIXO 3: Avançar para um processo realista de crescimento e de desenvolvimento económico-social sustentado, assente na maximização dos recursos estratégicos disponíveis e na diferenciação dos produtos endógenos e de qualidade.	EIXO 4: Fomentar a racionalização e a eficiência dos meios disponíveis, o alargamento da cadeia de valor das actividades empresariais e, ainda, o desenvolvimento turístico, educacional, cultural e social (coesão).

4.5 Operacionalização da estratégia

4.5.1 Cenários alternativos

Porém, tendo em consideração a actual situação financeira do Município podem ser considerados dois cenários estratégicos:

Cenário I – Manutenção da situação financeira actual

Actualmente, a Câmara apresenta alguns problemas ao nível da sua situação financeira, facto que se consubstancia, por exemplo, nos atrasos dos pagamentos a fornecedores e na ultrapassagem dos limites ao Endividamento Líquido estabelecido pela Lei das Finanças Locais.

O presente cenário implica a continuação da degradação da situação financeira da Câmara pondo em causa os objectivos estratégicos pré estabelecidos pela Câmara Municipal, com graves prejuízos, nomeadamente para o bem-estar dos cidadãos.

Para além do que já foi referido, o enquadramento legal das Autarquias impõe procedimentos rigorosos relativamente à situação financeira, cuja violação implica a redução em anos subsequentes do endividamento, e em pesadas penalidades que passam, nomeadamente, pela redução das transferências orçamentais do Estado. Tal redução irá contribuir para o agravar da situação financeira do Município, já por si extremamente difícil.

Por outro lado, a situação financeira actual do Município não permite, ultrapassados os limites de endividamento, o recurso a empréstimos de médio e longo prazo para liquidar dívida já contratualizada ou para investimentos não excepcionados. Isto é, este cenário limitará o crescimento e desenvolvimento do município para outros projectos quer no curto prazo quer no médio e longo prazo.

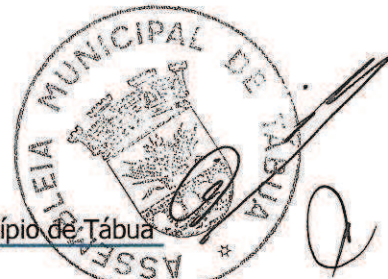
Manutenção da situação actual

Desvantagens	Vantagens
Incumprimento da legislação da LFL	Não existem
Falta de credibilidade do Município	
Penalização com redução das transferências do Estado	
Pesados encargos financeiros	
Diminuição do poder negocial do Município	
Redobrado esforço administrativo e financeiro, e desmotivante para os colaboradores	
Limitação do acesso aos empréstimos M/L prazo	
Comprometimento da Autarquia face à administração Central	

Cenário II – Plano de Saneamento Financeiro

A opção por este cenário (que exige uma selecção criteriosa dos investimentos a efectuar de modo a que o objectivo de equilíbrio financeiro não seja comprometido) que se deve, à **insuficiência das cobranças de receitas previstas para fazer face a compromissos assumidos com fornecedores e com a banca (empréstimo de curto prazo)**, permitirá, por exemplo:

- Caminhar para o saudável equilíbrio entre as receitas e despesas correntes;
- Liquidar os compromissos assumidos pelo Município relativamente aos seus fornecedores, permitindo um reforço da confiança entre as diversas entidades envolvidas, bem como a negociação de condições mais favoráveis para futuros fornecimentos;
- Utilizar o empréstimo de MLP ao abrigo do PAEL para pagar as dívidas vencidas com mais de 90 dias (à data de 31/03/2012), ainda não regularizadas até este momento;
- Efectuar uma reestruturação do passivo, através da transformação de parte de dívida de curto prazo (**incluindo a totalidade do empréstimo de curto prazo existente**) em dívida de MLP;
- Diminuição dos encargos financeiros, com eliminação de juros de mora;
- Facilitar o planeamento financeiro do Município;



- Cumprir a legislação aplicável às Autarquias, nomeadamente a Lei das Finanças Locais, evitando pesadas penalizações;
- Potenciar a credibilidade do Município e motivar os colaboradores.

Com esta opção, é possível potenciar uma estrutura organizacional flexível e motivante, sendo a mais atractiva para a operacionalização da estratégia e para a máxima rentabilização e beneficiação do município, permitindo melhorar o seu posicionamento a nível regional e nacional, potenciando o seu crescimento sustentado, na senda de uma independência financeira crescente em relação as transferências correntes do Estado, de modo a:

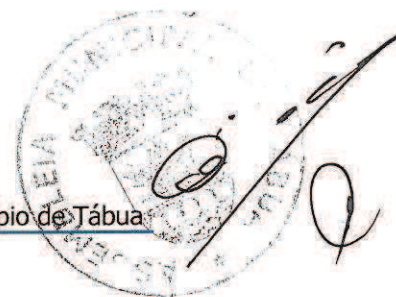
- Prevenir o aparecimento de potenciais autarquias concorrentes, com o crescimento da sua competitividade;
- Criar e assegurar uma prestação de serviços de qualidade, a preços competitivos, oportuna e eficaz, indo ao encontro das expectativas e necessidades da população;
- Criar de condições futuras para melhor servir o cidadão, melhorando o seu bem-estar;
- Potenciar o convívio da população nas áreas de lazer, cultura e desporto e reforçar a equidade inter-geracional.

Plano de Saneamento Financeiro

Vantagens	Desvantagens
Cumprimento da legislação da LFL	Cumprir o plano de saneamento financeiro
Credibilidade do Município e dos seus colaboradores	Elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano de saneamento financeiro
Redução significativa dos encargos financeiros	Controle administrativo rigoroso das despesas correntes e de capital
Poder negocial do Município restaurado	
Potencia a motivação dos colaboradores	
Facilita o acesso a fundos públicos e comunitários	
Possibilidade de acesso à Cooperação Técnica e Financeira com a Administração Central	
Aumenta a independência do Município face à Administração Central	
Possibilidade de recorrer a novos empréstimos de M/L Prazo	

Os responsáveis da Câmara Municipal de Tábua pretendem prosseguir o segundo cenário dadas as vantagens a ele inerentes.

O plano de saneamento financeiro, associado ao plano de ajustamento financeiro (PAEL) terá, assim, por base a necessidade imperiosa de prosseguir o esforço de modernização, de acordo com a estratégia predefinida, e de melhoria de infraestruturas básicas e essenciais ao bem-estar social, não comprometendo as gerações vindouras, procurando a sustentabilidade económica e financeira, indo assim ao encontro das restrições orçamentais da Administração Central e da Lei da Finanças locais, no sentido do equilíbrio das suas finanças.



4.5.2 Acções a implementar

De forma a atingir os objectivos estratégicos a que se fez referência, a actuação do Município de Tábua vai ser norteada por valores que são considerados basilares para o seu desenvolvimento sustentado. Aliás, o plano de actividades, que envolve investimentos estruturantes e mobilizadores, que constam do **Documento de Enquadramento Estratégico** e das GOP elaborados pelo Município, reflecte a importância do desenvolvimento económico e social, e tem por base políticas educacionais, de empregabilidade, lazer, ambientais, culturais e desportivas. De entre os projectos ali considerados fundamentais para a projecção do Município de Tábua, alguns dos quais subsidiados por fundos comunitários (QREN), e que serão incluídos também nos próximos orçamentos, salientamos os seguintes:

Saneamento básico e águas residuais

No que concerne o saneamento básico e o tratamento de águas residuais, o Município de Tábua optou por um modelo de gestão verticalizado, uma vez que, é da sua responsabilidade a execução/construção, manutenção/conservação e exploração das infraestruturas correspondentes, nas designadas vertentes em “alta” e em “baixa,” procurando assim, dar uma resposta mais eficiente às necessidades da população.

Relativamente ao abastecimento de água o Município de Tábua é apenas responsável pela construção das infraestruturas, após a sua conclusão a manutenção/conservação e exploração das mesmas fica a cargo da empresa Águas do Planalto, S.A.

Eixos viários - acessibilidades

Este investimento tem como objectivo a melhoria das condições de mobilidade no Município.

No sector das beneficiações das acessibilidades tem-se como objectivo principal facilitar a circulação de pessoas e bens, com comodidade e segurança. Daí impor-se à Autarquia o dever de dotar as várias povoações de acessos dignos e muito mais seguros. O mesmo se diga em relação aos acessos a propriedades agrícolas e aos locais de floresta para maior prevenção e combate a incêndios.

Este projecto pretende assim fazer a articulação de infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento local nos eixos da cultura, lazer, negócios e turismo.

Os investimentos pretendem melhorar a mobilidade e as acessibilidades, promover a competitividade Concelhia e a capacidade para atrair e viabilizar a instalação de novas actividades e a redução da sinistralidade rodoviária, como sejam os relativos a: Requalificação da Estrada Ázere /Covelo; Caminhos Agrícolas Rurais; Construção Variante a Covas – Ligação Candosa; Beneficiação EM 501 Tábua – Póvoa de Midões.

Remodelação e ampliação da rede eléctrica e colocação de colunas BIP's e infraestruturas de distribuição energia eléctrica

Com estes investimentos irá proceder-se ao alargamento da rede de iluminação pública, contribuindo, de igual modo, para uma melhoria da qualidade de vida e pelo aumento da segurança da população.

Regeneração e Requalificação Urbana

As intervenções contemplam a execução de trabalhos de requalificação das infraestruturas públicas, tais como, remoção de pavimentos, repavimentação e calcetamentos, construção civil, mobiliário urbano, sinalização e espaços verdes, bem como, a requalificação ambiental e a reabilitação do património natural, através da criação de um parque verde urbano.

No que concerne a Regeneração Urbana da Vila de Tábua, o espaço a intervir pertence a uma área urbana consolidada com arruamentos e passeios desorganizados, de acabamentos díspares, degradados na sua generalidade e sem uma hierarquia definida.

O objectivo principal é a requalificação do espaço, devolvendo à via pública o conforto visual e a dignidade de um espaço público, tendo como princípio básico a acessibilidade e a utilização simples e autónoma por pessoas de mobilidade condicionada.

A área de intervenção proposta abrange parte do centro urbano de Tábua, correspondendo a um conjunto de artérias localizadas na zona central da vila. Foi realizado um levantamento das características consideradas mais relevantes,



nomeadamente, no que respeita a: edificado (n.º de pisos e tipologias); composição e localização do mobiliário urbano e sistema viário e pedonal (circulações, estacionamento automóvel e tipo de revestimento de passeios).

As intervenções propostas envolvem não só a melhoria das redes de infraestruturas como, igualmente, a substituição de pavimentos dos principais arruamentos e largos, incluindo a instalação de mobiliário urbano e desenho destes espaços públicos. O principal objectivo centrou-se na promoção e no reforço/melhoria da imagem do centro urbano, conferindo-lhe coerência e articulação funcional e imprimindo-lhe a urbanidade e a qualidade adequadas a uma vila dinâmica.

Áreas de acolhimento empresarial

Esta acção prevê a construção de infraestruturas físicas para a instalação dos parques empresariais e industriais de Sinde, Venda da Serra e Carapinha com uma vertente de serviços de apoio à gestão e/ou serviços tecnológicos, e simultaneamente de captação de novos investimentos empresariais no Concelho.

Neste âmbito, o investimento em referência tem como principais objectivos:

1. Apoiar a constituição e desenvolvimento de áreas de acolhimento empresarial, que comportará um conjunto de espaços, com uma forte componente de serviços de apoio à gestão;
2. Melhorar aspectos relacionados com o planeamento urbanístico das actividades empresariais, dotando o Concelho de um espaço devidamente infraestruturado que permita colmatar problemas de localização industrial indevida e promover a captação de novos investimentos;
3. Contribuir para a criação e instalação de empresas no Concelho, que promovam a criação de emprego e a valorização da economia local.

Criação dos trilhos e equipamento do centro de BTT de Tábua

Os Centros de BTT são infraestruturas desportivas permanentes, constituídas por redes de trilhos para a prática de BTT e locais de acolhimento dotados de equipamentos dedicados exclusivamente aos praticantes de BTT de lazer. Os centros oferecem trilhos do tipo *CrossCountry*, *DownHill* ou *FreeRide*, sinalizados com marcações específicas, adoptadas internacionalmente, com quatro níveis de dificuldade (verde, azul, vermelho e preto) adequados a todos os tipos de utilizadores, desde os que pretendem iniciar-se até aos mais exigentes.

Com a realização deste investimento pretende-se a criação de pólos de atracção turística suficientemente dinâmicos ao ponto de estimular a criação de uma nova base económica de captação de visitantes e de investimento privado.

Centro Cultural de Tábua

Com o objectivo principal de servir as necessidades culturais locais, o investimento no Centro Cultural de Tábua pretende contribuir para a formação e sensibilização da população para as artes, já que uma população culturalmente atenta e participativa pode alimentar procura cultural cada vez mais exigentes e incentivar a própria produção cultural local. Em última instância, contribuirá certamente para uma melhoria da qualidade de vida das populações que serve.

É assim, no reforço da educação, da cultura, da economia e das acessibilidades que deve assentar a estratégia do progresso e desenvolvimento do Município de Tábua.

4.5.3 Condicionamento à realização dos projectos

A Câmara pretende, assim, concretizar todos investimentos anteriormente referidos, mas a realização de qualquer deles, está dependente das disponibilidades orçamentais e de tesouraria. Acresce que, a situação financeira do Município merece alguns cuidados, pelo que, caso não se tomem medidas urgentes de saneamento financeiro, pode haver um bloqueio à prossecução dos objectivos que os responsáveis do Município pretendem concretizar, nomeadamente os investimentos acima referidos.

De qualquer modo, a calendarização definitiva dos investimentos previstos (os comparticipados estão dependentes da aprovação do incentivo comunitário correspondente) dependerá, também, e sempre quer dos meios gerados pelo Município quer do cumprimento anual dos limites impostos pela Lei das Finanças Locais.

Cumpre salientar que devido à crise económica e financeira nacional e europeia e por uma razão de prudência, (dificuldade actual da venda dos prédios do Município ou na obtenção de outras receitas) não foram consideradas nas projecções financeiras as potenciais receitas extraordinárias referentes à alienação de edifícios escolares (803.164,84 €), de terrenos (280.324,30 €), lotes industriais (594.326,01 €) e à concessão do saneamento ao Planalto Beirão (1.300.000,00 €), bem como outras receitas (correntes) a receber quer da EDP/REN relativas à área ocupada pela albufeira da Barragem da Aguieira (450.000,00 €) e à passagem de linhas aéreas (53.000,00 €) quer as relativas à cedência do pavilhão multiusos (23.600,00 €) e do terminal rodoviário (100.000,00 €).

5. Plano Saneamento Financeiro

5.1 Enquadramento Legal

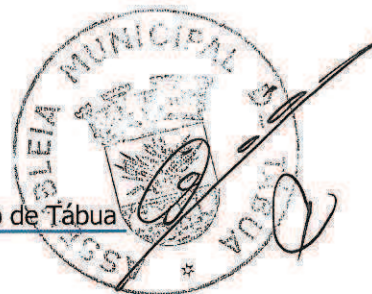
De acordo com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março, constituem fundamentos do recurso ao saneamento financeiro a ultrapassagem de apenas um dos seguintes indicadores:

- a) A ultrapassagem do limite de endividamento líquido previsto no n.º 1 do artigo 37.º da LFL;
- b) A existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 40% das receitas totais do ano anterior, tal como definidas no artigo 10.º da LFL;
- c) O rácio dos passivos financeiros, incluindo o valor dos passivos excepcionados para efeitos de cálculo do endividamento líquido, em percentagem da receita total superior a 200%;
- d) Prazo médio de pagamentos a fornecedores superior a 6 meses.

Nesse sentido, analisando o quadro abaixo, tendo por base o balanço em 30.06.2012, apresentado, verifica-se que existem indicadores bastantes que fundamentam o recurso do Município ao saneamento financeiro.

REGRAS PARA SANEAMENTO FINANCEIRO				
FUNDAMENTOS	LIMITE	SITUAÇÃO	DIFERENÇA	OBS.
a) O Endividamento Líquido ultrapassa 125% da Receita de acordo com n.º 1 do Artigo 37.º da LFL	8.871.845,02 €	9.038.284,00 €	166.438,98 €	Não Cumpre
b) Dívida a Fornecedores > 40% das Receitas Totais do ano anterior, tal como definidas no artigo 10.º da LFL	3.593.891,79 €	5.058.985,77 €	1.465.093,98 €	Não Cumpre
c) Rácio dos Passivos Financeiros Incluindo o valor dos passivos excepcionados > 200% da Receita Total	200%	115%	-85%	Cumpe
d) O PMP a Fornecedores > 6 meses	6 Meses=180 Dias	258 Dias *	78	Não Cumpre

*Obs. Fonte DGAL 31.12.2011



5.2 Pressupostos do Plano

Para o plano de saneamento ser credível e sustentável teria de se fundamentar, como foi o caso deste, em dados históricos, objectivos e apropriados, (e não em suposições ou meras intenções), e ainda em medidas concretas perfeitamente quantificadas, porque o plano de saneamento financeiro é estratégico e rigoroso.

Por isso, irão ser tomadas um conjunto de medidas tendentes a cumprir os objectivos estratégicos definidos e que terão impacto na estrutura económico-financeira, tendo em vista a prossecução do seu fim principal: “equilíbrio financeiro do Município”.

5.2.1 Medidas económicas e financeiras

O aumento do endividamento e o desequilíbrio financeiro resultou do facto do município não ter gerado, nos dois últimos anos, meios próprios suficientes para cobrir os investimentos realizados. Isto é, o Município não libertou fundos suficientes, nem pôde recorrer **livremente** (por imperativo legal), a empréstimos de médio e longo prazo para a realização da totalidade dos investimentos, e não possui, actualmente, meios líquidos para solver os compromissos assumidos no curto prazo. Porém, o Município apresentou **equilíbrio económico**, porque existem excesso de amortizações e não foram contabilizadas os trabalhos para a própria entidade por contrapartida do imobilizado, no final de cada ano, conforme referido no ponto 3.3.3 Análise de Resultados.

O problema do Município é, assim, de **índole financeira e não económica**.

Por isso, os empréstimos da linha de crédito do PAEL (14 anos) e de saneamento financeiro (a 10 anos), constituem a **medida financeira específica** necessária ao restabelecimento do equilíbrio financeiro do Município. Acresce a esta medida, a de um **controle financeiro rigoroso da realização prevista de investimentos**, em função dos meios libertos anualmente pelo Município.

Porém, o Município necessita de medidas preventivas de racionalização de custos e maximização de proveitos (incluindo as previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 6 da Lei n.º 43/2012 de 28 de Agosto), para **assegurar o equilíbrio económico do mesmo**, durante o período dos empréstimos de MLP do PAEL e do saneamento financeiro, designadamente (que produzirão **poupanças** consideradas nas projecções financeiras):

- Redução do quadro de pessoal em 10 colaboradores, quer pela via da aposentação, quer pela via da não renovação de alguns contratos a termo certo, e ainda, a limitação das horas extraordinárias e das ajudas de custo;
- Transportes: eliminação de todos os encargos com viaturas próprias, o que se traduz em significativa redução de custos, e melhoria gestão do parque automóvel;
- Redução dos custos com energia eléctrica: lançamento de concurso público através ANCP no âmbito da CIMPIN com medidas que provocam a redução de custos da energia da média e baixa tensão especial (gestão cuidada dos equipamentos eléctricos e ar condicionado, limitação dos equipamentos existentes nos edifícios, resolução dos contratos de energia nas instalações não ocupadas) e redução da Iluminação Pública;
- Redução dos custos com aquisição de equipamentos e com material de escritório: adopção de medidas ao nível de todos serviços da Autarquia, recorrendo ao Sistema de Gestão Documental e às Novas Tecnologias de Informação, diminuindo o uso de papel, de consumíveis e de manutenção de equipamentos;
- Redução ao mínimo dos custos com prémios, condecorações e ofertas;
- Redução dos custos com comunicações: renegociação de contratos, controlo das comunicações e incitamento à utilização do email;
- Redução dos custos com Seguros: renegociação de contratos através de concurso a decorrer, sobre orientação e gestão processual da Comunidade Inter-Municipal do Pinhal Interior Norte;
- Redução dos consumos de combustíveis: foram implementados sistemas de controlo em todas as viaturas do Município, que incluem a verificação de trajectos,



Município de Tábua.

cumprimento do código da estrada, designadamente quanto aos limites de velocidade, o que possibilita uma melhor gestão de todos os serviços;

- Procedimentos de controlo de aquisição de bens e serviços: utilização em pleno da plataforma electrónica e central de compras;
- Melhoria da eficiência na gestão dos Activos: redução de material em armazém, limitando o stock ao essencial, reduzindo os custos inerentes;
- Melhoria na organização de processos de cobrança e de execução fiscal;
- Apoios e subsídios: atribuição restritiva de apoios e subsídios às várias entidades do Concelho. Limitação dos investimentos e das actividades de âmbito cultural, recreativo e desportivo, e ainda, redução das transferências correntes e capital;
- Juros de Mora: eliminação de juros de mora após a aprovação da operação de saneamento financeiro;
- Receitas correntes adicionais com a aplicação do novo código regulamentar (aprovada 6/2011) de taxas e licenças (urbanismo, ambiente e outros) e com nova tabela de tarifas de saneamento e resíduos sólidos (aprovada em 8/2011) de acordo com as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Intensificação do ajustamento Municipal nos próximos cinco anos;
- Actualização dos regulamentos de controlo interno ainda durante o ano 2012.

5.2.2 Valor a sanear

Tendo presente a demonstração da situação financeira actual, em 30/06/2012 (referida no ponto 3.5.3) o valor a sanear, através dos empréstimos de MLP do PAEL e do saneamento financeiro, deve corresponder, aproximadamente, à diferença entre o valor do activo circulante e o passivo total de curto prazo, pelo que o montante do endividamento de curto prazo, a ser considerada no plano de saneamento financeiro (que inclui o Plano de Ajustamento Financeiro), deve englobar as rubricas seguintes:

Conta Nº	Designação	Valor a Sanear
22	Fornecedores	1.747.093,80 €
23	Empréstimo Obtido de Curto Prazo	675.000,00 €
26.1	Fornecedores de Imobilizado	1.491.649,49 €
26.8.8.8.9.	Outros Credores Diversos	420.336,56 €
TOTAL		4.334.079,85 €

Isto é, o valor dos empréstimos da linha de crédito do PAEL e de saneamento financeiro no montante de 4.334.079,85 € vai permitir, não só, a transformação de toda a dívida arrastada de curto prazo em dívida de MLP, como também, a obtenção de um fundo de maneo nulo. Assim, o passivo corrente será pago, também, pelo activo circulante.



5.2.3 Base de cálculo das projecções financeiras

Todos os cálculos previsionais foram feitos tendo por base uma taxa de inflação anual de 2% e obedecendo aos princípios contabilísticos estabelecidos no POCAL, nomeadamente o da especialização dos exercícios.

Os restantes pressupostos dos cálculos previsionais, que tem subjacentes o conjunto de **medidas preventivas específicas de maximização de proveitos e de contenção de custos referidas anteriormente**, foram os seguintes:

Proveitos e Ganhos

➤ **Prestação de serviços**

O valor da prestação de serviços aumentará devido à aplicação das novas tarifas de serviços de urbanismo, ambiente, saneamento (ligação de novas redes e de novos ramais de saneamento), água e resíduos sólidos (duplicação da tarifa) a partir de 2012 e anos seguintes, de acordo com as recomendações da ERSAR. Nesta rubrica, foi considerado o acréscimo da taxa de inflação supracitada.

➤ **Impostos e Taxas**

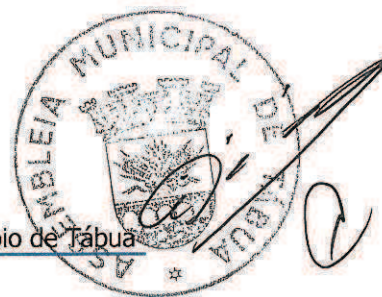
O valor dos impostos e taxas, nas projecções, pressupõe um aumento de significativo, a partir de 2012 e anos seguintes, decorrente da aplicação do novo código regulamentar (6/2011) de taxas e licenças (urbanismo e ambiente) e da alteração das tarifas de resíduos sólidos e saneamento (aprovadas em 8/2011), a que se adiciona a taxa de inflação supra citada.

➤ **Transferências e Subsídios Obtidos**

No cálculo do valor desta rubrica foram consideradas as reduções de transferências orçamentais de 2012, resultantes da aplicação do Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

Nesta rubrica, foi considerado o acréscimo da taxa de inflação supracitada.

- **Trabalhos para a própria entidade**
O valor considerado nesta rubrica resulta dos trabalhos estimados (investimento) por administração directa que envolvem os recursos materiais (e amortização de equipamentos) e humanos do Município. Nesta rubrica foi considerada a taxa de inflação supra.
- **Proveitos e Ganhos Financeiros**
Está considerado nesta rubrica o valor histórico dos rendimentos financeiros, a que se adicionou a taxa de inflação supracitada.
- **Outros Proveitos e Ganhos operacionais**
Está considerado nesta rubrica o valor histórico, a que se adicionou a taxa de inflação supracitada.
- **Proveitos e Ganhos Extraordinários**
A rubrica inclui o valor da imputação anual correspondente à amortização dos subsídios inerentes a investimentos.



Custos e Perdas

➤ **Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas**

Esta rubrica (média ajustada dos anos anteriores) foi considerada em função dos trabalhos para a própria entidade.

➤ **Fornecimentos e Serviços Externos**

O valor das rubricas inerentes a Fornecimentos e Serviços Externos deverá sofrer uma redução no ano 2012 em função das medidas já tomadas. Ao valor da rubrica foi adicionada a taxa de inflação supracitada.

➤ **Transferências Correntes**

O valor desta rubrica sofrerá uma diminuição em 2012 devido às medidas a tomar pelo Órgão Executivo. A esta rubrica foi adicionada apenas a taxa de inflação supracitada após 2012.

➤ **Custos Com Pessoal**

O valor associado aos custos com pessoal pressupõe a redução do actual quadro de pessoal em 10 colaboradores (quer pela via da aposentação, quer pela via da não renovação de alguns contratos a termo certo), e ainda a limitação das horas extraordinárias e das ajudas de custo. Os custos a suportar com formação profissional estão incluídos nesta rubrica.

Nesta rubrica, foi considerado o acréscimo da taxa de inflação supracitada.

➤ **Amortizações**

O valor desta rubrica corresponde à aplicação de taxa anual de amortizações constante da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril do CIBE, através de uma alteração das taxas existentes do sistema informático do Município.

➤ **Outros e Custos de Exploração**

O valor desta rubrica, constante das projecções, é histórico. Nesta rubrica, foi considerado o acréscimo da taxa de inflação supracitada.

➤ **Custos Financeiros**

Consideraram-se o valor dos juros suportados relativamente aos empréstimos já contratualizados e os correspondentes aos novos empréstimos a contratualizar, ao abrigo do presente saneamento financeiro (incluindo o empréstimo do PAEL), e ainda a eliminação total dos juros de mora a partir de 2012.

➤ **Custos Extraordinários**

O valor desta rubrica sofrerá uma redução no ano 2012 em função das medidas já tomadas. A esta rubrica foi adicionada, apenas, a taxa de inflação supracitada.

Investimentos

Os investimentos a realizar pelo Município, que foram actualizados à taxa de inflação, constam do orçamento financeiro.



5.3 Financiamento da operação

Tendo como objectivo o pagamento do passivo financeiro arrastado, de curto prazo, foi considerado nas projecções financeiras, o valor de 4.334.079,85 € **Euros**, necessário à realização da operação de saneamento financeiro de MLP (que inclui o PAEL), a contratualizar por período de 10 anos (2013 a 2023).

Como podemos recorrer à linha de crédito do PAEL (de 50% a 90% do valor elegível 2.714.711,43 €), com condições contratuais (incluindo a taxa de juro) mais favoráveis, iremos optar por um ou mais empréstimos de saneamento financeiro na parte não financiável do PAEL (em anexo). Por uma questão de simplificação, as projecções foram feitas com base numa taxa de juro média de 4,15%, atendendo a que taxa da república portuguesa será da ordem dos 3%.

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	MONTANTE	PRAZO	PERÍODO DE CARÊNCIA	PRESTAÇÕES	TAXA	
					SPREAD	INDEXANTE
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	2.100.000,00 €	10 Anos	6 Meses	Trimestrais	6,50%	Euribor a 6 meses: 1,668%
CREDITO AGRÍCOLA	1.100.000,00 €	10 Anos	6 Meses	Trimestrais	6,00%	Euribor a 6 meses: 1,706%
SANTANDER TOTTA	1.134.079,85 €	10 Anos	12 Meses	Mensais	6,50%	Euribor a 3 meses : 1,485%
LINHA DE CRÉDITO DO PAEL	2.443.240,29 €	14 Anos	6 Meses	Trimestrais	0,15%	Taxa da República Portuguesa

5.4 Situação económica e financeira, após saneamento financeiro

Nas previsões apresentadas verifica-se que existem resultados positivos de exploração, e que esses resultados permitem cobrir todos os encargos financeiros passados e futuros decorrentes dos empréstimos de médio e longo prazo. Tal facto permite concluir, desde já, que o endividamento líquido excessivo do passado está longe de contribuir ou pôr em causa a viabilidade económica, como se verifica na demonstração de resultados previsionais.

O Município ao realizar o plano de saneamento financeiro liberta-se dos estrangulamentos existentes e cria no seu conjunto eficiência que vai traduzir-se numa resposta mais rápida às exigências dos Municípes. Por outro lado, trará consequências benéficas ao nível de, uma maior produtividade, qualidade dos serviços, melhoria da imagem do Município e melhoria das condições ambientais e económico-sociais.

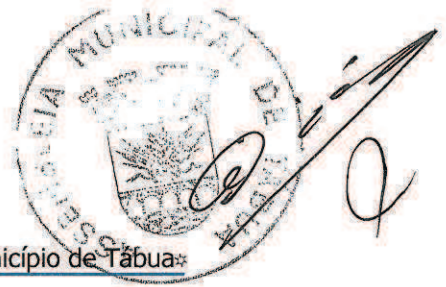
Na verdade estamos perante um legítimo e verdadeiro plano de saneamento financeiro quer quanto à forma (legal) quer quanto ao conteúdo.

Relativamente ao conteúdo verificámos que a origem do endividamento excessivo foi rápido e accidental, e se ficou a dever aos investimentos estruturantes e mobilizadores realizados nos três últimos anos, que eram prementes e essenciais ao Município, pelo que deveriam ter sido financiados à custa de empréstimos de médio e longo prazo.

Este desequilíbrio embora esporádico necessita, sempre, de um pequeno período de ajustamento, mesmo quando existe viabilidade económica, como é o caso já demonstrado no Município de Tábua.

Por outro lado, o desequilíbrio nas finanças do Município de Tábua é, também, conjuntural, como se infere do plano de saneamento financeiro que viabiliza em termos económicos e em termos financeiros o Município, porque consegue:

- Dispensar o período de carência de capital nos empréstimos de M/L prazo existentes e nos novos empréstimos do PAEL e do saneamento financeiro;
- Em curto espaço de tempo (sem contar com quaisquer receitas extraordinárias) que o município obtenha receitas suficientes para fazer face, quer aos compromissos passados



Município de Tabuaçosa

arrastados quer aos decorrentes da actividade normal do Município, e ainda ter excedentes de tesouraria, cumprindo com a LCPA;

- Cumprir a lei das finanças locais, em apenas dois anos, com o endividamento líquido e o endividamento de médio e longo prazo a diminuir progressivamente mais de 10% ao ano.

Assim, com a realização do saneamento financeiro o Município poderá recuperar o equilíbrio financeiro, conforme se deduz dos indicadores económico-financeiros e do mapa dos limites ao endividamento.

5.4.1 Impacto das medidas do PSF

Assim, como referimos na página 76, os empréstimos de médio e longo prazo, serão a medida financeira necessária e suficiente, associada a um controlo financeiro rigoroso dos investimentos a realizar, ao equilíbrio financeiro do Município.

Por outro lado, estabeleceram-se pressupostos (regras prudentes), que correspondem a um conjunto de acções (referidas nas páginas 77 e 78, de optimização de proveitos e de aumento da eficiência dos recursos disponíveis e de racionalização dos custos que visam não só, garantir o equilíbrio económico já existente, como também, uma libertação anual adicional de fundos destinados a investimentos, durante o período do empréstimo, conforme referido no PSF.

Para este efeito, devido à crise económica, financeira e social (elevada taxa de desemprego, envelhecimento, baixa qualificação e reduzido poder de compra) do Concelho, as medidas económicas preventivas previstas far-se-ão, sobretudo, do lado das despesas (embora haja algumas do lado das receitas que são impostas pelo programa de assistência económico e financeira da Troika).

Porém, destaca-se o facto de todos os **cálculos previsionais terem sido elaborados considerando uma taxa de inflação anual de 2% (preços correntes)** pelo que, para que possamos fazer comparações vamos expurgar o efeito da taxa de inflação.

Acresce que só é possível fazer verdadeiras comparações com o ano de 2011 se considerarmos o valor do total dos compromissos assumidos (executados e por pagar deduzido dos valores a pagar do ano de 2010).

Assim, poder-se-á constatar que a preços constantes (sem o efeito da inflação) existe um esforço significativo do Município para a obtenção de uma tendência de poupança (maximização de receita e redução de despesa) para a generalidade das rubricas no período do PSF (de 2012 a 2027).

O PSF foi elaborado tendo subjacente a obtenção de poupanças que se encontram exemplificadas nos quadros seguintes no período de ajustamento municipal exigido pelo PAEL.

EVOLUÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO ORÇAMENTO DA DESPESA

DESCRIÇÃO	VALORES APURADOS				VALORES ESTIMADOS						
	COMPRÔMITISSOS POR PAGAR 2010	2011	COMPRÔMITISSOS POR PAGAR 2013	TOTAL 2011	VALOR DOS COMPROMISSOS DO ANO 2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (c) - (b)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)
Despesas correntes	1.690.532,24	6.713.938,17	2.352.384,96	9.066.323,13	7.367.790,09	6.690.194,70	7.707.643,26	6.515.815,64	6.424.093,20	6.332.908,71	6.242.736,96
Despesas com o pessoal	67.950,89	3.694.793,61	48.797,25	3.743.590,86	3.675.639,97	3.455.663,67	3.436.818,00	3.420.527,00	3.384.347,00	3.347.769,00	3.311.189,00
Remunerações certas e permanentes	14.148,08	2.981.643,70	39.800,17	3.021.443,87	3.007.295,69	2.813.523,47	2.799.808,17	2.784.916,05	2.755.459,11	2.728.678,13	2.693.895,32
Alugueiros variáveis ou eventuais	53.802,81	61.630,22	9.997,08	70.627,30	56.629,22	72.042,09	71.690,90	71.309,88	70.856,31	69.792,78	69.030,15
Seguradora social	1.386.126,49	1.868.446,77	1.934.887,40	3.803.334,17	597.518,68	570.098,04	567.318,93	564.301,37	558.332,58	552.299,12	546.263,34
Alugueiros de bens e serviços	284.121,17	374.528,97	316.404,27	691.023,24	406.802,07	336.054,35	332.396,62	332.396,62	319.615,70	316.931,47	314.284,26
Aquisição de serviços	1.101.905,32	1.493.917,80	1.618.393,13	3.112.310,93	2.010.405,61	1.923.220,77	2.885.604,51	1.901.060,39	1.885.011,32	1.860.122,61	1.851.390,93
Juros e outros encargos	972,95	114.662,41	3.877,97	118.540,38	117.567,43	264.827,69	360.328,88	347.359,31	315.832,36	285.001,36	254.949,49
Resultantes do PAEL					0,00	0,00	75.034,07	95.224,84	89.502,93	83.539,83	77.323,39
Resultantes de outro encargo de médio e longo prazo					98.079,11	106.796,20	243.101,81	218.958,47	193.153,43	168.285,53	144.448,10
Resultantes de encargo de curto prazo					18.497,32	158.031,48	43.030,22	33.176,00	33.176,00	33.176,00	33.176,00
Transferências correntes	235.103,95	956.848,30	350.736,54	1.307.584,84	1.072.848,49	665.020,22	515.020,22	509.870,22	504.771,32	499.723,60	494.726,37
Empresas públicas municipais e intermunicipais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas municipais					537.040,10	265.811,70	205.856,00	203.797,44	201.759,46	199.741,87	197.744,45
Empresas públicas intermunicipais					15.370,00	177,39	137,38	134,65	134,65	133,30	131,97
Empresas públicas municipais e intermunicipais					489.255,91	399.584,37	278.472,50	272.935,80	272.894,11	270.876,44	267.504,38
Empresas públicas municipais					6.263,37	23.052,67	17.680,65	17.680,65	17.680,65	17.330,17	17.186,87
Empresas públicas intermunicipais					42.001,61	16.384,29	13.688,70	13.561,81	12.434,19	12.311,83	12.188,51
Outras	1.200,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas municipais e intermunicipais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas municipais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas intermunicipais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	1.200,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	4.501.671,96	79.187,96	4.420.864,78	9.617.815,95	4.015.940,96	3.699.227,84	5.943.856,88	3.856.126,18	1.604.832,73	1.828.723,33	1.796.970,04
Aquisição de bens de capital	4.493.387,29	3.540.522,73	4.198.197,87	7.738.720,60	3.256.333,31	2.282.961,76	4.988.651,28	804.010,00	636.000,00	954.000,00	954.000,00
Investimentos	1.534.062,77	1.879.673,31	1.700.313,45	3.579.986,76	2.045.223,99	984.690,36	2.151.725,38	346.788,87	274.322,11	411.483,16	411.483,16
Transferências	800,00	44.170,00	800,00	44.170,00	44.170,00	19.457,48	42.027,34	6.890,83	5.419,23	8.128,83	8.128,83
Outras					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas municipais e intermunicipais					1.213.642,46	708.803,40	1.548.598,23	249.519,72	197.376,82	294.048,23	294.048,23
Empresas públicas municipais					417.595,73	113.271,54	247.517,17	29.891,80	31.555,81	47.331,71	47.331,71
Empresas públicas intermunicipais					346.505,80	143.468,53	313.022,61	50.526,53	39.948,25	39.948,25	39.948,25
Outras					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação financeira					1.212.409,32	1.298.265,40	2.936.935,90	487.231,13	261.477,89	543.526,84	543.526,84
Bens de domínio público					45.100,00	27.858,75	27.858,75	27.858,75	27.858,75	27.858,75	27.858,75
Transferências de capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas municipais e intermunicipais					69.776,61	83.576,35	83.576,35	83.576,35	83.576,35	83.576,35	83.576,35
Empresas públicas municipais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas intermunicipais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	30.224,39	30.000,00	70.000,00	100.000,00	69.776,61	83.576,35	83.576,35	83.576,35	83.576,35	83.576,35	83.576,35
Subtotal					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas municipais e intermunicipais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas municipais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas intermunicipais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	30.224,39	30.000,00	70.000,00	100.000,00	69.776,61	83.576,35	83.576,35	83.576,35	83.576,35	83.576,35	83.576,35
Ativos financeiros	23.118,21	590.428,34	77.421,91	667.850,25	644.732,04	1.304.831,09	843.770,61	920.681,18	957.397,73	763.288,33	731.650,02
Resultantes do PAEL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultantes de outro encargo de médio e longo prazo					644.732,04	629.831,09	745.373,38	230.975,06	230.975,06	230.975,06	230.975,06
Resultantes de encargo de curto prazo					0,00	675.000,00	0,00	689.706,12	626.422,67	538.313,27	469.675,00
Outras despesas de capital	6.300.407,13	10.910.889,24	6.773.249,74	17.684.136,98	11.383.733,85	10.389.422,55	13.651.500,14	8.351.941,82	8.028.925,93	8.161.632,04	8.039.667,03
Despesa corrente	1.690.532,24	6.713.938,17	2.352.384,96	9.066.323,13	7.367.790,09	6.690.194,70	7.707.643,26	6.515.815,64	6.424.093,20	6.332.908,71	6.242.736,96
Despesa de capital	4.601.874,89	4.196.951,07	4.420.864,78	9.617.815,95	4.015.940,96	3.699.227,84	5.943.856,88	3.856.126,18	1.604.832,73	1.828.723,33	1.796.970,04

EVOLUÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Descrição	Valores apurados 2011	Valores Estimados							Variação 2011-2017	
		2012	2013	2014	2015	2016	2017		%	Absoluta
Receitas correntes	6.156.824,61	6.546.264,16	6.662.283,27	6.662.283,27	6.662.283,27	6.662.283,27	6.662.283,27			
Impostos directos	934.600,52	960.040,00	1.076.040,00	1.076.040,00	1.076.040,00	1.076.040,00	1.076.040,00		8%	505.458,66
IMI	972.562,08	670.449,85	751.459,17	751.459,17	751.459,17	751.459,17	751.459,17		15%	141.439,48
IMT	197.533,54	140.803,56	157.816,61	157.816,61	157.816,61	157.816,61	157.816,61		31%	178.897,09
Derrama	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		-20%	-39.716,93
Outros	164.504,90	148.786,59	166.764,22	166.764,22	166.764,22	166.764,22	166.764,22		#DIV/0!	0,00
Impostos indirectos	112.904,62	85.860,00	85.860,00	85.860,00	85.860,00	85.860,00	85.860,00		1%	2.259,32
Taxas, multas e outras penalidades	233.030,70	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00		-24%	-27.044,62
Taxas	232.903,29	499.750,00	499.750,00	499.750,00	499.750,00	499.750,00	499.750,00		115%	266.969,30
Multas	127,41	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00		115%	266.846,71
Rendimentos da propriedade	413.888,56	332.963,00	332.963,00	332.963,00	332.963,00	332.963,00	332.963,00		96%	122,59
Transferências correntes	4.350.557,78	4.319.714,27	4.319.714,27	4.319.714,27	4.319.714,27	4.319.714,27	4.319.714,27		-20%	-80.925,56
Venda de bens e serviços correntes	65.253,14	267.686,89	267.706,00	267.706,00	267.706,00	267.706,00	267.706,00		-1%	-30.843,51
Venda de bens	1.531,79	6.283,84	6.284,29	6.284,29	6.284,29	6.284,29	6.284,29		310%	202.452,86
Serviços	63.061,49	258.696,12	258.714,59	258.714,59	258.714,59	258.714,59	258.714,59		310%	4.752,50
Rendas	659,86	2.706,93	2.707,13	2.707,13	2.707,13	2.707,13	2.707,13		310%	195.653,10
Outras receitas correntes	46.589,29	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00		72%	33.410,71
Receitas de capital	4.850.506,31	4.182.636,96	6.797.519,24	2.014.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00		-64%	-3.121.247,31
Venda de bens de investimento	77.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		-100%	-77.940,00
Terrenos	77.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		-100%	-77.940,00
Habitacões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		#DIV/0!	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		#DIV/0!	0,00
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		#DIV/0!	0,00
Transferências de capital	3.994.824,29	3.470.666,98	3.138.439,39	2.014.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00		-57%	-2.265.565,29
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.825.565,00	1.729.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00		-5%	-96.306,00
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		#DIV/0!	0,00
Passivos financeiros	777.742,02	711.969,98	3.659.079,85	0,00	0,00	0,00	0,00		-100%	-777.742,02
Outras receitas de capital	360,63	962,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		#DIV/0!	0,00
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		#DIV/0!	0,00
Total receita	11.007.691,55	10.729.863,90	13.459.802,51	8.676.542,27	8.391.542,27	8.391.542,27	8.391.542,27		-100%	-360,63
Receitas correntes	6.156.824,61	6.546.264,16	6.662.283,27	6.662.283,27	6.662.283,27	6.662.283,27	6.662.283,27		-24%	-2.616.149,28
Receitas de capital	4.850.506,31	4.182.636,96	6.797.519,24	2.014.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00	1.729.259,00		8%	505.458,66
									-64%	-3.121.247,31

**a) Redução das despesas com Pessoal**

O aumento da eficiência dos recursos Humanos é o resultado da reestruturação e racionalização de serviços do Município, e relativas a alteração dos processos e procedimentos relativos a autorização da despesa, à desmaterialização dos processos administrativos e ao maior controlo na execução de obras públicas.

Assim, quanto à contenção da despesa ao nível do pessoal verifica-se, a preços constantes, uma redução substancial do seu valor (que inclui outros custos, nomeadamente encargos sociais e encargos com saúde, horas extraordinárias e ajudas de custo, redução de colaboradores) estimando-se uma poupança, em relação aos compromissos do ano 2011 de 364.450,97 € equivalente a 10%.

b) Aquisição de Bens e Serviços

O cálculo das reduções de despesa corrente associados à aquisição de bens e serviços que contempla essencialmente os consumos de energia, combustíveis, seguros, comunicações, trabalhos especializados, transportes, etc, teve subjacentes os valores dos compromissos assumidos no ano 2011 e 2012, que ainda estão em dívida e se prevê o seu integral pagamento no ano 2013 estimando-se uma poupança global, em relação a 2011, de 249.562,46 € equivalente a 10%.

Para atingir os objetivos propostos, serão definidas medidas de controlo interno da despesa, principalmente ao nível dos encargos fixos, de modo a que o Município possa ultrapassar a situação de desequilíbrio financeiro em que se encontra.

Serão criadas normas de controlo de custos, passando a haver divisões responsáveis por determinados custos, nomeadamente com os encargos relacionados com as instalações (eletricidade, comunicações e assistência técnica a equipamentos e edifícios), que passarão a estar agregados à Divisão Financeira, que terá como objectivo actualizar e renegociar todos os contratos existentes, designadamente:

- Redução da despesa com energia eléctrica (encargos com as instalações e iluminação pública designadamente (renegociação dos contratos com outros fornecedores para além da EDP), gestão cuidada dos equipamentos eléctricos e de

ar condicionado, limitação aos equipamentos existentes nos edifícios, resolução dos contratos de energia nos prédios devolutos, responsabilização pelos consumos desnecessários ou improdutivos, substituição de lâmpadas de menor consumo, instalação de detectores de presença humana, bem como racionalização da iluminação pública (redução de horário) estimou-se uma poupança anual, em relação aos compromissos do ano 2011, de aproximadamente 80.000,00 €;

- Redução de despesas com prémios, condecorações e ofertas, apesar do valor não ser significativo, haverá limitações pelo que se estimou uma poupança anual, em relação a 2011, de aproximadamente 6.000,00 €;
- Redução de despesa com comunicações fixas pela utilização da tecnologia VOIP e móveis estipulando-se plafonds estimou-se uma poupança anual, em relação a 2011, de aproximadamente 20.000,00 €;
- Redução de despesa em Seguros, através da renegociação dos contratos, avaliação adequada das coberturas, e resolução de alguns seguros desnecessários e/ou impróprios, estimou-se uma poupança anual, em relação a 2011, de aproximadamente 15.000,00 €;
- Redução de despesa com combustíveis, através da racionalização dos consumos e renegociação semestral dos acordos com postos de abastecimento de combustíveis bem como a nomeação de um gestor de frota automóvel que realizará o acompanhamento orçamental, estimou-se uma poupança anual, em relação a 2011, de aproximadamente 25.000,00 €;
- Redução da despesa com a aquisição de estudos, pareceres, projectos de consultoria e trabalhos especializados, quer pela realização de menos investimentos, quer pela adoção de medidas no sentido de rentabilizar os recursos especializados que integram o município, através da criação de equipas de projeto e de planeamento, minimizando o recurso à subcontratação destes serviços. Estima-se que seja possível uma poupança anual, em relação a 2011, de aproximadamente 50.000,00 €;
- A redução de custos com transportes escolares pela reanálise dos circuitos, bem como a racionalização de outros transportes que são adquiridos pela autarquia.



Estima-se que seja possível uma poupança anual, em relação a 2011, de* aproximadamente 40.000,00 €.

c) Redução das transferências correntes e de capital

Nas transferências correntes e de capital, devido à limitação dos investimentos e das atividades das instituições culturais e recreativas, e à falta de liquidez, estima-se uma poupança, em relação a 2011, das transferências correntes de 54% correspondendo a 577.754,52 € e das transferências de capital de 3% equivalente a 3.340,61 €.

d) Aquisição de bens de capital

Relativamente à aquisições de bens de capital, (investimentos) estes apenas serão realizados caso o Município possua capacidade financeira para tal. Assim, assistimos a uma redução significativa do valor dos investimentos a realizar, comparativamente com o ano 2011 de 71% representando cerca de 2.302.333,31€. Por outro lado, tendo presente o teor da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), no que concerne ao cálculo dos Fundos Disponíveis, e da previsibilidade para o pagamento das respectivas despesas, o Município não poderá violar o disposto no artigo 7.º, bem como o artigo 9.º, pelo que só poderá realizar despesa caso não viole as regras relativas à assunção de compromissos.

e) Impostos directos

O valor dos impostos directos terá um aumento no período de 2011 a 2017 de 15%, correspondendo a 141.439,48 €. Para esta situação contribui o impacto do acréscimo da receita com o IMI (31%), resultante das avaliações dos imóveis em curso, adicionado da receita proveniente do término das isenções.

De igual modo, temos assistido a um acréscimo ligeiro na cobrança do valor do IUC, pelo que estimou-se um aumento de 1% no período.

Contrariamente, devido a conjuntura atual a que assistimos no nosso país, consideramos nas projeções uma redução da receita de IMT correspondendo a 20% quando comparado com o ano 2011.

f) Impostos Indirectos

Considerando que o valor dos impostos indirectos está associado à dinâmica e iniciativa dos operadores e à prestação de serviços da camara municipal para a realização de loteamentos e obras, mercados e feiras, publicidade, ocupação da via pública, entre outras, estimamos que a receita proveniente desta atividades possam ter uma redução de 24%, correspondendo a 27.044,62 €, dado que estão directamente relacionadas com a conjuntura económica e financeira local e do país.

g) Taxas multas e outras penalidades

Relativamente a esta rubrica, nas projeções considerou-se um acréscimo de 115% face a 2011 representando um impacto de 266.969,30 €, dado que se pressupõe um aumento de significativo, a partir de 2012 (em Junho o valor executado ascendia a 244.324,41 €), decorrente da aplicação do novo código regulamentar (6/2011) de taxas e licenças (urbanismo e ambiente) e da alteração das tarifas de resíduos sólidos e saneamento (aprovadas em Agosto de 2011) de acordo com as recomendações da ERSAR.

h) Transferências correntes e de capital obtidas

Na projeções financeiras não foram considerados acréscimos das transferências obtidas do Orçamento de Estado, face aos valores previstos para o ano 2012.



i) Vendas de bens de investimento

Não foram consideradas quaisquer receitas provenientes da venda de bens imóveis do Município, uma eventual venda servirá para reforçar os excedentes de tesouraria e eventualmente realizar investimentos não previstos (sujeitos à devida autorização).

j) Vendas de bens e serviços correntes

O valor desta rubrica aumentará, aproximadamente, 200.000 Euros devido à aplicação das novas tarifas de serviços de urbanismo, ambiente, saneamento (ligação de novas redes e de novos ramais de saneamento), água e resíduos sólidos (duplicação da tarifa) e rendas a partir de 2012 e anos seguintes.

5.4.2 Indicadores económico-financeiros previsionais

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
FUNDO DE MANEIO	€	-3.314.880	566.438	934.596	1.387.739	1.758.164	2.859.260	3.498.878	4.100.497	4.519.459	4.827.288	5.398.404	6.064.085	6.835.265	7.676.275	8.750.117
LIQUIDEZ GERAL	%	0	3	4	5	6	7	8	11	13	13	14	15	17	19	21
SOLVABILIDADE	%	159	173	186	207	230	280	295	393	465	561	561	790	959	1.201	1.482
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	61	63	66	67	70	72	75	80	82	86	87	89	91	92	94
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	92	101	102	103	104	105	107	110	112	113	114	116	119	121	125
P.M. PAGAMENTOS	Dias	143	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
P.M. RECEBIMENTOS	Dias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CASH FLOW	€	3.007.807	3.425.947	3.563.139	3.727.072	3.893.988	4.063.895	4.211.585	4.430.714	4.543.845	4.680.241	4.770.308	4.867.945	4.966.473	5.065.621	5.164.819



5.4.3 Mapa dos limites de endividamento de 2010-2027

As previsões anuais dos níveis de endividamento do Município e os respectivos limites legais, resultantes do esforço da aplicação do saneamento financeiro, são demonstradas pelo seguinte quadro:

Ano	Limite ao Endividamento		Endividamento - Consolidado		Capital em Dívida excepcionado	Montante em Excesso/Disponível	
	Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
	1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
2011	8.907.411 €	4.912.471 €	9.263.070 €	4.525.266 €	600.856 €	355.659 €	387.205 €
2012	8.871.845 €	4.685.667 €	8.648.865 €	4.019.356 €	513.905 €	222.980 €	666.311 €
2013	7.740.505 €	6.192.404 €	7.676.099 €	6.923.259 €	426.310 €	64.406 €	730.856 €
2014	8.046.173 €	6.436.938 €	6.477.410 €	6.087.987 €	339.902 €	1.568.763 €	348.951 €
2015	8.207.096 €	6.565.677 €	5.217.953 €	5.276.837 €	293.653 €	2.989.143 €	1.288.840 €
2016	8.371.238 €	6.696.990 €	4.136.089 €	4.560.465 €	246.737 €	4.235.150 €	2.136.525 €
2017	8.538.663 €	6.830.930 €	2.911.368 €	3.876.577 €	199.130 €	5.627.295 €	2.954.353 €
2018	8.709.436 €	6.967.649 €	1.778.560 €	3.293.868 €	150.807 €	6.930.876 €	3.673.680 €
2019	8.883.625 €	7.106.900 €	565.663 €	2.715.356 €	101.781 €	8.317.962 €	4.391.543 €
2020	9.061.297 €	7.249.038 €	570.420 €	2.175.552 €	51.979 €	9.631.717 €	5.073.486 €
2021	9.242.523 €	7.394.019 €	1.629.906 €	1.629.583 €	0 €	10.872.429 €	5.764.436 €
2022	9.427.374 €	7.541.899 €	2.404.664 €	1.057.098 €	0 €	11.832.038 €	6.484.901 €
2023	9.615.921 €	7.692.737 €	3.259.806 €	767.407 €	0 €	12.875.727 €	6.925.330 €
2024	9.808.240 €	7.846.592 €	4.182.307 €	504.787 €	0 €	13.990.547 €	7.341.805 €
2025	10.004.404 €	8.003.524 €	5.172.453 €	279.946 €	0 €	15.176.858 €	7.723.578 €
2026	10.204.492 €	8.163.594 €	6.230.245 €	57.151 €	0 €	16.434.738 €	8.106.443 €
2027	10.408.582 €	8.326.866 €	7.355.104 €	0 €	0 €	17.763.686 €	8.326.866 €

Nota: Foi considerado no horizonte da projecção o valor constante do endividamento líquido do Planalto Beirão de 2011 (828.607,71 Euros).

Do gráfico acima se conclui, que se cumprem os limites ao endividamento previstos, na lei das finanças locais, nos anos seguintes:

- Em 2012, o endividamento líquido;
- Em 2014, o endividamento de médio e longo prazo.

5.5 Sistema de avaliação e acompanhamento do saneamento financeiro

A avaliação e acompanhamento deste plano serão feitos pelos serviços da divisão financeira do Município e comporta as seguintes áreas:

- Ao nível administrativo, será constituído um *dossier* onde se concentrarão todos os documentos constitutivos do processo, para que facilmente se possa consultar e analisar o estado de concretização do mesmo;
- Ao nível funcional do plano, será elaborado um *tableau de bord* onde será registado um conjunto de indicadores que permitirão a todo o momento verificar a adequação da actividade ao objectivo definido no plano de saneamento financeiro, tendo em vista:
 - Manter sob controlo e vigilância a evolução das despesas correntes e de capital;
 - Cumprir o plano de saneamento financeiro (e o plano de ajustamento financeiro), nomeadamente no relativo à diminuição progressiva dos valores do endividamento líquido e de médio e longo prazo;
 - Elaborar relatórios trimestrais, semestrais e anuais sobre a execução do plano ajustamento financeiro (PAEL) e do saneamento financeiro.



5.6 Projecções financeiras

As projecções financeiras a seguir apresentadas foram elaboradas tendo em consideração os pressupostos enunciados anteriormente, bem como os elementos contabilísticos históricos da Autarquia.

Município de Tábua

5.6.1 Balanços previsionais

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
ATIVO																
Imobilizado Bruto	81.542.074	84.367.127	86.431.152	88.355.408	90.523.409	92.916.669	95.446.715	98.006.082	100.754.316	103.687.975	107.074.627	110.490.852	113.937.242	117.414.399	120.922.940	124.463.491
Bens de domínio público	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231	51.326.231
Imobilizações Incorporadas	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332	241.332
Imobilizações Corporais	24.603.546	27.328.598	29.394.624	31.317.879	33.584.880	35.878.140	38.410.166	40.959.553	43.715.787	46.649.446	50.036.098	53.452.323	56.898.713	60.375.570	63.894.411	67.424.962
Investimentos financeiros	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035
Imobilizado em Curso	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932	5.469.932
Amortizações Acumuladas	36.540.638	39.929.249	43.321.102	46.703.118	50.110.494	53.526.513	56.953.144	60.439.743	63.947.854	67.502.248	71.126.174	74.820.912	78.587.969	82.428.984	86.345.226	90.338.696
Exatâncias	232.409	237.058	241.789	246.635	251.567	256.599	261.731	266.965	272.305	277.751	283.306	288.972	294.751	300.646	306.659	312.793
Produtos acabados e em curso fabrico	232.409	237.058	241.789	246.635	251.567	256.599	261.731	266.965	272.305	277.751	283.306	288.972	294.751	300.646	306.659	312.793
Matérias-Primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões para depreciação extintivas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividas de terceiros Médio/Longo prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividas de terceiros Curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Clientes, Contribuintes e Utentes	555.422	390	398	406	414	422	431	439	448	457	466	476	485	495	505	515
Estado e outros entes públicos	382	390	398	406	414	422	431	439	448	457	466	476	485	495	505	515
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões para cobranças duvidosas	565.040	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Disponibilidades	553.198	361.371	728.112	1.179.354	1.547.825	2.091.653	2.646.527	3.285.682	3.888.844	4.408.362	4.916.758	5.388.453	5.854.705	6.326.506	6.798.130	7.264.597
Acrescimos e Diferimentos	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882	333.882
TOTAL ATIVO	46.786.287	45.370.579	44.416.241	43.407.575	42.946.613	42.072.712	41.722.142	41.455.306	41.302.141	41.206.179	41.182.865	41.181.722	41.833.095	42.247.044	42.686.889	43.314.681
PASSIVO																
Provisões para riscos e encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividas a terceiros Médio/Longo prazo	4.533.260	7.348.570	6.427.888	5.570.491	4.807.202	4.075.707	3.444.675	2.817.118	2.227.531	1.629.583	1.057.098	767.406	504.787	279.946	57.151	0
Dividas a Instituições Crédito	4.533.260	7.348.570	6.427.888	5.570.491	4.807.202	4.075.707	3.444.675	2.817.118	2.227.531	1.629.583	1.057.098	767.406	504.787	279.946	57.151	0
Dividas a Fornecedores Inibitido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Dividas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividas a terceiros Curto prazo	4.599.791	365.253	369.596	372.548	375.525	378.528	383.312	389.080	394.983	400.953	407.125	413.379	419.758	426.265	432.901	439.670
Dividas a Instituições Crédito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores	924.132	194.073	196.279	198.513	200.775	203.065	207.126	211.269	215.494	219.804	224.200	228.684	233.258	237.923	242.682	247.535
Estado e outros Entes Públicos	75.328	76.428	77.542	78.247	78.949	79.648	80.343	81.040	81.740	82.443	83.146	83.850	84.555	85.260	85.965	86.670
Outras Dividas	4.000.331	95.762	95.775	95.788	95.801	95.815	95.828	95.841	95.854	95.867	95.880	95.893	95.906	95.919	95.932	95.945
Acrescimos e Diferimentos	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647	254.647
Provisões Diferidos	8.299.541	8.654.656	8.456.381	7.963.106	7.469.832	6.976.557	6.483.282	5.990.007	5.496.732	5.003.457	4.510.182	4.016.907	3.523.632	3.030.357	2.537.082	2.043.807
TOTAL PASSIVO	18.987.240	16.534.136	15.508.513	14.160.792	12.907.206	11.685.439	10.565.916	9.450.861	8.373.893	7.288.579	6.229.051	5.152.339	4.702.823	3.991.214	3.281.781	2.738.124
FUNDOS PRÓPRIOS																
Patrimônio	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226	49.041.226
Reservas	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000
Resultados Transferidos	-20.006.688	-20.351.179	-20.313.783	-20.142.498	-19.803.442	-19.310.820	-18.682.954	-17.894.000	-17.044.781	-16.121.978	-15.132.727	-14.096.413	-13.020.843	-11.919.955	-10.794.397	-9.645.118
Resultados Líquidos	-344.491	37.396	171.286	339.056	492.622	647.865	788.954	849.219	922.803	989.251	1.036.315	1.075.570	1.100.888	1.125.558	1.149.279	1.171.449
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	28.699.047	28.736.443	28.907.729	29.246.784	29.739.407	30.387.273	31.156.227	32.055.445	32.928.249	33.917.499	34.953.814	36.029.384	37.130.272	38.255.830	39.405.108	40.576.557
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	46.786.287	45.370.579	44.416.241	43.407.575	42.946.613	42.072.712	41.722.142	41.455.306	41.302.141	41.206.179	41.182.865	41.181.722	41.833.095	42.247.044	42.686.889	43.314.681

Município de Tabua

5.6.2 Demonstração de Resultados provisional

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Vendas																
Produtos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação serviços	267.706	273.050	278.521	284.082	289.774	295.569	301.480	307.510	313.650	319.933	326.332	332.859	339.516	346.306	353.232	360.297
Outros proventos e ganhos operacionais	80.000	81.600	83.232	84.897	86.595	88.326	90.093	91.895	93.733	95.607	97.520	99.470	101.459	103.489	105.558	107.669
Variação da Produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos e Taxas	1.545.900	1.695.136	1.729.041	1.763.622	1.798.894	1.834.872	1.871.569	1.909.001	1.947.181	1.986.124	2.025.847	2.066.364	2.107.591	2.149.845	2.192.842	2.236.699
Transferências e Subsídios obtidos	6.048.973	6.169.952	6.293.352	6.419.219	6.547.603	6.678.555	6.812.126	6.948.369	7.087.338	7.229.083	7.373.684	7.521.138	7.671.580	7.824.992	7.981.481	8.141.121
Trabalhos Próprios Entidade	1.213.010	1.237.270	1.262.015	1.287.255	1.313.001	1.339.281	1.366.046	1.393.387	1.421.234	1.449.659	1.478.652	1.508.225	1.538.390	1.569.157	1.600.540	1.632.551
Proventos e ganhos financeiros exploração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferenças câmbio favoráveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Descontos pronto pag. obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL PROVENTOS EXPLORAÇÃO	9.155.589	9.457.020	9.646.161	9.839.084	10.035.866	10.236.593	10.441.315	10.659.141	10.883.144	11.089.407	11.302.015	11.529.055	11.759.616	11.993.789	12.233.664	12.478.338
Custos Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas																
Produtos	346.290	353.216	360.280	367.466	374.835	382.332	389.979	397.778	405.734	413.849	422.128	430.568	439.179	447.963	456.922	466.061
Fornecimentos e Serviços Externos	346.290	353.216	360.280	367.466	374.835	382.332	389.979	397.778	405.734	413.849	422.128	430.568	439.179	447.963	456.922	466.061
Subsídios	2.012.879	1.971.011	1.990.327	2.009.832	2.029.528	2.049.418	2.069.409	2.139.214	2.174.858	2.216.356	2.262.723	2.307.977	2.354.137	2.401.219	2.449.244	2.498.239
Trabalhos Especializados	210.282	205.908	207.926	209.963	214.021	214.069	218.381	222.748	227.203	231.747	236.382	241.110	245.932	250.851	255.868	260.985
Electricidade/Combustíveis	262.761	267.286	268.817	269.364	269.935	270.531	271.162	271.832	272.546	273.304	274.107	274.955	275.848	276.786	277.764	278.782
O.F.S.E	502.131	491.666	495.505	501.371	506.294	511.246	516.241	521.287	526.384	531.532	536.734	542.000	547.332	552.732	558.200	563.736
Conservação e Reparação	67.290	65.891	66.536	67.188	67.846	68.512	69.182	69.857	70.532	71.207	71.882	72.557	73.232	73.907	74.582	75.257
Custos com pessoal	970.415	950.230	959.546	968.946	978.442	988.030	997.791	1.007.631	1.017.566	1.027.594	1.037.714	1.047.926	1.058.230	1.068.534	1.078.838	1.089.142
Amortizações	3.456.709	3.507.187	3.558.302	3.599.650	3.622.869	3.654.940	3.686.845	3.718.592	3.750.184	3.781.621	3.812.906	3.844.139	3.875.321	3.906.454	3.937.536	3.968.569
Provisões	3.352.298	3.398.551	3.439.853	3.481.216	3.522.640	3.564.129	3.605.682	3.647.299	3.688.979	3.730.724	3.772.534	3.814.409	3.856.349	3.898.354	3.940.424	3.982.559
Transferências e Sit. Correntes Concedidos	665.020	528.321	533.468	538.726	544.096	549.337	554.562	559.772	564.967	570.156	575.330	580.490	585.636	590.769	595.890	600.999
Outros custos exploração	60.402	15.994	16.151	16.309	16.469	16.630	16.793	16.957	17.122	17.287	17.452	17.617	17.782	17.947	18.112	18.277
Custos e perdas financeiras exploração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferenças câmbio desfavoráveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Descontos pronto pag. concedidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	9.893.598	9.764.279	9.850.411	9.911.019	9.969.073	10.026.686	10.084.148	10.141.905	10.200.065	10.258.597	10.317.629	10.377.269	10.437.416	10.498.071	10.559.236	10.620.011
RESULTADOS EXPLORAÇÃO	-738.009	-307.259	-204.250	-71.935	46.793	167.897	254.167	300.155	338.237	389.478	377.606	388.626	398.138	405.543	415.045	424.646
Proventos e Ganhos Extraordinários	436.818	478.025	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275	493.275
Custos e Perdas Extraordinários	111.435	113.654	115.937	118.255	120.621	123.033	125.494	128.004	130.564	133.175	135.839	138.555	141.327	144.153	147.036	149.977
RESULTADOS ANTES FUNÇÃO FINANCEIRA	-412.626	58.102	173.088	303.084	419.447	538.139	621.948	665.407	700.948	728.578	735.043	741.545	748.086	754.665	761.285	767.944
Proventos e Ganhos Financeiros	332.963	339.622	346.415	353.343	360.410	367.618	374.970	382.470	390.119	397.922	405.880	413.988	422.278	430.723	439.338	448.124
Custos e Perdas Financeiras	264.928	360.329	346.217	317.371	287.234	267.891	227.965	196.658	168.264	137.248	104.608	79.973	69.476	59.830	51.344	44.620
Juros suportados	124.928	314.183	282.656	251.825	219.125	191.125	161.081	129.937	98.154	64.732	33.299	27.989	21.513	17.513	13.513	9.513
Outros	140.000	42.903	34.034	34.715	35.409	36.117	36.840	37.576	38.328	39.094	39.876	40.674	41.487	42.317	43.163	44.027
RESULTADOS ANTES IMPOSTOS	-344.491	37.396	171.286	339.055	492.622	647.866	768.954	849.219	922.803	989.251	1.036.315	1.076.570	1.100.888	1.125.558	1.149.279	1.171.449
Imposto sobre Rendimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RESULTADOS LÍQUIDOS	-344.491	37.396	171.286	339.055	492.622	647.866	768.954	849.219	922.803	989.251	1.036.315	1.076.570	1.100.888	1.125.558	1.149.279	1.171.449



Município de Tábua

5.6.3 Orçamento de Tesouraria

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Recebimentos:																
do ano anterior:																
Clientes	363	382	390	398	406	414	422	431	439	448	457	466	476	485	495	505
Sector Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IVA a receber	565.040	565.040														
Outros																
do ano:																
Clientes	267.324	272.670	278.123	283.686	289.360	295.147	301.049	307.071	313.212	319.476	325.866	332.383	339.031	345.811	352.727	359.782
Outros proveitos e ganhos operacionais	80.000	81.600	83.232	84.897	86.595	88.326	90.093	91.895	93.733	95.607	97.520	99.470	101.459	103.489	105.558	107.669
IVA a receber	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos e taxas	1.545.900	1.695.138	1.729.041	1.763.622	1.798.894	1.834.872	1.871.569	1.909.001	1.947.181	1.986.124	2.025.847	2.066.364	2.107.891	2.149.845	2.192.842	2.236.889
Transferências	6.048.973	6.169.952	6.293.352	6.419.219	6.547.603	6.678.555	6.812.126	6.948.368	7.087.336	7.229.083	7.373.664	7.521.138	7.671.560	7.824.992	7.981.491	8.141.121
Total Recebimentos	8.507.500	8.784.783	8.384.138	8.551.821	8.722.857	8.897.314	9.075.260	9.256.766	9.441.901	9.630.739	9.823.354	10.019.820	10.220.218	10.424.621	10.633.114	10.845.776
Pagamentos:																
do ano anterior:																
Fornecedores	0	196.616	194.073	196.279	198.513	200.775	203.065	207.126	211.269	215.494	219.804	224.200	228.684	233.258	237.923	242.682
IVA a pagar	74.293	75.328	76.428	77.542	78.247	78.949	79.648	80.343	81.040	81.739	82.438	83.137	83.836	84.535	85.234	85.933
Sector Público (encargos diversos)	0	5.034	1.333	1.346	1.359	1.372	1.386	1.414	1.442	1.471	1.500	1.530	1.561	1.592	1.624	1.656
Outros Devedores e Credores																
do ano:																
Despesas Pessoal	2.928.414	2.972.192	3.015.510	3.042.924	3.070.228	3.097.407	3.124.445	3.151.334	3.178.172	3.204.960	3.231.708	3.258.416	3.285.084	3.311.712	3.338.300	3.364.888
Fornecedores	2.162.782	2.134.803	2.159.069	2.183.641	2.208.520	2.233.717	2.258.361	2.282.557	2.307.303	2.331.609	2.356.476	2.380.904	2.405.892	2.430.440	2.454.548	2.479.216
IVA a pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sector Público (encargos diversos)	451.967	458.567	465.250	469.479	473.682	477.885	482.057	486.198	490.309	494.381	498.414	502.417	506.390	510.333	514.246	518.119
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	665.020	528.321	533.498	538.726	544.006	549.337	554.668	560.000	565.331	570.662	575.993	581.324	586.655	591.986	597.317	602.648
Outros Devedores e Credores	55.368	14.661	14.805	14.950	15.097	15.244	15.391	15.538	15.685	15.832	15.979	16.126	16.273	16.420	16.567	16.714
Total Pagamentos	6.338.833	6.385.521	6.459.966	6.524.887	6.589.662	6.654.686	6.719.865	6.785.103	6.850.403	6.915.764	6.981.185	7.046.666	7.112.207	7.177.808	7.243.469	7.309.190
Saldo Tesouraria	2.168.766	2.399.261	1.924.172	2.026.933	2.133.195	2.242.628	2.330.395	2.377.904	2.425.458	2.473.968	2.523.448	2.573.917	2.625.396	2.677.903	2.731.461	2.786.090

Município de Tábua

5.6.4 Orçamento Financeiro

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
ORIGENS																
Disponibilidades Iniciais	249.899	553.198	361.371	728.112	1.179.364	1.547.825	2.091.653	2.646.527	3.266.682	3.888.844	4.408.362	4.616.758	5.188.453	5.854.705	6.626.506	7.468.130
Superávit/ Tesouraria	2.168.766	2.399.261	1.924.172	2.028.933	2.133.195	2.242.628	2.330.395	2.377.904	2.425.458	2.473.988	2.523.448	2.573.917	2.625.396	2.677.933	2.731.461	2.786.090
Capitais Atritos:																
Leasing																
Empréstimo MLP (PAEL e saneamento)	675.000	3.659.060														
Empréstimo MLP (extra PAEL e saneamento)	36.970	0														
Empréstimo CP																
Comparticipações investimento após 30-06-2012	927.278	844.140	285.000													
Comparticipações investimento antes 30-06-2012	249.090															
Ganhos Extraordinários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões e Ganhos Financeiros	332.953	339.622	346.415	353.343	360.410	367.618	374.970	382.470	380.119	397.922	405.680	413.998	422.278	430.723	439.338	448.124
Total de Origens	4.639.966	7.795.302	2.916.988	3.108.389	3.672.999	4.158.072	4.797.018	5.406.901	6.102.259	6.760.734	7.337.990	7.604.673	8.236.127	8.963.331	9.797.305	10.702.344
APLICAÇÕES																
Investimento após 30-06-2012	880.619	1.487.763	804.010	636.000	954.000	954.000	1.166.000	1.166.000	1.325.000	1.484.000	1.908.000	1.908.000	1.908.000	1.908.000	1.908.000	1.908.000
Investimento antes 30-06-2012	972.343	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Defesa de Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos:																
Outras dívidas	572.713	4.628.384	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos Bancários	1.304.831	843.771	920.681	867.398	763.268	731.495	631.032	627.559	589.586	597.948	572.485	289.691	262.620	224.841	222.795	57.151
Encargos Financeiros:																
Encargos financeiros diversos	140.000	42.903	34.034	34.715	35.409	36.117	36.840	37.576	38.328	39.094	39.876	40.674	41.487	42.317	43.163	44.027
Juros diversos	124.828	317.426	314.163	282.656	251.625	221.773	191.125	161.081	129.937	98.154	64.732	39.299	27.989	17.513	8.180	593
Transferências de capital	111.435	113.664	115.937	118.258	120.621	123.033	125.494	128.004	130.564	133.175	135.639	138.655	141.327	144.153	147.036	149.977
Total de Aplicações	4.086.768	7.453.331	2.188.846	1.929.025	2.125.144	2.066.419	2.150.491	2.120.219	2.213.415	2.352.372	2.720.932	2.416.220	2.381.422	2.336.824	2.329.175	2.156.747
Disponibilidades Finais	553.198	361.371	728.112	1.179.364	1.547.825	2.091.653	2.646.527	3.266.682	3.888.844	4.408.362	4.616.758	5.188.453	5.854.705	6.626.506	7.468.130	8.542.597



Município de Tábua

5.6.5 Fluxos de Caixa

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Atividades Operacionais																
Recebimento de Clientes	267.687	273.052	278.513	284.084	289.766	295.551	301.471	307.502	313.651	319.924	326.323	332.849	339.507	346.286	353.222	360.297
Impostos e taxas	1.545.900	1.695.138	1.729.041	1.763.622	1.798.894	1.834.872	1.871.569	1.909.001	1.947.181	1.986.124	2.025.847	2.066.364	2.107.691	2.149.845	2.192.842	2.236.699
Transferências	6.048.973	6.169.552	6.293.352	6.419.219	6.547.603	6.678.555	6.812.126	6.948.369	7.087.336	7.229.083	7.373.664	7.521.138	7.671.560	7.824.992	7.981.491	8.141.121
Pagamentos a Fornecedores	2.162.782	2.331.419	2.353.142	2.379.920	2.407.033	2.434.492	2.461.456	2.489.083	2.517.707	2.546.341	2.575.008	2.603.727	2.632.491	2.661.250	2.690.009	2.718.768
Transferências e subsídios correntes concedidos	665.020	528.321	533.498	538.726	544.006	549.337	554.668	560.000	565.331	570.662	576.000	581.333	586.665	592.000	597.333	602.665
Pagamentos ao Pessoal	2.929.414	2.972.192	3.015.510	3.042.924	3.070.228	3.097.407	3.124.445	3.151.334	3.178.166	3.204.948	3.231.680	3.258.362	3.285.000	3.311.633	3.338.265	3.364.897
Outros recebimentos / pagamentos relativos atividade operacional	2.105.344	2.366.211	2.388.755	2.595.354	2.614.985	2.727.752	2.818.942	2.875.324	2.932.826	2.991.485	3.051.314	3.112.340	3.174.589	3.238.078	3.302.841	3.368.896
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	63.422	93.050	474.384	-478.420	-481.900	-485.124	-488.547	-497.420	-517.517	-537.368	-558.423	-579.175	-600.000	-620.833	-641.665	-662.500
Recbimentos relacionados com rubricas extraordinárias	2.168.766	2.399.261	1.924.172	2.026.333	2.131.195	2.242.628	2.339.395	2.377.904	2.425.458	2.473.968	2.523.448	2.573.917	2.625.396	2.677.903	2.731.461	2.786.030
FLUXO DAS ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS	111.435	113.654	-115.937	-118.256	-120.621	-123.033	-125.494	-128.004	-130.554	-133.175	-135.839	-138.555	-141.327	-144.153	-147.036	-149.977
Atividades de Investimento																
Recbimentos provenientes de:																
Investimentos financeiros	1.176.368	844.140	285.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações corporais	332.953	339.622	346.415	353.343	360.410	367.618	374.970	382.470	390.119	397.822	405.880	413.998	422.278	430.723	439.338	448.124
Subsídios de investimento																
Juros e proveitos similares																
Pagamentos respeitantes a:																
Investimentos financeiros	1.832.062	1.487.783	804.910	636.000	954.000	954.000	1.166.000	1.166.000	1.325.000	1.484.000	1.908.000	1.908.000	1.908.000	1.908.000	1.908.000	1.908.000
Imobilizações corporais	-323.531	-364.020	-172.955	-282.857	-593.590	-586.382	-791.030	-783.530	-934.881	-1.086.078	-1.502.120	-1.484.002	-1.485.722	-1.477.277	-1.468.662	-1.459.876
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO																
Atividades de financiamento																
Recbimentos provenientes de:																
Empréstimos Obtidos	711.970	3.659.080	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros credores																
Subsídios e doações																
Pagamentos respeitantes a:																
Empréstimos Obtidos	1.304.831	843.771	920.881	857.398	763.288	731.495	631.032	627.558	589.586	507.948	572.485	289.691	262.520	224.841	222.795	57.151
Pagamentos a fornecedores de imobilizado / Outras dívidas	572.713	4.628.384	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e custos similares	264.828	360.229	348.217	317.371	287.234	257.891	227.965	198.658	188.264	137.248	104.608	79.973	69.478	59.830	51.344	44.620
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.142.372	5.832.484	1.268.899	1.174.769	1.050.523	989.386	858.997	826.215	757.851	735.197	677.093	369.665	332.096	284.671	274.138	101.770
VARIÁÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-1.430.412	-2.173.404	-1.268.899	-1.174.769	-1.050.523	-989.386	-858.997	-826.215	-757.851	-735.197	-677.093	-369.665	-332.096	-284.671	-274.138	-101.770
CAIXA INÍCIO	303.299	-191.827	986.741	451.252	388.461	543.827	554.375	640.154	602.163	519.518	208.397	571.894	666.252	771.902	841.624	1.074.467
CAIXA FIM	249.899	553.198	381.371	728.112	1.179.384	1.547.825	2.091.653	2.646.527	3.286.682	3.888.844	4.408.362	4.616.758	5.188.453	5.854.705	6.626.506	7.468.130
DISPONIBILIDADES DO BALANÇO	553.198	361.371	728.112	1.179.384	1.547.825	2.091.653	2.646.527	3.286.682	3.888.844	4.408.362	4.616.758	5.188.453	5.854.705	6.626.506	7.468.130	8.542.597



5.7 Considerações finais

De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março de 2008, foi efectuado um estudo à situação financeira do Município, e elaborado um plano de saneamento financeiro (que engloba o plano de ajustamento financeiro), para o período de 2012 a 2027, nos termos dos números 2 e 3 do artigo 7 da portaria nº 281-A/2012 (Lei nº 43/2012) e do números 2 e 3 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais.

Com efeito, nos termos dos números 2 e 3 do artigo 7 da portaria nº 281-A/2012 (Lei nº 43/2012) e ainda do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março de 2008, o Plano de saneamento financeiro incluiu:

- a) A recuperação da situação financeira, **conjuntural**, do Município através dos empréstimos de Médio Longo Prazo (e o do PAEL a 14 anos), tal como mencionado no ponto 5.3 deste documento, e de acordo com as projecções financeiras constantes do ponto 5.6, com respeito pelas regras estipuladas pela Lei das Finanças Locais;
- b) As medidas específicas para atingir uma situação financeira equilibrada, constam dos pressupostos do plano de saneamento financeiro no ponto n.º 5.2.1, nomeadamente no que respeita à redução do número de postos de trabalho e outros custos operacionais durante o período do empréstimo;
- c) Todas as projecções feitas obedeceram ao princípio fixado na Lei do Orçamento de Estado (OE);
- d) Do plano de saneamento financeiro resulta a redução, **em apenas dois anos**, dos níveis de endividamento que foram plasmados no ponto 5.4.3. Daí decorre que serão cumpridos os limites previstos no artigo 37.º e 39.º da Lei das Finanças Locais a partir dos anos:
 - 2012, no endividamento Líquido;
 - 2014, no endividamento MLP;
- e) Foram previstas despesas de investimento nos anos de 2012 a 2027 e os respectivos meios de financiamento que constam do orçamento financeiro e fluxos de caixa indicados nos pontos 5.6.4 e 5.6.5 respectivamente;

f) O plano de saneamento financeiro, contempla uma previsão de maximização de receitas de acordo com o estabelecido nos pressupostos do plano referidos no ponto 5.2.1. e 5.4.1., que inclui as medidas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 6 da Lei 43/2012;

g) As projecções orçamentais por classificação económica das medidas referidas nas alíneas anteriores estão implícitas no movimento de fluxos de caixa previsionais e ainda no ponto 5.4.1 (Impacto das medidas) para o período de vigência do plano de saneamento financeiro.

Sabendo-se que o princípio da Especialização dos Exercícios, da Continuidade, da Prudência e da Consistência, são princípios contabilísticos fundamentais, o plano apresentado cumpre todos os requisitos estabelecidos nas condições de acesso, uma vez que por um prazo máximo de 14 anos, reprogramou-se a dívida (consolidando o passivo financeiro arrastado) e diminui-se progressivamente o endividamento líquido e de longo prazo municipal.

O conjunto dos empréstimos de Saneamento financeiro, sendo empréstimos de Médio e Longo Prazo, resultou da própria natureza e finalidade, orientado para a recuperação de uma situação de sustentabilidade, sem comprometer o Limite Geral ao Endividamento (pela redução de pelo menos 10% no ano subsequente, do montante que excede o limite violado).

Sem os planos ajustamento financeiro e de saneamento financeiro propostos e aprovados de acordo o artigo 7 da portaria nº 281-A/2012 (Lei nº 43/2012) e com o artigo 40.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro e o Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março, o Município não terá possibilidades de solver os seus compromissos assumidos de curto prazo, comprometendo todo o funcionamento camarário e dos serviços à comunidade que lhe estão associados. Isto, apesar de o Município ter capacidade de endividamento, a legislação não o permite, logo que excedido o limite imposto pelo artigo n.º 37 da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.

A necessária correcção financeira, através de um Saneamento Financeiro, é uma medida de gestão que se apresenta, em si mesma, uma solução adequada ao pagamento de dívidas arrastadas a terceiros (originadas pela insuficiência das cobranças de receitas previstas para fazer face a compromissos assumidos), possibilitando continuar no presente



a desenvolver projectos estruturantes do desenvolvimento local, sem comprometer o futuro.

Importa, por isso, no sentido de rentabilizar todos os meios existentes e recursos disponíveis, e ao mesmo tempo otimizar o investimento já realizado, conseguir a aprovação da operação que agora se apresenta, a bem do princípio da estabilidade orçamental, da solidariedade recíproca, da equidade entre gerações, assentando estes em critérios de rigor e de eficiência.

Considera-se que o plano de saneamento financeiro adoptado justificar-se-á no tempo se, como previsto, as medidas específicas preconizadas neste documento vierem a ser implementadas no seu todo, estando para já garantido que, com esta operação o Município reduzirá o seu endividamento líquido e de médio e longo prazo.

Finalmente, saliente-se que sem a operação de saneamento financeiro, não seria possível cumprir a estratégia de desenvolvimento de Tábuia, e simultaneamente aproveitar a oportunidade de realizar os investimentos com os fundos comunitários do QREN, e outros investimentos estruturantes.

6. Conclusão

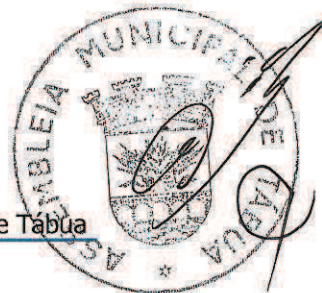
No estudo fundamentado sobre a situação económica e financeira do Município foi demonstrado, nomeadamente no ponto 3.3. da análise económica e 3.3.3 análise de resultados, que o Município apresenta equilíbrio económico e tem apenas problemas de índole financeira que motivam o recurso à linha de crédito do PAEL e a uma operação de saneamento financeiro complementar. Por outro lado, esta operação tem, também, como fundamento o estabelecido nos artigos 35.º da LFL e no artigo 4.º, n.º 1, do DL n.º 258/79.

Assim, tal como referido na alínea a) n.º 2 do artigo 4.º do DL n.º 38/2008, o conjunto dos empréstimos de longo prazo (deduzido da parte do PAEL) será a medida financeira necessária e suficiente ao equilíbrio financeiro do Município. Saliente-se que esta medida está sempre subjacente a um controlo financeiro rigoroso dos investimentos a realizar.

Porém, o Município necessita de algumas medidas económicas preventivas sobre custos e proveitos para garantir a **manutenção do seu equilíbrio económico** (de acordo com as alíneas b), c) e f) do n.º 2 do artigo 4.º do DL n.º 38/2008 e das alíneas b) e c) do nº2 do artigo 6 da Lei nº43/2012).

Assim as **medidas económicas e financeiras** anteriormente referidas, no ponto 5.2.1 terão um forte **impacto** ao nível de:

- **Equilíbrio orçamental**, de acordo com o estipulado na alínea g) do n.º 2 do artigo 4.º do DL 38/2008;
- **A diminuição progressiva anual superior a 10%**, do endividamento líquido e de MLP, de acordo com o estipulado na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do DL 38/2008;
- Da realização dos investimentos estratégicos previstos (a maioria dos quais participados), se houver disponibilidades de tesouraria, para tal, como definido pelo plano de investimentos previstos, e de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 4.º do DL n.º 38/2008;
- Outros indicadores financeiros, referidos no ponto 5.4.2. do estudo apresentado, nomeadamente, o Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores a 30 dias.

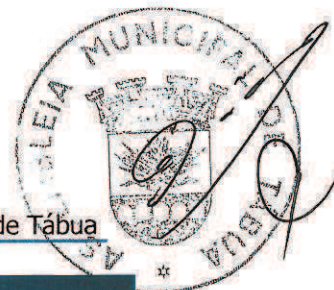


Município de Tabua

Anexos

I - MAPA DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS EXISTENTES

Nº	DESIGNAÇÃO	SALDO
23	Empréstimos obtidos	
231	Em moeda nacional	
2311	De curto prazo	
23111	Empréstimos bancários	
231111	Banco Santander Totta	
2311112	Emp. Até ao montante de 675.000,00€	675.000,00 €
2312	De médio e longo prazo	
23121	Empréstimos bancários	
231211	CGD	
23121101	Emp. nº 0798/000541/291	191.423,17 €
23121103	Emp. nº 0798/000730/991	18.043,24 €
23121104	Emp. nº 0798/000554/491	41.508,73 €
23121106	Emp. nº 9015/003121/091	28.274,73 €
23121108	Emp. nº 0816/000030/087/0019	7.671,73 €
23121109	Emp. nº 0816/000034/387/0019	3.952,19 €
23121110	Emp. nº 0816/000033/587/0019	4.880,59 €
23121111	Emp. nº 0816/000035/187/0019	14.347,80 €
23121112	Emp. nº 0816/000038/687/0019	8.608,74 €
23121113	Emp. nº 9015/003959/991	313.966,00 €
23121115	Emp. nº 9015/004354/591	324.574,79 €
23121116	Emp. nº 9015/005787/291	342.857,14 €
23121117	Emp. nº 9015/006394/591	748.842,00 €
231212	BTA	
23121202	Emp. nº 30081496501	406.996,11 €
23121203	Emp. nº 30086172501	306.319,01 €
23121204	Emp. até ao montante de 675.000,00 €	
231213	BPI	
23121301	Emp. nº. 1916016830003	20.717,68 €
23121302	Emp. nº. 1916016830007	125.839,09 €
23121303	Emp. nº. 1916016830004	67.040,48 €
23121304	Emp. nº. 1916016830009	126.738,54 €
23121305	Emp. nº. 1916016830010	265.372,00 €
231214	BCP	
23121401	Emp. nº 46139031	578.310,70 €
23121402	Emp. nº 65511871	155.475,83 €
231215	CCAM	
23121501	Emp. nº. 59064801516	100.000,00 €
TOTAL - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS		4.876.760,29 €



II – SALDOS DE FORNECEDORES

Nº	DESIGNAÇÃO	SALDO
22	Fornecedores	
221	Fornecedores, c/c	
221000001	A Pirotécnica do Dão, Lda	951,53 €
221000002	A Protecção Tabuense - Equipamentos Protecção e Se	1.224,96 €
221000003	Diário de Coimbra, Lda.	3.651,90 €
221000005	Associação dos Trabalhadores da Administração Local	667,50 €
221000006	ADSE	688,60 €
221000012	Agrepor Agregados - Extração de Inertes, SA	117,05 €
221000013	Agritábua - Cooperativa Agrícola de Tábua, CRL	15.535,76 €
221000014	AIRC - Ass. Informática da Região Centro	9.543,40 €
221000015	Ajur de José Alberto C. P. Gonçalves	85,00 €
221000016	Alberto Fernandes & Fernandes, Lda	3.367,05 €
221000021	Andrade & Filhos, Lda	5.540,53 €
221000024	António Manuel Brito da Costa	3.687,55 €
221000025	ANTONIO MARIA VELOSO E CIA, SA	4.331,03 €
221000026	António Martins Fernandes de Oliveira	26.421,95 €
221000032	Associação de Municípios da Região do Planalto Be	258.531,04 €
221000035	Auto Reparadora Ideal da Gândara, Lda	1.375,45 €
221000038	Axa Portugal - Companhia de Seguros, SA	2.276,91 €
221000039	BAD - Ass. Portuguesa de Bibliotecários, Arquivist	510,00 €
221000043	BeiraLimpa - Limpezas, Lda	73,80 €
221000046	Britábua - Granitos e Areias, Lda	13.779,69 €
221000047	Município de Oliveira do Hospital	6.117,47 €
221000048	Canoliva - Equipamento Técnico Canalização e Rep,	18.892,53 €
221000051	Carlos Faria da Cunha & Filhos, Lda	1,48 €
221000052	Carlos Santos - Arquitectura e Urbanismo, Lda	2.760,87 €
221000053	Carregalpeças - Acessórios Automóveis, Lda	1.574,34 €
221000059	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	14.267,99 €
221000060	CIMAI ESPECIALIDADES QUIMICAS, SA	2.164,80 €
221000065	SOCORREIAS-Materiais de Construção, Águas e Eletri	3.222,24 €
221000068	CTT - Correios de Portugal, SA - USP/SCF/CRB/GESTÃ	981,76 €
221000069	CUNFIL - Indústria de Carroçarias, Lda	810,00 €
221000072	Desibeira - Segurança no Trabalho e Higiene Alimen	3.113,26 €
221000075	EDP Distribuição - Energia, SA	3.981,69 €
221000079	Global Notícias Publicações, S.A.	525,99 €
221000084	Amadeu José Lopes Neves	664,20 €
221000090	Fernando Manuel Neves Dias Pinto	4.663,38 €
221000093	Ferroliveira - Comércio de Ferro, Lda	2.138,77 €
221000094	Figueiredo & Filhos, Lda	5.926,34 €
221000097	Galcopor - Galvanizados de Portugal, Lda	103,85 €
221000100	Gonçalves & Filhos, Lda	13.633,36 €
221000102	Grafinal - Artes Gráficas, Lda	246,00 €
221000104	Grupo 8 - Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda	959,40 €
221000120	José Marques Simplicio, Lda	22.689,09 €
221000121	Laboratório Santa Comba - Análises Clínicas, Lda	4.629,00 €
221000125	Manuel Celestino L. Costa - Livraria Globo	331,95 €
221000127	Luís Alfredo Brito Costa	4.920,29 €
221000128	Lumitab - Indústria de Alumínios, Lda	1.594,60 €
221000129	Lusitânia - Agência de Desenvolvimento Regional	12.968,80 €
221000133	Mário Gonçalves, Lda	25.593,60 €
221000135	Midobloco - Blocos de Cimento, Lda	189,67 €
221000140	Nicrodur - Acessórios Equipamentos Manutenção Indu	9.227,99 €
221000144	Olga Maria Dias de Almeida	217,00 €
221000149	João Castanheira Duarte	2.271,97 €
221000152	Pavicer - Pavimentos Cerâmicos, Lda	1.012,04 €
221000157	José Luis de Lemos, Lda.	482,01 €
221000160	Presselivre - Imprensa Livre, SA	1.048,94 €

Nº	DESIGNAÇÃO	SALDO
	Continuação:	
221000163	PT Comunicações, SA	572,74 €
221000172	Vitor Manuel de Brito Branco	139,00 €
221000174	Rodoviária Beira Litoral, SA	338.695,28 €
221000175	Rosas Construtores, SA	19.167,71 €
221000178	Safira de Maria do Céu M. S. Ferreira	775,10 €
221000181	SCR Power - Representações e Assistência	1.214,57 €
221000183	Sergauto Máquinas, Lda	1.261,08 €
221000189	Sistclima - Sistema de Climatização e Automação, L	9.122,10 €
221000194	Supermaco - Materiais de Construção, Lda	21.330,01 €
221000195	Supertábua - Supermercados, Lda	7.643,70 €
221000197	Taboarvel - Exploração Florestal de Madeiras, Lda	73,80 €
221000198	Tabocar Oficina Reparações Automóveis Lda	5.253,12 €
221000204	Restaurante "Tóino Moleiro", Soc. Unipessoal, Lda	636,30 €
221000206	Tractorrastos - Sociedade Vendedora de Acessórios,	423,12 €
221000213	Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	3.232,04 €
221000214	Wurth Portugal - Técnica de Montagem, Lda	415,13 €
221000243	Associação Académica de Coimbra	50,00 €
221000247	Serra do Açor Assoc de Desenvolvimento Regional	2.949,38 €
221000253	Associação Nacional de Municípios Portugueses	9.512,00 €
221000279	Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A.	662,00 €
221000302	Estação de Serviço A Paragem, Lda	1.280,06 €
221000327	Raul Correia Representações, Lda	7.928,40 €
221000329	Americo Jorge de Jesus	1.018,44 €
221000341	Betão Liz, SA	656,33 €
221000372	António M.I Rebordão Montalvo	120,00 €
221000374	Tribunal de Contas - Direcção-Geral	15,34 €
221000382	Feifil - Feijão & Filhos, SA	1.866,22 €
221000384	Granitábua-Granitos e Mármore, Lda	485,23 €
221000423	Águas do Planalto, SA	1.353,46 €
221000434	Pastelaria Gelataria Nova Flor, Fiuza e Nunes, Lda	1.292,54 €
221000446	Carlos Alberto Moreira	153,94 €
221000460	MRG - Engenharia e Construção, S.A.	107.026,12 €
221000463	Cejur- Centro de Estudos Jurídicos do Minho	195,00 €
221000465	Otis Elevadores, Lda.	256,84 €
221000466	Actividades Hoteleiras Valadão, Lda	8.477,25 €
221000474	José Martins Nunes, Lda	600,00 €
221000479	Marthas & Cª., S.A.	664,95 €
221000491	Santa Casa da Misericórdia de Tábua	1.182,00 €
221000502	Sociedade Filarmónica Fraternidade de S. João de A	3.800,00 €
221000505	Humberto Poças, SA	3.862,20 €
221000510	Tino Electrodomésticos e Gás, Lda	8.297,36 €
221000513	Beiraregis - Equipamentos de Escritório, Lda.	24,48 €
221000526	N.F.Pegado - Empresa de Sinalização e Publicidade	3.120,67 €
221000532	MAFINEL-Máquinas e Ferramentas industriais de Nela	1.439,97 €
221000533	Fertaimpress, Lda	8.565,68 €
221000541	Ramiro Manuel Esteves Rodrigues	1.214,00 €
221000580	Douro Café - Sexas & Fiuza, Lda.	650,70 €
221000586	Multiweb-Tecnologias de Informação, Lda	3.815,95 €
221000607	DID-Documentação, Informática e Desenvolvimento, L	2.301,08 €
221000651	Midocomercial Sociedade de Repr. Lda.	4.042,82 €
221000654	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	510,00 €
221000655	CIAP - Centro de Inspeção Automóvel de Portugal,	140,72 €
221000660	Kaiser + Kraft S.A.	13,53 €
221000661	TOPGIM	1.230,06 €
221000669	CIMA - Centro Inspeções em Automóveis	70,36 €
221000685	Ourivesaria Gold Oculista - Armando José Almeida N	1.313,53 €
221000689	Impressão Original-Soc. de Artes Graficas,Lda.	13.279,60 €
221000700	ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbr	3.037,46 €
221000701	CPCis-Companhia Portuguesa de Computadores Informá	2.625,25 €
221000716	Margarida Maria da Fonseca M. Loureiro	400,00 €



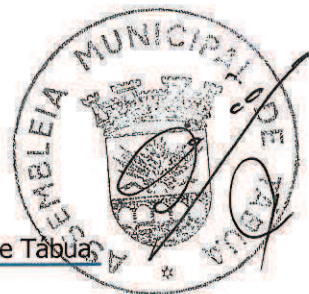
Nº	DESIGNAÇÃO	SALDO
	Continuação:	
221000732	Turistábua, Gestão Hoteleira Lda	2.760,00 €
221000761	Tabuateste - Man. e Rep. de Veículos Automóveis, L	3.299,28 €
221000770	SCHMITT-ELEVADORES, LDA.	342,96 €
221000772	ETC E NATA - Pastelaria, Doçaria Padaria, Lda	192,00 €
221000774	SEILIMP - Serviços de Limpeza e Construção Civil.	10.695,31 €
221000796	Álvaro Nunes Almeida Baptista	202,80 €
221000798	MAQUISEIA - Comércio de Máquinas e Ferramentas, Ld	132,84 €
221000829	Musicsom-Instrumentos Musicais de Luis Filipe Cost	1.225,18 €
221000839	Fonseca & Fonseca , Lda.	45.020,01 €
221000867	Pedro Augusto da Costa de Sousa	177,50 €
221000869	NELTRICAUTO - Reparações Eléctricas e Electrónicas	72,54 €
221000870	Valdemar Lima Lamelas	1.984,51 €
221000884	AMBIGLOBAL-Prest.Serv.Hig. e Seg. no Trab., Lda	2.178,00 €
221000897	Paulo Fernando Almas Veloso Marques	28,66 €
221000900	Iberstilo - Indústria de Mobiliário, Lda.	1.546,24 €
221000913	CEDIS-Consultores em Sistemas de Informação e Info	79,95 €
221000916	Edições Fergul, Lda	2.950,47 €
221000921	Antonio Manuel Pais Fonseca	5.282,46 €
221000927	Vida Económica-Editorial, SA	196,00 €
221000941	Lanibel de Maria Isabel M. C. Cunha	576,35 €
221000961	Hortirelva-Projecção, Construção e Manut. Espaços	315,48 €
221000968	ISN - Instituto de Socorros a Náufragos	367,28 €
221000974	Adega do Vieira de Helena Maria Rebelo Dias	612,50 €
221000977	Marques, Lda	2.475,00 €
221001007	Joaquim Martins da Fonseca, Lda	1.610,00 €
221001030	António Sequeira Sexas	842,96 €
221001040	João Filipe Lizardo Rodrigues	1.566,00 €
221001059	FEROSCA - Tratamento de Metais, Lda.	605,16 €
221001066	EDP Serviço Universal, SA	19.049,76 €
221001081	Sociedade Agrícola Castro de Pena Alba, SA	1.269,37 €
221001087	Adão Fernando Teixeira Soares	430,50 €
221001099	CardozuGest, Informática e Contabilidade, Lda	3.324,49 €
221001111	FOTO FLASH - Fx Fotografos, Unipessoal, Lda.	2.064,50 €
221001112	SPAST- Soc. Portuguesa Aluguer e Serviço Têxteis,	323,08 €
221001125	Talho São Miguel , Lda.	2.775,40 €
221001126	SANICANAL de José Raul Neves Coimbra Pereira	7.564,51 €
221001130	ECAOTALINSPE, SA	1.235,85 €
221001135	AMPV-Associação de Municípios Portugueses do Vinho	2.000,00 €
221001146	Construtora do Alva, S.A	1.372,77 €
221001157	Pizaria Papo Seco, Lda.	238,50 €
221001182	Isidoro Correia da Silva, Lda	2.052,50 €
221001195	Quinta do Mondego, Lda.	696,05 €
221001240	IMTT- Instituto da Mobilidade e dos Transportes Te	30,00 €
221001281	Padaria Abrantes, Lda	348,20 €
221001288	Avelro Peixe - Comércio de Peixe, Unipessoal, Lda	630,00 €
221001297	SOJORMEDIA BEIRAS, SA	3.870,00 €
221001314	Eurest Portugal Soc Europeia Restaurantes, Lda.	43.867,73 €
221001329	Ambimed - Gestão Ambiental, Lda	26,27 €
221001346	APPACDM de Coimbra Ass.Portuguesa Pais e Amigos	3.393,00 €
221001352	Casa Loureiro - Helena Maria Marques Loureiro da C	256,14 €
221001359	António Jorge Ferreira, Unipessoal Lda	6.051,55 €
221001374	Veiga e Moura & Associados - Soc. de Advogados, RL	8.302,50 €
221001375	José Manuel Duarte Calado, Unipessoal, Lda.	3.148,80 €
221001385	QueroVento - Serviços em Ambiente, Lda.	1.033,20 €
221001388	VidrariaMortágua	156,10 €
221001409	Gonçalo André dos Santos Dias Marques	1.814,25 €
221001421	PAPELIQUIDOS COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, LDA	177,61 €
221001428	STAPLES PORTUGAL-EQUIPAMENTO DE ESCRITORIO,SA	5.033,04 €
221001440	Frisalgados - Fabrico e Distribuição de Produtos A	223,92 €
221001457	Emílio Monteiro da Costa	174,91 €

Nº	DESIGNAÇÃO	SALDO
221001458	Continuação:	
221001460	Maria de Lurdes Alves Pardal Amado	34.208,26 €
221001461	Cimpin- Comunidade Inter Municipal do Pinhal Inte	600,00 €
221001462	José Manuel Ferreira Oliveira	406,80 €
221001504	Games and Fun-Comercialização de Equipamentos e Ar	451,62 €
221001506	António José Lopes Saraiva	14.057,15 €
221001506	Carlos Patrício das Neves Bernardino	1.150,00 €
221001513	Fruticandosa - Frutas e Legumes Unipessoal, Lda	417,98 €
221001517	Cooperativa Agrícola de Mangualde, C.R.L	516,30 €
221001529	Pinheiro de Melo & Salgado Coffee Solutions - Come	132,84 €
221001532	Cris-ozon Comércio de Produtos e Equipamento de Ma	2.398,50 €
221001537	Amélia da Conceição Lopes Fernandes Santos	16.418,80 €
221001538	Litel Litografia e Embalagens. Lda	64,27 €
221001569	Poupança Inteligente, Lda.	679,09 €
221001570	Petróleos de Portugal -Petrogal, SA	11.381,00 €
221001582	TRANSCOLVIA - Transportes Colectivos de Viana do C	37.693,60 €
221001589	Gertal Companhia Geral Restaurantes e Alimentação,	87,28 €
221001611	Pedro Ferreira Artes Gráficas, Lda	80,00 €
221001621	Fundação Para os Estudos e Formação Autárquica-Fun	2.268,80 €
221001638	Crediforma Papelaria e Equipamento Técnico, Lda	135,30 €
221001646	A. Fonseca Ribeiro, Lda	11.700,00 €
221001651	Alberto Varandas Mendes	750,00 €
221001654	Entreconteúdos Unipessoal, Lda	327,40 €
221001655	NLS New Link Solutions Consultoria e Engenharia,SA	6.869,61 €
221001656	Medinforma, Lda	615,00 €
221001657	Inês Rodrigues Gonçalves	2.934,00 €
221001659	Nádia Andreia Soares dos Santos	1.467,00 €
221001665	SCOPROLUMBA Soc Construções e Projectos, Lda	375,17 €
221001666	Fundação Memória da Beira Serra - A comarca de Arg	584,25 €
221001668	Alexandre Jorge Duarte Gomes Varandas	462,38 €
221001676	Beltrão Coelho(Porto)-Sistemas de Escritório e Ima	624,95 €
221001678	M L M - Mobiliário, Lda	3.414,62 €
221001682	Planigás Projecto Instalação e Comercialização, Ld	374,09 €
221001731	Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea	140,00 €
221001734	José Manuel Gomes Marcelino	1.353,00 €
221001735	Jorge Filipe de Andrade Mesquita	4.126,80 €
221001739	Stivik, Lda	179,57 €
221001755	VADECA Serviços - Limpeza Industrial, SA	11.734,20 €
221001756	Maria de Fátima Carmo Antunes	180,00 €
221001764	DPM - Tratamento de Águas e Ar Ambiente, Lda	1.353,00 €
221001765	AREAC-Agência Regional de Energia e Ambiente do Ce	6.500,00 €
221001768	Astuto Software Sociedade Unipessoal, Lda	615,00 €
221001769	Dicop Comércio Equipamentos para Escritório, Lda	11.685,00 €
221001770	Etac Empresa Transportes António Cunha, SA	45.792,00 €
221001773	Quinta de Jugais - Comércio de Produtos Alimentare	61,09 €
221001776	Borrego Santos & Santos, Lda	1.082,40 €
221001777	Cidadepontual, SA	763,83 €
221001780	A.Borges Diniz, Lda	2.605,64 €
221001781	Janela Redonda, Lda	140,00 €
221001790	Município-Empresa de Cartografia e Sistemas de Inf	1.514,37 €
221001798	Celeuma Multimédia, Lda	1.525,20 €
221001809	Neves Oliveira & Filhos, Sa	3.190,13 €
221001810	Rogério Alves da Costa Reis	660,14 €
221001834	Companhia de Teatro Viv'arte-Laboratório de Recria	2.500,00 €
221001836	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor-	51,48 €
221001839	ZON TV Cabo Portugal, SA	61,49 €
221001842	António Filipe Castanheira Rodrigues Unipessoal, L	25,00 €
221001848	Padaria Elisabete e Jorge, Lda.	9,38 €
223	Fornecedores por vendas a dinheiro	
223000655	CIAP - Centro de Inspeção Automóvel de Portugal,	28,18 €
223000689	Impressão Original-Soc. de Artes Graficas,Lda.	25,73 €

Nº	DESIGNAÇÃO	SALDO
	Continuação:	
228	Fornecedores-Facturas em recepção e conferência	
228000003	Diário de Coimbra, Lda.	105,00 €
228000005	Associação dos Trabalhadores da Administração Local	300,00 €
228000013	Agritábua - Cooperativa Agrícola de Tabua, CRL	90,00 €
228000090	Fernando Manuel Neves Dias Pinto	423,85 €
228000125	Manuel Celestino L. Costa - Livraria Globo	69,65 €
228000149	João Castanheira Duarte	50,04 €
228000152	Pavicer - Pavimentos Cerâmicos, Lda	1.002,00 €
228000157	José Luis de Lemos, Lda.	75,00 €
228000164	PT Prime - Soluções Empresariais, SA	68,83 €
228000166	Quadros & Metas - Consultores de Gestão e Formação	91,02 €
228000174	Rodoviária Beira Litoral, SA	64.863,00 €
228000195	Supertábua - Supermercados, Lda	53,31 €
228000204	Restaurante "Tóino Moleiro", Soc. Unipessoal, Lda	394,75 €
228000214	Wurth Portugal - Técnica de Montagem, Lda	280,50 €
228000247	Serra do Açor Assoc de Desenvolvimento Regional	39.067,28 €
228000423	Águas do Planalto, SA	25,09 €
228000434	Pastelaria Gelataria Nova Flor, Fiúza e Nunes, Lda	31,30 €
228000466	Actividades Hoteleiras Valadão, Lda	1.200,00 €
228000502	Sociedade Filarmónica Fraternidade de S. João de A	2.600,00 €
228000510	Tino Electrodomésticos e Gás, Lda	17,00 €
228000541	Ramiro Manuel Esteves Rodrigues	25,00 €
228000580	Douro Café - Seixas & Fiúza, Lda.	231,10 €
228000586	Multiweb-Tecnologias de Informação, Lda	387,20 €
228000600	CEPSA PORTUGUESA PETRÓLEOS, SA	3.202,18 €
228000602	E.C.C.-Empresa de Cerâmica de Candosa, Lda	83,04 €
228000654	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	1.935,00 €
228000867	Pedro Augusto da Costa de Sousa	80,00 €
228001066	EDP Serviço Universal, SA	252,40 €
228001081	Sociedade Agrícola Castro de Pena Alba, SA	128,14 €
228001099	CardozuGest, Informática e Contabilidade, Lda	110,00 €
228001112	SPAST- Soc. Portuguesa Aluguer e Serviço Têxteis	168,92 €
228001125	Talho São Miguel, Lda.	90,00 €
228001130	ECATOTALINSPE, SA	43,05 €
228001146	Construtora do Alva, S.A	90,55 €
228001171	Letras e Legendas, Lda	11.180,70 €
228001195	Quinta do Mondego, Lda.	14,00 €
228001297	SOJORMEDIA BEIRAS, SA	1.107,00 €
228001314	Eurest Portugal Soc Europeia Restaurantes, Lda	1.681,44 €
228001352	Casa Loureiro - Helena Maria Marques Loureiro da C	51,60 €
228001497	Otilia Oliveira Gonçalves	100,00 €
228001501	Susana Pereira da Silva Nogueira	165,00 €
228001635	Brisa Concessão Rodoviária, S.A.	49,10 €
228001637	JG Phones Comércio de Terminais Movelis e Acessório	25,00 €
228001653	Nuno Gonçalo Fernandes Paxão	50,00 €
228001659	Nádia Andreia Soares dos Santos	1.467,00 €
228001666	Fundação Memória da Beira Serra - A comarca de Arg	645,75 €
228001790	Município-Empresa de Cartografia e Sistemas de Inf	2.523,95 €
228001812	Silvia Paula Sacramento Lima Almeida	75,00 €
228001845	Officelan, Lda	599,00 €
228001847	Cabaz de Relíquias-Produtos Alimentares, Lda	161,34 €
TOTAL - FORNECEDORES		1.747.093,80 €

III – SALDOS DE FORNECEDORES DE IMOBILIZADO

Nº	DESIGNAÇÃO	SALDO
26	Outros devedores e credores	
261	Fornecedores de imobilizado	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	
2611000014	AIRC - Ass. Informática da Região Centro	6.247,17 €
2611000015	Ajur de José Alberto C. P. Gonçalves	2.460,00 €
2611000021	Andrade & Filhos, Lda	1.803,25 €
2611000026	António Martins Fernandes de Oliveira	169.765,23 €
2611000028	Arsénio Henriques Almeida & Filhos, Lda	19.528,38 €
2611000075	EDP Distribuição - Energia, SA	3.744,18 €
2611000084	Amadeu José Lopes Neves	1.033,20 €
2611000094	Figueiredo & Filhos, Lda	72.437,68 €
2611000100	Gonçalves & Filhos, Lda	2.166,19 €
2611000126	Livros de H. Fernando de Almeida Xavier	4.936,91 €
2611000127	Luís Alfredo Brito Costa	1.104,73 €
2611000149	João Castanheira Duarte	543,47 €
2611000151	Pavia - Pavimentos e Vias, SA	14.474,73 €
2611000163	PT Comunicações, SA	1.263,58 €
2611000175	Rosas Construtores, SA	76.450,00 €
2611000178	Safira de Maria do Céu M. S. Ferreira	366,39 €
2611000181	SCR Power - Representações e Assistência	496,33 €
2611000193	Sopovico - Sociedade Portuguesa de Vias de Comunic	19.262,63 €
2611000208	Valter Ferreira Arcanjo, Lda	173,21 €
2611000214	Wurth Portugal - Técnica de Montagem, Lda	1.411,95 €
2611000304	Farmácia Carvalho, Unipessoal, Lda	66,00 €
2611000329	Americo Jorge de Jesus	1.348,08 €
2611000382	Felfil - Feijão & Filhos, SA	132,84 €
2611000460	MRG - Engenharia e Construção, S.A.	296.183,36 €
2611000505	Humberto Poças, SA	10.624,25 €
2611000510	Tino Electrodomésticos e Gás, Lda	250,00 €
2611000526	N.F.Pegado - Empresa de Sinalização e Publicidade	2.153,90 €
2611000533	Fertaimpress, Lda	2.765,23 €
2611000550	SSI Schafer Shop Import/Export-Sociedade Unipessoal	278,96 €
2611000651	Midocomercial Sociedade de Repr. Lda.	388,18 €
2611000660	Kaiser + Kraft S.A.	666,98 €
2611000661	TOPGIM	726,06 €
2611000678	Fernando L. Gaspar - Sinalização e Equipamentos Ro	24.187,46 €
2611000714	FABRIGIMNO	1.957,67 €
2611000774	SEILIMP - Serviços de Limpeza e Construção Civil,	658,66 €
2611000829	Musicsom-Instrumentos Musicais de Luis Filipe Cost	190,09 €
2611000839	Fonseca & Fonseca, Lda.	51.200,28 €
2611000861	PG & LM Comércio de Livros CD'S e Multimédia, Lda.	22.550,01 €
2611000897	Paulo Fernando Almas Veloso Marques	185,00 €
2611001064	Luís Coelho Unipessoal, Lda	657,04 €
2611001075	Sulzer Pumps Wastewater Portugal, SA	5.943,00 €
2611001099	CardozuGest, Informática e Contabilidade, Lda	8.263,38 €
2611001111	FOTO FLASH - Fx Fotografos, Unipessoal, Lda.	375,15 €
2611001145	A.P.T.D.S.-Associação Port. Transportadores Doente	441,00 €
2611001175	Construções J.J.R. & Filhos, S.A.	3.076,87 €
2611001200	Antonio de Brito	500,00 €
2611001326	Propostas com Estilo, Lda	119,45 €
2611001362	CONSTRULINK - Tecnologias de Informação, SA	958,37 €
2611001394	Tricomercio Equipamentos Industriais, Lda	37.413,50 €
2611001402	Enigmas Educativos, Unipessoal Lda.	1.657,57 €
2611001416	Socitop- Transportes Unipessoal, Lda.	2.680,18 €
2611001429	Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A.	69.051,17 €
2611001455	Oliveiras, S.A.	254.592,98 €
2611001458	Maria de Lurdes Alves Parda Amado	17.037,47 €
2611001459	Seixas & Simões, Lda	16.178,49 €
2611001462	Games and Fun-Comercialização de Equipamentos e Ar	84,87 €
2611001527	Aflicópia Equipamentos de Escritório, Lda	3.813,80 €

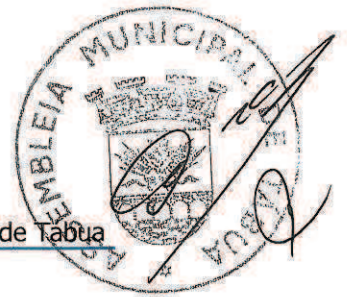


Município de Tabuaça

Nº	DESIGNAÇÃO	SALDO
	Continuação:	
2611001587	Trenmo - Engenharia S.A.	8.450,00 €
2611001638	Crediforma Papelaria e Equipamento Técnico, Lda	1.721,31 €
2611001655	NLS New Link Solutions Consultoria e Engenharia, SA	6.255,78 €
2611001676	Beltrão Coelho(Porto)-Sistemas de Escritório e Ima	21.243,33 €
2611001681	Duológica - Equipamentos e Serviços, Lda	4.029,92 €
2611001732	Gustavo Cudell, SA	415,74 €
2611001739	Stivik, Lda	1.400,53 €
2611001762	Nortel Comércio Equipamentos Hoteleiros, Lda	9.546,37 €
2611001763	Edibest-Engenharia e Construção, Lda	10.187,40 €
2611001766	Fluidra Portugal-Importação Exportação Comércio e	14.452,50 €
2611001768	Astuto Software Sociedade Unipessoal, Lda	4.397,74 €
2611001772	INFANCRECHE - Unipessoal, Lda	1.098,72 €
2611001801	BRICANTEL - Comércio de Material Eléctrico de Brag	1.166,25 €
2611001802	Soltráfego- Soluções de trânsito, Estacionamentos	597,78 €
2611001803	Sicnet Sistemas Integ Comunicação Novos Equip Tecn	5.711,16 €
2611001804	PR Hotel Equipamentos Hoteleiros, Lda	448,95 €
2611001833	Computoviseu-Comércio de Equipamento Informático e	1.273,54 €
2618	Fornec. Imobiliz.-Facturas Recepção e Conferência	
2618000094	Figueiredo & Filhos, Lda	18.223,98 €
2618000175	Rosas Construtores, SA	7.532,16 €
2618000839	Fonseca & Fonseca , Lda.	72.500,37 €
2618001362	CONSTRULINK - Tecnologias de Informação, SA	958,42 €
2618001455	Oliveiras, S.A.	48.528,99 €
2618001844	Bruno Fernandes Santos Unipessoal, Lda	12.482,04 €
TOTAL - FORNECEDORES DE IMOBILIZADO		1.491.649,49 €

IV – SALDOS DE DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS

Nº	DESIGNAÇÃO	SALDO
2688	Devedores e Creditores Diversos - Outros	
26888	Outros - Creditores	
26888000032	Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	38.546,95
268881	Creditores - Outros	
268881001815	Barbara Mafalda Constantino Cruz	350,00
268881001816	Bruno Samuel Marques Dias	350,00
268881001817	Caio Marcos Rabbi	350,00
268881001818	Cátia Filipa Sobral Ribeiro	350,00
268881001819	Joana Alexandra Brito Nunes	240,00
268881001820	Luis Rafael Ribeiro Miguel	240,00
268881001821	Mariana Filipa Simões Moura	240,00
268881001822	Sara Daniela Fonseca Simões	350,00
268881001823	Vitor Carlos Silva Gouveia	350,00
268881001824	Willy Emanuel Madeira Tavares	350,00
268889	Factor's	
268889000417	Banco Santander Totta, S.A.	330.713,60
268889000419	Banco BPI, SA	47.281,97
268889000420	Banco Espírito Santo, SA	843.640,85
268889000503	Banco Comercial Português, SA	299.764,42
268889001448	Caixa Leasing e Factoring-Instituição Financeira d	204.350,43
268889001672	Caixa Económica Montepio Geral	57.961,30
TOTAL - OUTROS CREDITORES DIVERSOS		1.825.429,52 €



V – EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO LONGO PRAZO – SANEAMENTO FINANCEIRO

• Empréstimo MLPrazo – Outros

Prestações Trimestrais	Capital Dívida Início	Amortização	Juros	TOTAL Prestação	Capital Dívida Final
0	675.000,00 €		- €	- €	675.000,00 €
1	1.890.839,56 €	- €	38.610,94 €	38.610,94 €	1.890.839,56 €
2	1.890.839,56 €	- €	38.610,94 €	38.610,94 €	1.890.839,56 €
3	1.890.839,56 €	33.407,38 €	38.610,94 €	72.018,33 €	1.857.432,18 €
4	1.857.432,18 €	34.089,56 €	37.928,77 €	72.018,33 €	1.823.342,61 €
5	1.823.342,61 €	34.785,67 €	37.232,66 €	72.018,33 €	1.788.556,94 €
6	1.788.556,94 €	35.496,00 €	36.522,33 €	72.018,33 €	1.753.060,95 €
7	1.753.060,95 €	36.220,82 €	35.797,50 €	72.018,33 €	1.716.840,12 €
8	1.716.840,12 €	36.960,45 €	35.057,88 €	72.018,33 €	1.679.879,67 €
9	1.679.879,67 €	37.715,19 €	34.303,14 €	72.018,33 €	1.642.164,48 €
10	1.642.164,48 €	38.485,33 €	33.533,00 €	72.018,33 €	1.603.679,15 €
11	1.603.679,15 €	39.271,20 €	32.747,13 €	72.018,33 €	1.564.407,95 €
12	1.564.407,95 €	40.073,12 €	31.945,21 €	72.018,33 €	1.524.334,84 €
13	1.524.334,84 €	40.891,41 €	31.126,92 €	72.018,33 €	1.483.443,42 €
14	1.483.443,42 €	41.726,41 €	30.291,91 €	72.018,33 €	1.441.717,01 €
15	1.441.717,01 €	42.578,47 €	29.439,86 €	72.018,33 €	1.399.138,54 €
16	1.399.138,54 €	43.447,92 €	28.570,41 €	72.018,33 €	1.355.690,62 €
17	1.355.690,62 €	44.335,13 €	27.683,20 €	72.018,33 €	1.311.355,50 €
18	1.311.355,50 €	45.240,45 €	26.777,88 €	72.018,33 €	1.266.115,05 €
19	1.266.115,05 €	46.164,26 €	25.854,07 €	72.018,33 €	1.219.950,79 €
20	1.219.950,79 €	47.106,93 €	24.911,40 €	72.018,33 €	1.172.843,85 €
21	1.172.843,85 €	48.068,86 €	23.949,47 €	72.018,33 €	1.124.775,00 €
22	1.124.775,00 €	49.050,42 €	22.967,91 €	72.018,33 €	1.075.724,57 €
23	1.075.724,57 €	50.052,03 €	21.966,30 €	72.018,33 €	1.025.672,54 €
24	1.025.672,54 €	51.074,10 €	20.944,23 €	72.018,33 €	974.598,45 €
25	974.598,45 €	52.117,03 €	19.901,30 €	72.018,33 €	922.481,42 €
26	922.481,42 €	53.181,26 €	18.837,07 €	72.018,33 €	869.300,16 €
27	869.300,16 €	54.267,22 €	17.751,11 €	72.018,33 €	815.032,94 €
28	815.032,94 €	55.375,36 €	16.642,97 €	72.018,33 €	759.657,58 €
29	759.657,58 €	56.506,12 €	15.512,21 €	72.018,33 €	703.151,46 €
30	703.151,46 €	57.659,98 €	14.358,35 €	72.018,33 €	645.491,49 €
31	645.491,49 €	58.837,39 €	13.180,94 €	72.018,33 €	586.654,10 €
32	586.654,10 €	60.038,85 €	11.979,48 €	72.018,33 €	526.615,24 €
33	526.615,24 €	61.264,85 €	10.753,48 €	72.018,33 €	465.350,40 €
34	465.350,40 €	62.515,87 €	9.502,46 €	72.018,33 €	402.834,53 €
35	402.834,53 €	63.792,45 €	8.225,88 €	72.018,33 €	339.042,08 €
36	339.042,08 €	65.095,09 €	6.923,24 €	72.018,33 €	273.946,99 €
37	273.946,99 €	66.424,33 €	5.594,00 €	72.018,33 €	207.522,66 €
38	207.522,66 €	67.780,72 €	4.237,61 €	72.018,33 €	139.741,94 €
39	139.741,94 €	69.164,80 €	2.853,53 €	72.018,33 €	70.577,14 €
40	70.577,14 €	70.577,14 €	1.441,19 €	72.018,33 €	0,00 €

• **Empréstimo MLPrazo – PAEL**

Prestações Trimestrais	Capital Dívida Início	Amortização	Juros	TOTAL Prestação	Capital Dívida Final
0	2.443.240,29 €		- €	- €	2.443.240,29 €
1	2.443.240,29 €	32.395,15 €	25.348,62 €	57.743,77 €	2.410.845,14 €
2	2.410.845,14 €	32.731,25 €	25.012,52 €	57.743,77 €	2.378.113,89 €
3	2.378.113,89 €	33.070,83 €	24.672,93 €	57.743,77 €	2.345.043,06 €
4	2.345.043,06 €	33.413,94 €	24.329,82 €	57.743,77 €	2.311.629,12 €
5	2.311.629,12 €	33.760,61 €	23.983,15 €	57.743,77 €	2.277.868,50 €
6	2.277.868,50 €	34.110,88 €	23.632,89 €	57.743,77 €	2.243.757,62 €
7	2.243.757,62 €	34.464,78 €	23.278,99 €	57.743,77 €	2.209.292,84 €
8	2.209.292,84 €	34.822,35 €	22.921,41 €	57.743,77 €	2.174.470,49 €
9	2.174.470,49 €	35.183,63 €	22.560,13 €	57.743,77 €	2.139.286,86 €
10	2.139.286,86 €	35.548,66 €	22.195,10 €	57.743,77 €	2.103.738,19 €
11	2.103.738,19 €	35.917,48 €	21.826,28 €	57.743,77 €	2.067.820,71 €
12	2.067.820,71 €	36.290,13 €	21.453,64 €	57.743,77 €	2.031.530,59 €
13	2.031.530,59 €	36.666,64 €	21.077,13 €	57.743,77 €	1.994.863,95 €
14	1.994.863,95 €	37.047,05 €	20.696,71 €	57.743,77 €	1.957.816,90 €
15	1.957.816,90 €	37.431,41 €	20.312,35 €	57.743,77 €	1.920.385,49 €
16	1.920.385,49 €	37.819,77 €	19.924,00 €	57.743,77 €	1.882.565,72 €
17	1.882.565,72 €	38.212,15 €	19.531,62 €	57.743,77 €	1.844.353,57 €
18	1.844.353,57 €	38.608,60 €	19.135,17 €	57.743,77 €	1.805.744,98 €
19	1.805.744,98 €	39.009,16 €	18.734,60 €	57.743,77 €	1.766.735,82 €
20	1.766.735,82 €	39.413,88 €	18.329,88 €	57.743,77 €	1.727.321,94 €
21	1.727.321,94 €	39.822,80 €	17.920,97 €	57.743,77 €	1.687.499,14 €
22	1.687.499,14 €	40.235,96 €	17.507,80 €	57.743,77 €	1.647.263,17 €
23	1.647.263,17 €	40.653,41 €	17.090,36 €	57.743,77 €	1.606.609,76 €
24	1.606.609,76 €	41.075,19 €	16.668,58 €	57.743,77 €	1.565.534,58 €
25	1.565.534,58 €	41.501,34 €	16.242,42 €	57.743,77 €	1.524.033,23 €
26	1.524.033,23 €	41.931,92 €	15.811,84 €	57.743,77 €	1.482.101,31 €
27	1.482.101,31 €	42.366,96 €	15.376,80 €	57.743,77 €	1.439.734,35 €
28	1.439.734,35 €	42.806,52 €	14.937,24 €	57.743,77 €	1.396.927,83 €
29	1.396.927,83 €	43.250,64 €	14.493,13 €	57.743,77 €	1.353.677,19 €
30	1.353.677,19 €	43.699,36 €	14.044,40 €	57.743,77 €	1.309.977,82 €
31	1.309.977,82 €	44.152,75 €	13.591,02 €	57.743,77 €	1.265.825,08 €
32	1.265.825,08 €	44.610,83 €	13.132,94 €	57.743,77 €	1.221.214,25 €
33	1.221.214,25 €	45.073,67 €	12.670,10 €	57.743,77 €	1.176.140,58 €
34	1.176.140,58 €	45.541,31 €	12.202,46 €	57.743,77 €	1.130.599,27 €
35	1.130.599,27 €	46.013,80 €	11.729,97 €	57.743,77 €	1.084.585,48 €
36	1.084.585,48 €	46.491,19 €	11.252,57 €	57.743,77 €	1.038.094,28 €
37	1.038.094,28 €	46.973,54 €	10.770,23 €	57.743,77 €	991.120,75 €
38	991.120,75 €	47.460,89 €	10.282,88 €	57.743,77 €	943.659,86 €
39	943.659,86 €	47.953,29 €	9.790,47 €	57.743,77 €	895.706,57 €
40	895.706,57 €	48.450,81 €	9.292,96 €	57.743,77 €	847.255,76 €
41	847.255,76 €	48.953,49 €	8.790,28 €	57.743,77 €	798.302,27 €
42	798.302,27 €	49.461,38 €	8.282,39 €	57.743,77 €	748.840,89 €
43	748.840,89 €	49.974,54 €	7.769,22 €	57.743,77 €	698.866,35 €
44	698.866,35 €	50.493,03 €	7.250,74 €	57.743,77 €	648.373,32 €
45	648.373,32 €	51.016,89 €	6.726,87 €	57.743,77 €	597.356,43 €
46	597.356,43 €	51.546,19 €	6.197,57 €	57.743,77 €	545.810,24 €
47	545.810,24 €	52.080,98 €	5.662,78 €	57.743,77 €	493.729,26 €
48	493.729,26 €	52.621,32 €	5.122,44 €	57.743,77 €	441.107,93 €
49	441.107,93 €	53.167,27 €	4.576,49 €	57.743,77 €	387.940,66 €
50	387.940,66 €	53.718,88 €	4.024,88 €	57.743,77 €	334.221,78 €
51	334.221,78 €	54.276,21 €	3.467,55 €	57.743,77 €	279.945,57 €
52	279.945,57 €	54.839,33 €	2.904,44 €	57.743,77 €	225.106,24 €
53	225.106,24 €	55.408,29 €	2.335,48 €	57.743,77 €	169.697,95 €
54	169.697,95 €	55.983,15 €	1.760,62 €	57.743,77 €	113.714,80 €
55	113.714,80 €	56.563,97 €	1.179,79 €	57.743,77 €	57.150,83 €
56	57.150,83 €	57.150,83 €	592,94 €	57.743,77 €	0,00 €